



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
Centro de Educação e Humanidades

Edilaine Maria Quintanilha da Silva

**Processos de ocupação e produção de “margens” na Baixada Fluminense:
um estudo de caso sobre os bairros da Chatuba e Nova Aurora**

Duque de Caxias
2013

Edilaine Maria Quintanilha da Silva

Processos de ocupação e produção de “margens” na Baixada Fluminense: um estudo de caso sobre os bairros da Chatuba e Nova Aurora

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Neiva Vieira da Cunha

Duque de Caxias
2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

S586 Silva, Edilaine Maria Quintanilha da.
Tese Processos de ocupação e produção de “margens” na Baixada Fluminense:
um estudo de caso sobre os bairros da Chatuba e Nova Aurora. / Edilaine
Maria Quintanilha da Silva. – 2013.
119 f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Neiva Vieira da Cunha.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

1. Periferia – Urbanização – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Uso e
ocupação do solo – Baixada Fluminense (RJ) – Teses. 3. Marginalidade
social – Baixada Fluminense (RJ) – Teses. I. Cunha, Neiva Vieira da. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da
Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 304.42 (815.36)

Bibliotecária: Karla Belchior da Costa – CRB7/6126

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Edilaine Maria Quintanilha da Silva

Processos de ocupação e produção de “margens” na Baixada Fluminense: um estudo de caso sobre os bairros da Chatuba e Nova Aurora

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas.

Aprovada em 12 de setembro de 2013

Banca examinadora

Prof.^a Dra. Neiva Vieira da Cunha (Orientadora)
Faculdade de Educação – UERJ

Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Hélio Raymundo Santos Silva
Faculdade de Educação – UERJ

Duque de Caxias

2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família e em especial ao meu filho Arthur, pelo apoio incondicional ao meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado filho Arthur, que, em sua agitada infância, demonstrou que é possível a realização de pesquisas em meio a birras, brincadeiras e carinhos. Todo esse processo foi por você e para você. A educação é o único caminho para o crescimento intelectual e profissional e desejo ser um exemplo a seguir em sua vida, meu filho. O seu amor me trouxe até aqui!

Ao meu querido esposo Edinaldo, que esteve sempre ao meu lado e foi meu porto seguro nos momentos de estresses, choros e nas diversas ausências nos eventos de família. Agradeço por esperar por mim por essa longa jornada e por se manter presente no cuidado de nosso filho. Você foi o pai que ele precisava e o marido que acolhe e ampara.

A meu pai amado que, em meio a muitas brincadeiras, disputava comigo quem fazia mais contas corretas de cabeça, ou ainda quem sabia mais capitais de países, ou mesmo quando dizia que as boas notas que eu tirava era em decorrência de sua genética. Mal sabia ele que meu interesse em leitura vinha de suas leituras diárias de jornal. Leituras essas que contribuiu com seu olhar crítico sobre a sociedade e por consequência um cidadão político e consciente de seus direitos e que lutou pelos meus direitos políticos e sociais.

A minha amada mãe que, mesmo com a pouca escolaridade, esteve tão presente em minha infância. Frente às minhas dificuldades na leitura na pré-escola, foi a mestra incansável em mostrar o quanto sou forte e capaz. A busca pelos meus sonhos veio de seu apoio e incentivo. Descobri que tinha asas para voar e que podia ir atrás de meus sonhos, pois tinha um ninho para onde voltar.

À minha querida e doce orientadora Neiva Vieira da Cunha, por seus valorosos ensinamentos, que auxiliaram em minha formação intelectual, e pela amizade e carinho com que me acolheu em momentos de dúvidas e medos.

Ao generoso professor Felipe Berocan Veiga que foi um exemplo de professor a ser seguido. Hoje minhas aulas são o mais próximo que consigo do que recebi de ti. Como poucos, você conseguia associar as teorias às suas experiências de campo e de vida.

Ao querido professor Edson Borges, pelas estimulantes aulas de História da África, pelo rigor exigido em nossa escrita acadêmica e, sobretudo pelo carinho e amizade.

Ao perspicaz professor Michel Misse que de maneira incisiva e protetora nos aconselhou a fazermos a inscrição para o primeiro concurso para professor de Sociologia da

Seeduc (Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro), depois de anos sem abrir. Profissão hoje que exerço por influência dele e pelo qual sou imensamente grata.

À querida professora Lia Mattos Rocha, que em suas maravilhosas e bem-humoradas aulas contribuiu de forma substancial com a base teórica desta pesquisa. Uma pessoa pelo qual o conhecimento é transmitido com leveza e desprendimento.

Ao professor e grande pesquisador Hélio R. S. Silva, que, com atenção e zelo, mostrou disponibilidade em ajudar durante o processo de confecção deste trabalho.

Ao meu querido amigo Wellington Conceição, o primeiro a mostrar que o mestrado era, sim, para nós, estudantes trabalhadores das periferias e que, ao longo do processo, sempre teve uma palavra de incentivo.

A todos os amigos da turma de 2011, em especial ao Vinícius Gentil, companheiro desses últimos momentos e a amada amiga Suzana Meotti, que contribuiu de forma ativa neste trabalho, dando dicas e conselhos valiosos. Obrigada pela amizade sempre presente!

Aos meus fiéis amigos da vida, que em uma longa e saudosa ausência sempre se mostraram compreensivos e demonstravam seu amor em carinhosos recados e envio de incentivos. Demonstrando com atitudes e palavras que estavam me aguardando para continuarmos nossa jornada de amor e amizade.

Aos sobrinhos, sobrinhas, cunhadas e irmãs que a vida me deu, Josicléia, Josilene e Josiara, pelo apoio e incentivo.

A diretora Neide do CEBNA (Colégio Estadual Bairro Nova Aurora) que me apresentou o trabalho realizados pelos antigos alunos do colégio sobre a formação do bairro em regime de mutirão. Fazendo com que eu mudasse toda a minha pesquisa

A todas as pessoas que participaram desta pesquisa, sendo elas, meus alunos de Nova Aurora que contribuíram com suas narrativas; a todos do Mutirão, especialmente dona Ruth e Ivonete que me receberam carinhosamente em suas casas sempre com um lanchinho e valioso material sobre o mutirão do Nova Aurora. Agradeço também ao Roberval pela colaboração. A todos aos moradores de Nova Aurora e Chatuba, em especial ao Sr. Severino, Sr^a. Severina, Sr^a. Ilza e a Hugo que foram fundamentais com suas narrativas tão cheias de significados.

Aos meus amorosos alunos do Projeto Autonomia, projeto que visava diminuir a distorção idade/série do Colégio Estadual Mário Quintana, pelo total apoio, carinho e palavras de incentivo. Vocês acompanharam atentamente todo meu caminhar.

Por fim, a Deus, pela força que me concedeu a cada dia, mantendo-me firme na realização desse sonho que começou quando ainda era uma menina.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

Walter Benjamin

RESUMO

SILVA, Edilaine Maria Quintanilha da. *Processos de ocupação e produção de “margens” na Baixada Fluminense*: um estudo de caso sobre os bairros da Chatuba e Nova Aurora. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2013.

O objetivo desta dissertação é analisar o processo de ocupação de dois bairros da Baixada Fluminense, buscando entender de que forma o Estado, a partir de sua atuação ou de sua ausência, foi capaz de fomentar a “margem” nesses territórios. A metodologia utilizada para atingir esse objetivo foi, num primeiro momento, a construção de uma *etnografia retrospectiva da região* (Cunha, 2005) desse processo de ocupação. A partir de trabalho de campo de caráter etnográfico, baseado na observação participante, foram realizadas entrevistas aprofundadas com moradores dos dois bairros buscando restituir esse processo a partir do ponto de vista desses atores sociais. Essas entrevistas foram analisadas com base em perspectiva socioantropológica, tendo como referência teórica Veena Das e Deborah Poole, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, entre outros. Ao longo das narrativas aqui analisadas, vamos observar que o processo de produção de margens pelo Estado não foi um processo inerte. Ao contrário, a partir da busca de solução para os problemas da vida cotidiana, a população que ocupou esse território enfrentou questões de diversas ordens. Dois processos de ocupação serão aqui considerados: do bairro da Chatuba, no município de Mesquita, resultado do loteamento das terras oriundas da falência das lavouras citrícolas, e do bairro de Nova Aurora, no município de Belford Roxo, cuja ocupação foi feita a partir do processo do mutirão urbano identificado como o maior mutirão já utilizado na América Latina. A análise focalizará principalmente o bairro de Nova Aurora, buscando contextualizar historicamente o processo que levou às atuais condições de vida no bairro, marcadas pela precariedade da infraestrutura urbana e serviços básicos. Nosso argumento é de que tal “ausência” do Estado está diretamente relacionado ao processo de produção de margens (Das; Poole, 2008). A presença, no texto, do bairro da Chatuba objetiva a construção de uma perspectiva comparativa, contribuindo para a compreensão do processo de ocupação e de produção de margem na Baixada Fluminense.

Palavras-chave: Baixada Fluminense. Periferia. Processos de ocupação. Mutirão. Produção de “margens”.

ABSTRACT

SILVA, Edilaine Maria Quintanilha da. *Occupation processes and production of "margins" in the Baixada Fluminense: a case study on neighborhoods Chatuba and Nova Aurora*. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2013.

The purpose of this thesis is to analyze the occupation process in two neighborhoods of Baixada Fluminense (a region of the State of Rio de Janeiro), seeking to understand how the State, by taking action or being absent, was capable of promoting the “margins” in these territories. The methodology used to achieve that was, at first, the construction of a *retrospective ethnography of the region* (Cunha, 2005) of this occupation process. Through an ethnographic fieldwork, based on participating observation, detailed interviews were done with some dwellers of the two neighborhoods, in an attempt to re-enact the process from the point of view of these social actors. The interviews were analyzed from a socio-anthropological perspective, in reference to the theories of Veena Das and Deborah Poole, Michel Foucault and Pierre Bordieu, and others. We will notice throughout the narratives analyzed here that the production of margins attributed to the State was not an inert process. On the contrary, when looking for a solution to the problems of everyday life, the people who occupied this area faced several situations. Two occupation processes will be dealt with here: the one at Chatuba, a neighborhood in the municipality of Mesquita, the result of the subdivision of lands previously used for citriculture, and the one at Nova Aurora, in the municipality of Belford Roxo, where the occupation was undertaken thanks to a collective effort considered the largest one ever occurred in Latin America. The analysis will focus especially on the neighborhood of Nova Aurora, with the objective to outline a historical context of the process that lead to the present life conditions of the neighborhood, marked by precarious urban infrastructure and basic services. Our argument is that such “absence” of the State is directly linked to the production of margins (Das & Poole, 2008). The presence of the neighborhood of Chatuba in this text is justified as a comparative perspective, helping understand the process of occupation and production of margins at Baixada Fluminense.

Keywords: Baixada Fluminense. Suburb. Occupation processes. Collective effort. Production of “margins”.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Emancipação dos municípios da Baixada Fluminense.....	25
Foto 1	Portal da cidade de Belford Roxo.....	31
Foto 2	Bandeira da cidade de Belford Roxo e brasão (ao centro)	32
Quadro 1	Divisão regional, segundo as mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios do Estado do Rio de Janeiro – 2011	34
Foto 3	Usuários do sistema de trens do Rio, tirada provavelmente das antigas Rio d'Ouro, Leopoldina ou Linha Auxiliar.....	39
Foto 4	Estação D. Pedro II, no ramal de Gramacho, na década de 1970.....	40
Mapa 2	Ramais da SuperVia, atual administradora do sistema suburbano de trens do Rio de Janeiro	41
Quadro 2	Linhas da SuperVia.....	45
Foto 5	Assembleias no galpão e na igreja.....	60
Foto 6	Passeata pelas ruas de Nova Aurora	64
Foto 7	Sr. Laertes Bastos	66
Foto 8	Ao fundo, Sr. João Tavares.....	66
Foto 9	Passeata realizada no centro de Nova Iguaçu	66
Foto 10	Passeata realizada no centro de Nova Iguaçu	66
Foto 11	Reportagem do <i>Jornal de Hoje</i> sobre a promessa de doação das terras da Codeni pelo prefeito Ruy Queiroz ao Mutirão de Nova Aurora	67
Foto 12	Carteirinha de associado de dona Ruth.....	68
Foto 13	Ficha de controle de entrega de material para construção da casa própria.....	72
Foto 14	Dona Ruth (vestido florido) e Ivonete (blusa rosa) no quintal da casa de dona Ruth, adquirida através do Mutirão Urbano de Nova Aurora.....	76
Foto 15	Reivindicação da população ao antigo prefeito Alcides Rolim.....	85
Mapa 3	Bairros de Belford Roxo.....	87
Foto 16	Nova Aurora	91
Foto 17	Problemas estruturais: falta de coleta de lixo	93
Foto 18	Problemas estruturais: falta de calçamento e excesso de poeira.....	94
Foto 19	Problemas estruturais: falta de saneamento básico.....	94
Foto 20	Mar de lama nas ruas de Nova Aurora	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR-040 – Rodovia Washington Luiz

BR-116 – Rodovia Presidente Dutra

CDHS - Centro de Direitos Humanos de Sapopemba

CEBNA – Colégio Estadual Bairro Nova Aurora

CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto

CEDECA - Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

CEHAB - Companhia Estadual de Habitação

CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

CERIS - Centro de Estatística e Investigação Social

CIEP - Centro Integrado de Educação Pública

CODENI - Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu

CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores

FAMERJ - Confederação Nacional das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro

FEMUBER - Federação dos Mutirões Urbanos de Belford Roxo

FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

LIGHT – Light Serviços de Eletricidade S. A.

MAB - Movimento Amigos de Bairro

ONG – Organização não governamental

PCC – Primeiro Comando da Capital

PDS – Partido Democrático Social

PIB – Produto Interno Bruto

PRT – Partido Rural Trabalhista

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

REDUC – Refinaria Duque de Caxias –

RJ-109 – Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

Sedebrem – Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e da Região Metropolitana

Sedur – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional

Seeduc – Secretaria de Estado de Educação

UDN – União Democrática Nacional

Uniabeu – Universidade Abeu

Unigranrio – Universidade do Grande Rio

UPF – União Progressista Fluminense

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	BAIXADA FLUMINENSE: PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	22
1.1	O processo de ocupação da Baixada Fluminense	22
1.2	Emancipações e lutas pelo poder	24
1.3	Tenório e Joca – uma forma de fazer política na Baixada Fluminense.....	27
1.4	Belford Roxo, “a cidade do amor”	30
1.5	Dados socioeconômicos da Baixada Fluminense	33
1.6	A Baixada Fluminense e o trem na vida do morador	37
2	O SONHO DA TERRA PRÓPRIA ENCOBRINDO A AUSÊNCIA DO ESTADO: DUAS FORMAS DE OCUPAÇÃO	48
2.1	O que buscam os que chegam à Baixada?.....	48
2.2	Chatuba: O loteamento e o sonho da terra para morar	52
2.3	Nova Aurora – o maior mutirão da América Latina	58
2.3.1	<u>Diocese de Nova Iguaçu e seu apoio aos movimentos sociais na Baixada Fluminense</u>	<u>61</u>
2.3.2	<u>O “povo de Deus” na luta pela terra.....</u>	<u>62</u>
3	PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DE “MARGENS” NA BAIXADA FLUMINENSE.....	77
3.1	Chatuba – Estado atuante e Estado ausente, duas formas de fomentar a “margem”	77
3.2	Nova Aurora – Vinte anos depois, o que sobrou do passado de luta?	79
3.3	Pela ausência ou pela atuação – o Estado produzindo as margens	88
3.3.1	<u>Os jovens que vivem às “margens” na “margem”</u>	<u>96</u>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

O presente trabalho começou a ser desenhado a partir da pesquisa de campo realizada no bairro de Nova Aurora, localizado no município de Belford Roxo, um dos mais pobres da Baixada Fluminense, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo 2010)¹. O objetivo deste trabalho é analisar de que forma as “margens” são produzidas a partir da atuação ou ausência do Estado. Ainda de acordo com o IBGE (Censo 2010), o município de Belford Roxo possui um dos piores índices sociais da região, e o bairro de Nova Aurora concentra muitos deles. Alto índice de pobreza, baixos níveis de saneamento básico, com valas negras a céu aberto, ligação irregular da rede da Cedae, maioria absoluta das ruas sem calçamento, coleta precária de lixo e deficiência na área da saúde e transporte, entre outros problemas de infraestrutura básica. A concentração desses problemas sociais num só lugar foi primordial para que eu tomasse o bairro como objeto de pesquisa, na medida em que ele se apresentava como um campo empírico privilegiado para pensar os processos de segregação e a produção de margens pelo Estado (DAS; POOLE, 2008).

Minha chegada ao campo ocorreu em dezembro de 2009, no dia que escolhi na Coordenadoria Regional Metropolitana VII o colégio no qual seria alocada minha matrícula como professora de Sociologia da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC). O Colégio Estadual Bairro Nova Aurora, conhecido como (CEBNA) ou “Grupo Escolar”, ou “grupo” – forma como os moradores costumam se referir à escola – possuía os doze tempos de hora-aula necessários para a alocação da matrícula. Dessa forma, implantei ali minha matrícula antes mesmo de conhecer o local onde iria trabalhar.

Nesse mesmo dia, decidi conhecer o colégio onde eu atuaria, antes mesmo do início das aulas. Parti do centro de Belford Roxo em direção ao meu novo local de trabalho; à medida que o ônibus se afastava em direção à periferia, a paisagem se tornava mais cinza e as estradas mais estreitas e mal-acabadas. O Rio Botas, que corta o município de Belford Roxo, delimita duas áreas na região: de um lado fica o bairro de Xavantes, de classe média baixa, porém bem servido de serviços básicos e com comércio relativamente grande para os padrões de Belford Roxo; do outro lado fica o bairro de Nova Aurora, que possui precária infraestrutura básica e de serviços urbanos.

Conforme o ônibus se aproximava de seu destino, as estradas largas foram ficando para trás e o que se desvendava à nossa frente era uma estrada estreita, cercada por um

¹ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.html>. Acesso em 14 de fevereiro de 2011.

paredão de barro e mato. Essa estrada era dividida por carros e moradores, que em muitos momentos precisavam arriscar suas vidas no trânsito para chegar a seu destino.

Na véspera havia chovido, e logo no primeiro dia me deparei com uma das características do local: em dia de chuva há sempre muita lama nas ruas e em dia de sol há muita poeira no ar. Avistamos ao longe uma cruz em azul neon da Igreja de São Jorge, que desempenha papel social importante na localidade². Descemos no Largo da Baiana, ponto de referência que haviam me fornecido. O local comporta um pequeno comércio e alguma centralidade no bairro, pois é onde se localiza a Paróquia de São Jorge e o CEBNA.

No primeiro dia de aula, em fevereiro de 2010, refiz o trajeto ao local de trabalho muito atenta àquela paisagem, sentindo-me ainda muito insegura, mesmo tendo sido informada pela diretora, no dia em que fiz a primeira visita ao local, de que no colégio não havia problemas de violência e criminalidade. Diversos medos faziam meu corpo retesar. O primeiro era o medo do desconhecido que se abria para mim. O segundo era o fato de entrar numa sala de aula pela primeira vez como professora, visto que toda a minha experiência profissional havia sido em escritórios no centro da cidade do Rio de Janeiro. O terceiro medo era o fato de trabalhar com alunos do curso noturno.

O que estou fazendo aqui? Quando vou poder trocar de escola? Eram as principais perguntas que passavam pela minha cabeça. Não acreditava que teria que utilizar dois ônibus e fazer um trajeto de quase duas horas para chegar a Nova Aurora e mais uma hora e meia para voltar para casa a partir das dez horas da noite. Optei, no primeiro momento, por manter meu trabalho no escritório e conciliar as duas atividades, pois o salário pago por uma matrícula (doze tempos de hora/aula) era muito baixo. Somente após seis meses mantendo os dois trabalhos optei pelo posto de professora concursada do Estado do Rio de Janeiro.

As primeiras aulas foram muito difíceis; nossos pequenos tiques ou defeitos são transformados em gigantescos empecilhos para a condução de uma boa aula. Apenas quatro ou cinco alunos se sentavam nas primeiras cadeiras, do lado esquerdo da sala, em frente à minha mesa; os outros trinta e poucos faziam um paredão no fundo da sala.

A opção pela pesquisa de campo de caráter etnográfico se deu a partir desse estranhamento que tive ao chegar ao bairro pela primeira vez, mesmo sendo moradora da Baixada Fluminense. Como observa Roberto Cardoso de Oliveira (2006), a primeira experiência do pesquisador no campo é a “domesticação teórica de seu olhar”, pois qualquer observação empírica à qual dirigimos o nosso olhar já está carregada de uma maneira própria de

² Ao final do primeiro capítulo, será apresentada a importância da igreja para o projeto de mutirão para construção de casas populares, realizado entre as décadas de 1970 a 1990.

vê-lo. Como afirma Cardoso, “seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade” (2006, p. 19).

Nascida no município de Nilópolis e moradora do município de Nova Iguaçu, mais precisamente de Mesquita, após sua emancipação, em minha rede de relações mais próximas estão os moradores desse local. A Baixada Fluminense constitui o meu espaço de vida e atuação, seja no trabalho, nos locais de lazer, de parentesco, de amizade. E, assim como os moradores daqui o meu *ethos* é formado a partir da identidade social dos habitantes da região.

Em um dado momento, esse fator pode levar a questionamentos sobre a imparcialidade ou distanciamento necessário para a realização de trabalho de pesquisa. Entretanto, nosso olhar, conforme explicita Oliveira (2006), carrega toda a teoria apreendida durante a nossa vida acadêmica. Com base nesse pressuposto, mesmo analisando a sociedade na qual estamos inseridos, nossa interpretação dos fenômenos sociais está mergulhada na fundamentação teórica. Nosso olhar, segundo Oliveira (2006), funciona como prisma pelo qual observamos nossa realidade.

Já faz parte do senso comum a representação da Baixada Fluminense como local que comporta deficiências no que tange a oportunidades de empregos, nível de escolarização e infraestrutura urbana, entre outros problemas. Grande parte da população da Baixada Fluminense está submetida, inclusive eu, acostumada à ausência do poder público em diversas áreas da vida social. Gilberto Velho (1978) aponta como instância de pesquisa legítima a área de domínio do pesquisador; ele afirma:

Posso estar acostumado, como já disse, com uma paisagem social onde a disposição dos atores me é familiar, a hierarquia e a distribuição de poder permitam-me fixar, *grosso modo*, os indivíduos em categorias mais amplas. No entanto, isto **não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo, posso ter um mapa, mas não compreendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam.** O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao exótico [...]. Isso não significa que, mesmo ao nos defrontarmos, como indivíduos e pesquisadores, com grupos e situações aparentemente mais exóticas ou distantes, não estejamos sempre classificando e rotulando de acordo com princípios básicos através dos quais fomos e somos socializados [...]. **Dentro ou fora de nossa sociedade nós, pesquisadores ocidentais, estamos sempre, por exemplo, trabalhando e nos refindo à categoria indivíduo como unidade básica de mapeamento** (VELHO, 1978, p. 8, grifos nossos).

Devido à dificuldade de acesso e ao abandono da região, não foi fácil seguir adiante; no entanto, o desafio e a curiosidade são próprios do cientista social. Percebendo as nuances do local, decidi estudar suas especificidades. Tive que transformar aquele ambiente estranho em familiar. Segundo Gilberto Velho (1978), mesmo que o pesquisador seja da mesma cidade, existe descontinuidade entre o “mundo” do pesquisador e o grupo estudado,

descontinuidade esta que pode gerar experiências de estranhamento e de não reconhecimento, e até um choque cultural comparável a viagens a sociedades e regiões exóticas. Corroborando o argumento de Velho (1978), decidi permanecer como professora na região e entender as relações, o *ethos* e as representações que os habitantes de Nova Aurora, particularmente a população jovem, faz de si, do “outro” e da região em que vivem.

Desde que tive contato com o bairro de Nova Aurora e com meus alunos do CEBNA, sempre os questioneei a respeito das condições de moradia, de infraestrutura, de falta de saneamento da região e sempre cobrava uma postura política, de reivindicação de seus direitos junto às lideranças políticas do município. O que recebia como resposta era a apatia; após vários discursos, fui percebendo que aquela realidade não os afetava da mesma forma que a mim, muito provavelmente pelos anos de moradia no local.

Com o avanço da pesquisa de campo, ouvi relatos que mostram que Nova Aurora possui em sua formação um histórico de luta dos moradores mais antigos por melhores condições de vida no bairro, sobretudo por melhores condições de moradia e pela casa própria. Apesar das lutas do passado, hoje, em muitos dos morros que compõem o bairro, podemos ver casas penduradas em barrancos, falta de saneamento básico, ruas sem calçamento, carência de espaços públicos de lazer, enfim, ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Esse foi o meu ponto de partida para procurar entender a região e as representações que os moradores faziam do bairro. Meus alunos foram meus primeiros informantes nesse processo. Uma frase foi reiteradamente ouvida ao longo de três anos na região: “aqui não tem nada”. Foi na tentativa de compreender o que os moradores de Nova Aurora queriam dizer com ela e considerando a o ponto de vista desses atores sociais e sua forma de atuação no dia a dia do bairro que esta pesquisa foi se desenvolvendo.

Ao longo das aulas, ainda em 2010, o relacionamento com as duas turmas do terceiro ano do Ensino Médio tornou-se bastante acolhedor. A possibilidade de mudanças de vida e mobilidade social a partir da educação, explicitada por minha própria trajetória em relação a meu passado como estudante de colégio público, das dificuldades para entrar, custear e manter-me numa universidade particular, a Universidade Candido Mendes. As dificuldades eram provenientes tanto da questão do pagamento das mensalidades – o que me obrigava a trabalhar para pagar os valores mensais – quanto da distância que nós, moradores

baixadenses, temos que percorrer, seja pela SuperVia³, Avenida Brasil ou Linha Vermelha para chegar cedo ao trabalho. Em meu caso, o retorno para casa após um longo dia de trabalho trazia o incentivo das aulas motivadoras.

Com meus alunos tentava sempre abordar suas trajetórias, as dificuldades que encontravam na vida social. E eram constantes os meus questionamentos quanto à passividade da população em relação à situação estrutural do bairro. Muitos alunos se inflamavam; no entanto, mostravam-se tímidos em relação à atuação ou cobrança junto ao poder público. Perguntados por mim sobre o porquê de tal atitude, ouvi de um aluno do primeiro ano do Ensino Médio: “Professora, os políticos daqui são “tudo” matador”.

Essa frase dá a dimensão de como a associação de política e violência estão presentes no imaginário da população na região. A Baixada Fluminense carrega em seu histórico políticos que possuem envolvimento com a criminalidade, mais especificamente com grupos de extermínio. Belford Roxo, desde sua emancipação, tem o estigma de ser o município mais violento do mundo, de acordo com a *Revista de Âmbito Jurídico*⁴.

Baseado em Das & Poole (2008), o objetivo principal deste trabalho é analisar de que forma o Estado pode ser responsável pela produção de margens – sejam territoriais, sociais, econômicas e intelectuais – com base em sua ausência ou de suas atuações. Para tal, é essencial entender como foi o processo de ocupação do território e como a distância territorial relegou a Baixada Fluminense e seus moradores a um isolamento não só territorial como sociocultural.

O que apresento aqui é uma interpretação feita com base nos dados que levantei e reuni em minha experiência de trabalho de campo em Nova Aurora. Segundo Clifford Geertz (2008), os textos etnográficos são interpretações de segunda e terceira mão, visto que somente ao nativo seria possível fazer uma interpretação em primeira mão de sua cultura. O pesquisador carrega consigo o hábito de manter seus “radares” sempre atentos. Olhos abertos a novas paisagens, novos caminhos e ouvidos atentos para captar uma conversa solta aqui e acolá, um boato, uma confissão, uma fofoca ou qualquer mensagem que o ajude a compor o mosaico da realidade social que busca apreender, uma nova estrutura que chame sua atenção.

Os dados coletados, inicialmente de forma desconexa, começam a se somar e parecem um amontoado sem coerência. Quando decidimos tomá-lo como objeto de estudo, todas as dúvidas surgem: Que recorte fazer? É um objeto de estudo que interessa a academia? Como

³ Nome da companhia de trens urbanos que possui concessão para administrar a rede ferroviária do estado. A rede corta toda a Baixada Fluminense em direção à Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro, levando milhares de passageiros todos os dias.

⁴ <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/3642.pdf>, acessado em 18/07/2012.

vou me inserir nesse novo universo? Vou ser capaz de analisá-lo com clareza? Silva (2009) chama a atenção para o fato de que o etnógrafo é movido por dúvidas, incertezas e questões, pois existe algo no campo que ele desconhece.

A aparente incoerência dos dados, segundo Foote-Whyte (2005), começa a se esclarecer quando passamos a conviver com as pessoas. Ao longo do processo da pesquisa e do trabalho de campo começamos a perceber padrões antes não percebidos. O autor afirma ainda que a dúvida recai sobre a pesquisa, fazendo-nos reexaminar os dados a fim de verificar se o padrão percebido faz jus à realidade observada ou se é fruto de sua imaginação. Nas palavras do próprio autor: “estou convencido de que a evolução real das ideias na pesquisa não acontece de acordo com os relatos formais que lemos sobre métodos de investigação. As ideias crescem, em parte, como resultado de nossa imersão nos dados e do processo total de viver” (FOOTE-WHYTE, 2005, p. 284).

O pesquisador, alimentado pelas teorias, técnicas e métodos aprendidos e aplicados ao longo do processo de ir e vir ao campo de pesquisa e da interação com orientadores, professores, colegas e especialistas na área de trabalho, transforma o amontoado de dados em uma “descrição densa” do universo no qual seu olhar esgueirou-se.

Estudar a Baixada Fluminense foi meu foco de interesse desde a graduação. E, ao iniciar uma nova trajetória profissional como professora de Sociologia do Ensino Médio noturno do CEBNA, em 2010, conheci uma realidade que, apesar de estar próxima, sob muitos aspectos, de minha própria realidade como moradora da Baixada, estava também distante de minha experiência social, por evidenciar ainda mais as limitações que os baixadenses enfrentam, confrontando-me com um panorama não só de extrema pobreza e degradação.

Ao longo do processo de pesquisa, alguns aspectos do bairro Nova Aurora me chamaram a atenção, como a degradação originada pela ausência do Estado na oferta de serviços básicos e, por isso mesmo, fundamentais, além do estigma vivido por seus moradores. Esse fator me remeteu a outro bairro da Baixada em situação bastante parecida, o bairro da Chatuba. Resolvi então tomá-lo como referência que permitisse uma perspectiva comparativa dos processos de ocupação e formas de representação, com o objetivo de iluminar a pesquisa no bairro belford-roxense. Por fim, um aspecto foi essencial para mudar o campo de visão e de pesquisa: o processo de ocupação do território iniciado na década de 1970, a partir do Mutirão Urbano de Nova Aurora.

O processo de ocupação do território da Baixada Fluminense que terá maior destaque neste trabalho será o iniciado na década de 1950, a partir da migração de trabalhadores de

todas as regiões do país, em especial os nordestinos, que buscavam a vida no Estado do Rio de Janeiro e as oportunidades decorrentes da industrialização, conforme relatam os Leeds (1978). Esse processo se deu a partir do loteamento de terras originadas da falência da lavoura citrícola. A necessidade de acesso à moradia por meio da posse da terra encobria problemas decorrentes da urbanização acelerada e da ausência do Estado nas benfeitorias necessárias à vida urbana, como pavimentação, saneamento básico, água, iluminação.

Ao estudar Nova Aurora, seu processo de ocupação a partir do Mutirão e o atual processo de segregação decorrente do isolamento do bairro e da precária infraestrutura local, percebi a necessidade de entender melhor a chegada desse migrante à Baixada Fluminense. Escolhi, portanto, com o objetivo de comparar, contrastar e iluminar o estudo sobre o bairro de Nova Aurora um outro bairro da Baixada, a Chatuba, que teve em sua ocupação o loteamento como principal fator de inserção populacional e a experiência de “resolução dos problemas práticos”⁵ a partir de ações coletivas como principal forma de amenizar as dificuldades do dia a dia.

A expectativa com o presente trabalho é, com a etnografia que apresento, poder contribuir para as discussões no campo da segregação socioterritorial, tendo referência às margens produzidas pelo Estado numa região onde ainda existe deficiência no que tange a investimentos públicos em serviços básicos. Espero, com esta pesquisa, contribuir com o campo acadêmico ainda carente de pesquisas de campo que contemplem o vasto território de possibilidades que existe na Baixada Fluminense e nos moradores baixadenses.

Objetivando entender o processo de ocupação da Baixada Fluminense, bem como a atual configuração socioeconômica da população, o presente trabalho faz uma análise do processo de migração para dois municípios no Estado do Rio de Janeiro: Mesquita e Belford Roxo. Para isso, busco indícios, mediante pesquisa de campo e dados estatísticos que demonstrem a escassez dos serviços básicos que direcionam a região para uma margem territorial, assim como social.

O primeiro capítulo desta dissertação trará uma etnografia retrospectiva da ocupação da Baixada Fluminense, dando maior destaque para a centralidade do município de Nova Iguaçu e as sucessivas emancipações ocorridas ao longo das décadas de 1980 e 1990. Nesse processo de emancipação, haverá maior destaque para o município de Belford Roxo e para a gestão do primeiro prefeito da cidade, Jorge Júlio da Costa dos Santos, conhecido como

⁵ Termo cunhado por Linderval Augusto Monteiro para designar uma característica bastante comum na Baixada Fluminense: a solução de problemas que afetam a sociedade dada pelos próprios moradores, desde a limpeza de valas e ruas até o recurso aos justiceiros para tentar garantir a segurança local, por mais paradoxal que isso possa parecer.

“Joca”, que carrega em sua biografia os rótulos de ser um político matador e o melhor político que Belford Roxo já teve, segundo Monteiro (2007b).

Ainda no primeiro capítulo, será analisada a situação socioeconômica da região a partir do Censo do IBGE de 2010, chamando a atenção para as formas de acesso à Baixada Fluminense, a importância do trem na vida do morador baixadense e os processos de socialização fomentados pelas longas e penosas viagens nos trilhos da ferrovia atual, da concessionária SuperVia.

No segundo capítulo, apresento uma etnografia dos processos de ocupação dos bairros da Chatuba e Nova Aurora. Tomei como base para a confecção desse capítulo a noção de Geertz (1978), procurando fazer uma “descrição densa” dos processos que levaram à construção dos bairros a partir do loteamento e do mutirão de Nova Aurora, responsável pela construção de vinte mil casas populares, os entroncamentos entre as lideranças do mutirão e a ditadura e de que forma a participação da Igreja foi fundamental, a partir da Pastoral da Terra.

No terceiro capítulo, a análise recairá sobre a atual configuração dos bairros e como o Estado, a partir de sua atuação (no caso da Chatuba) ou a partir de sua ausência (em Nova Aurora), participou do processo de segregação socioespacial desses territórios. Veena Das e Deborah Poole (2008) e Michel Foucault (2008) servirão de referencial teórico para buscar entender como o Estado pode ser o produtor das margens. De acordo com Das e Poole (2008), o Estado pode negar direitos a determinados extratos da sociedade, na medida em que não oferece oportunidades para todos no que tange a infraestrutura e educação, além de apenas exercer o controle social sobre essa população.

É essencial neste momento delimitar os papéis dos bairros nesse processo de pesquisa. Nova Aurora e seu latente estado de exceção têm papel de protagonismo nesta pesquisa. A Chatuba, ainda que no papel de coadjuvante, mas não menos estigmatizada na cidade em que está localizada, auxiliará a pesquisa ao mostrar que diferentes processos de ocupação, loteamento e mutirão podem ser amenizados pela ação coletiva dos moradores ou “resolução dos problemas práticos” do cotidiano.

1 BAIXADA FLUMINENSE – PROCESSOS DE OCUPAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Neste primeiro capítulo por considerar essencial “apresentar” a região a ser analisada, discrimino diversos dados da Baixada Fluminense. Dentre estes, perpasso por processo de ocupação, transporte e a relação de seus moradores com suas vias e ferrovias, a violência e a forma como os moradores convivem com ela, os processos que determinaram as emancipações e os dados socioeconômicos visando construir uma visão mais abrangente da região.

1.1 Processos de ocupação da Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense faz parte da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Censo do IBGE de 2010, a Baixada possui 3.542.680 habitantes, divididos entre os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Magé, Guapimirim, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.

Os primeiros relatos sobre a ocupação da Baixada remontam ao século XVI. As terras da Baixada inicialmente destacaram-se com o plantio de cana-de-açúcar, utilizada para a produção de aguardente. De acordo com Monteiro (2007), após a descoberta do ouro em Minas Gerais, os rios e as terras da Baixada passaram a ser caminho para chegar às terras mineiras. Com a crise do ouro, as vilas que se formaram ao longo dos rios entraram em decadência. O século XIX trouxe mudanças significativas para a conformação das terras baixadenses.

Para Figuerêdo (2004), o ciclo do café teve seu auge na primeira metade do século XIX e viveu um processo de decadência na segunda metade do século, pois a dependência dos rios para o transporte cafeeiro exigia de boas condições de navegação, mas o assoreamento dos rios provocados pelas ventanias dificultava o escoamento da produção.

De acordo com Monteiro (2007a), no final do século XIX, a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II foi fundamental para iniciar um significativo processo de ocupação da Baixada. Ao longo das ferrovias, casas começaram a ser construídas, situação que intensificou o povoamento da região. Nesse mesmo período, a última grande lavoura da região, a lavoura

citrícola, começou a desenvolver-se; nas terras que pertenciam às decadentes fazendas transformadas em chácaras eram cultivadas pomares de laranja. A produção era enviada para pequenos centros comerciais alocados na extensão da via férrea, que se estendia até Queimados.

Nova Iguaçu foi um dos centros comerciais que recebiam as laranjas produzidas na região. A atual cidade era conhecida por “cidade perfume”, por conta do aroma produzido pelos pomares de laranja. A cultura citrícola fez com que a região enfrentasse seu primeiro grande processo de povoamento. No entanto, a lavoura de laranja enfrentou problemas devido à deficiência na técnica utilizada na plantação; ao transporte precário pela via férrea até o porto do Rio de Janeiro, que escoaria a produção para o exterior; crises internacionais; pragas e alagamento dos trilhos, conforme salienta Monteiro (2007a).

Na década de 1930, com a derrubada e queimada de árvores improdutivas, a região começa a passar por um processo de urbanização, com divisão e venda dos lotes para moradia de milhares de migrantes, sobretudo os nordestinos, e moradores oriundos de favelas cariocas em busca de moradia próxima ao Rio de Janeiro. O pagamento dos lotes era inferior aos aluguéis pagos na cidade⁶, e os moradores poderiam construir suas casas, ainda que modestas. A proximidade com a via férrea era outro atrativo da região, pois permitia melhor acesso ao grande centro comercial do estado, local onde muitos moradores trabalhavam, inclusive o senhor Albertino José Quintanilha, meu avô, um dos muitos que trabalhavam na construção civil e que participou, como pedreiro, da construção do Estádio Mário Filho, o Maracanã.

Pode-se afirmar que a vítima do acordo entre proprietários agrários à beira da falência e poder público municipal foi o morador proletário do lote baixadense. Segregado nos bairros pobres surgidos da junção dos diversos loteamentos, esse morador foi em grande medida seduzido pelo pequeno valor das prestações do lote e pela esperança de conseguir chegar ao seu local de trabalho facilmente através da linha férrea ou do transporte rodoviário (MONTEIRO, 2007a, p. 40).

As principais intervenções do poder público foram: a retirada das árvores e a abertura de ruas dentro dos pomares. Os serviços essenciais eram de obrigação dos moradores. A obtenção de lotes e a possibilidade de construção de um lar para sua família pareciam ocultar os problemas que os moradores enfrentariam com a ausência de investimentos em infraestrutura na região, conforme salienta Monteiro (2007a).

Segundo Barreto (2006), o crescimento populacional deu-se em decorrência da criação da Comissão de Saneamento da Baixada e do Departamento Nacional de Obras de

⁶ Termo utilizado pela população para referir-se à cidade do Rio de Janeiro, local onde muitos trabalham.

Saneamento. Entretanto, habitantes locais, sabendo que a espera por serviços públicos poderia levar muito tempo ou que eles poderiam até mesmo não chegar, construíam suas casas com a ajuda dos amigos, abriam o asfalto para fazer a ligação de esgoto e água de sua casa com o sistema da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) e faziam ligação direta de energia dos postes da Light (Light Serviços de Eletricidade S. A.) quando da ausência do serviço em sua residência, situação ainda presente na realidade dos moradores da Baixada Fluminense na atualidade. Essa população, vinda de várias regiões do país, especialmente do Nordeste, desde a chegada à nova terra tomou para si a responsabilidade de tornar o ambiente habitável.

O movimento de chegada dos migrantes coincidiu com o fracasso da agricultura. Segundo Monteiro (2007a), lotear as terras foi uma saída vantajosa para os proprietários rurais, que enfrentavam sérios problemas financeiros. Com o loteamento e venda dos lotes, diminuiriam os prejuízos econômicos; com a venda das terras, os proprietários rurais poderiam investir em outras áreas citrícolas.

O loteamento foi um bom estratagema também para as autoridades regionais, que receberiam impostos por uma terra sem qualquer benfeitoria. Monteiro (2007a) declara que havia um incentivo à “invasão” de migrantes que não eram bem recebidos na capital carioca, mas que eram desejados, por não exigirem nada das autoridades e por sua chegada ser sinônimo de receita de impostos do tipo urbano.

O inchaço populacional oriundo da política “habitacional” de 1943 levou às primeiras divisões do gigantesco município de Nova Iguaçu, a partir de 1947. A grande quantidade de moradores nos municípios de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti provenientes dos loteamentos propiciou a emancipação dos referidos distritos.

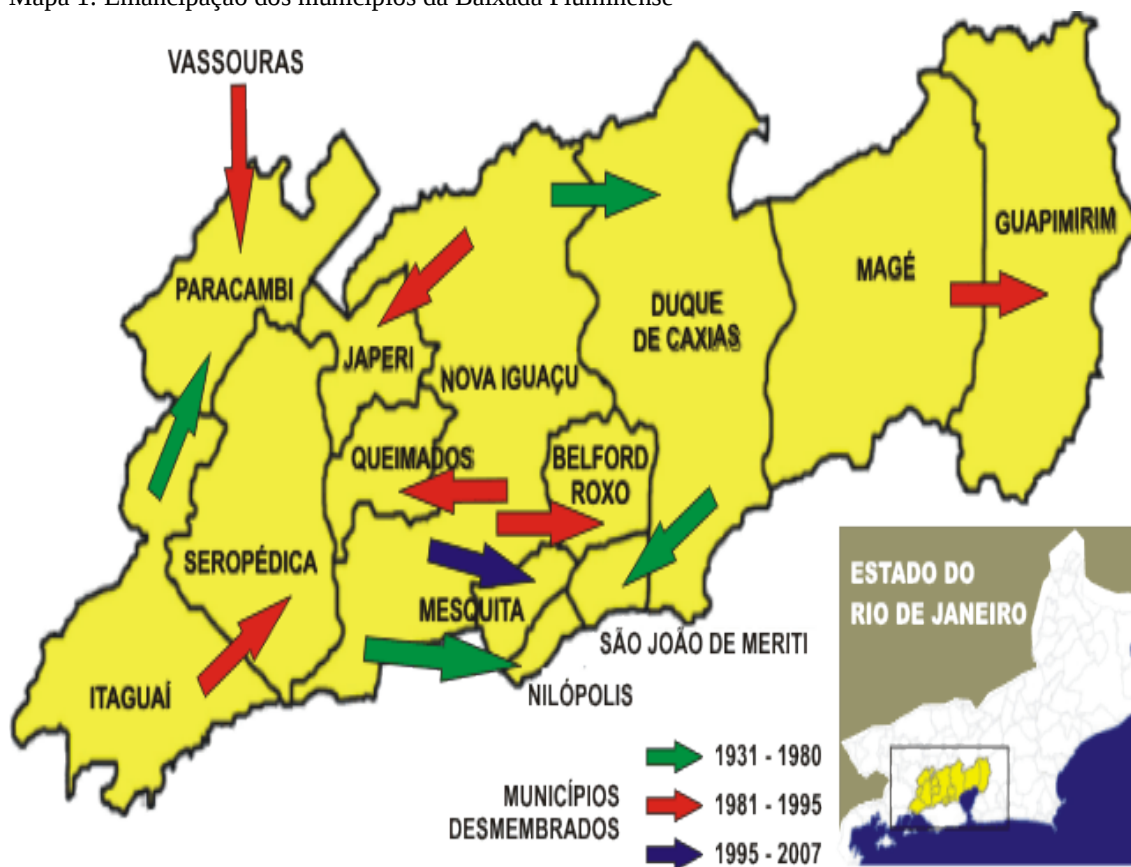
1.2 Emancipações e lutas pelo poder

Segundo Barreto (2007), nas décadas de 1950 e 1960 a Baixada Fluminense teve crescimento populacional em torno de 100%, estimativa muito superior à das outras regiões do estado.

No curto período de vinte anos, entre 1950 e 1970, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo tiveram a sua população triplicada, num movimento demográfico sem paralelo, que levava dos sertões para as cidades do interior e dessas para as grandes cidades do litoral uma massa de descendentes de ex-escravos, sertanejos e de filhos pauperizados de imigrantes. Ampliaram-se os bolsões de pobreza urbana nas antigas favelas e na ocupação desenfreada da

periferia metropolitana, invertendo em apenas uma geração a designação do Brasil, de país eminentemente agrário para uma das grandes economias urbanas do mundo (MISSE, 2008, p. 372).

Mapa 1: Emancipação dos municípios da Baixada Fluminense



Fonte: Fórum Cultural Fluminense, 2013

A urbanização, a expansão industrial e a construção civil e, consequentemente, o crescimento demográfico fizeram com que o então único município da Baixada, Nova Iguaçu, fosse desmembrado. Diversos outros municípios adquiriram sua independência, sendo o primeiro deles o de Duque de Caxias, em 31 de dezembro de 1943. Com a emancipação, o então distrito de São João de Meriti passou a compor o novo município do Estado. Em 1947, São João de Meriti se emancipou do município de Duque de Caxias e Nilópolis emancipou-se de Nova Iguaçu.

O crescimento populacional acelerado nessas décadas e a ausência ou deficiência de serviços públicos propiciaram o surgimento de lideranças comunitárias forjadas dentro da própria localidade. Esse líder era, geralmente, alguém que resolvesse os “problemas práticos⁷”. Com o golpe militar em 1964, as expectativas dos proletariados e de líderes locais

⁷ Termo cunhado por Linderval Augusto Monteiro. O autor faz uma exposição detalhada para explicar o termo. “Excluídos antes mesmo de chegar, restou aos novos moradores conviver com o ambiente rude criado pelas empresas loteadoras e distantes de qualquer esfera do poder público, unicamente preocupado com a coleta dos impostos originários da dinamização comercial dessa região agora habitada pelas famílias proletárias. [...] Nesse cenário é que surge o que designei

foi extinta; no entanto, segundo Monteiro (2007a), a população não sentiu a intervenção militar, mas ela foi essencial para a reconfiguração política local e para o aparecimento de uma nova elite nascida do crescimento do comércio varejista.

De acordo com Monteiro (2007a), baseado nos estudos de Barreto (2006), os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu foram considerados áreas de segurança nacional durante o período em que o Brasil foi governado pelo militares devido à presença da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), que fica localizada na rodovia federal Washington Luiz. O município de Nova Iguaçu enfrentou a cassação de prefeitos e vereadores e a indicação de novos políticos, que assumiram o poder a partir de decretos autoritários.

São João de Meriti e Nilópolis sofreram também o processo de intervenção. Em Nilópolis, em 1970, João Cardoso perdeu seu mandato após um processo judicial no qual Miguel Abraão e Anízio Abrão David, então parentes do sucessor na prefeitura do município, e Jorge David foram as testemunhas de acusação. Família altamente influente na região, atualmente tem pretensão de alargar seus domínios para a cidade vizinha de Mesquita, na qual Farid Abraão tenta eleição como prefeito (MONTEIRO, 2007a).

Durante o processo de intervenção, uma nova elite vinculada ao comércio local utilizava, segundo Monteiro (2007a), verbas privadas do estado para promover práticas assistencialistas que tinham como objetivo a manipulação do voto popular. Famílias como o clã Raunheiti em Nova Iguaçu, os Cozolino em Magé e os Abraão David em Nilópolis passaram a ter domínio político na região; os Abraão David têm ligação estreita com os militares, o que permitiu que mantivessem jogos de contravenção sem a interferência do poder público.

Enquanto a composição política se engendrava nos territórios baixadenses, a população não se atentava para as mudanças no cenário político. Acostumada à resolução de seus “problemas práticos” a partir de sua rede de relações, as lideranças nascidas a partir da resolução desses problemas começaram a ganhar terreno político junto a eleitores. Um exemplo de líder que passou a ter destaque a partir da resolução desses problemas foi o ex-prefeito de Belford Roxo, Joca, que realizava o serviço de ambulância ao socorrer moradores

“rede de resoluções de problemas práticos”, que se constitui em uma noção pensada por mim em trabalho anterior. Pretendia eu naquela ocasião englobar a gama variada de resoluções de problemas levados adiante pela população dos bairros periféricos baixadenses em uma teia invisível que eu designei dessa forma. Assim, tanto o ato simples de manter a frente de sua própria casa limpa até o assassinato de bandidos por bandos de justiceiros, que eu identifiquei como constituídos por moradores dos próprios bairros proletários baixadenses, foram colocados dentro de um mesmo cenário e categorizados como elementos componentes dessa rede marcada fundamentalmente pelo fato de serem constituintes dela quaisquer ações populares destinadas à amenização das agruras componentes da vida proletária na região da Baixada Fluminense. Vida marcada sobretudo por desenvolver-se bastante distante de qualquer presença do Estado (MONTEIRO, 2007, p. 73).

do distrito em seu carro particular para o posto de saúde mais próximo e na proteção do comércio e da população a partir da expulsão ou assassinato de bandidos que atuavam extorquindo comerciantes, assaltando a população ou violentando mulheres no bairro, realizando, dessa forma, “limpeza local”.

Segundo Ozório (2007), grande parte da população de Nova Iguaçu trabalhava no Rio de Janeiro, fato que lhe rendeu, antes de iniciar seu ciclo de industrialização, o apelido de “cidade-dormitório”; segundo a autora, após as emancipações da década de 1940 a cidade baixadense tornou-se uma das principais cidades do Estado por conta do processo de industrialização, mas um novo processo de industrialização abalou a economia do estado. Emanciparam-se em 1990 os municípios de Belford Roxo e Queimados, onde ficava o Polo Industrial de Nova Iguaçu, que, com o advento da emancipação, passou a fazer parte do novo município. Em 1991, foi a vez de Japeri emancipar-se e, por fim, no ano de 1999, Mesquita adquiriu sua independência.

1.3 Tenório e Joca – criador e herdeiro de uma forma de fazer política na Baixada

Nos anos de 1950 e 1960, um político bastante emblemático, Natalício Tenório Cavalcante de Albuquerque, ou somente Tenório Cavalcante, “O Homem da Capa Preta”, inaugurou uma forma de fazer política na Baixada, onde muitos políticos transitam entre o legal e ilegal. De acordo com Telles e Hirata (2010), os ilegalismos não são falhas na aplicação das leis, mas sim jogos de poder que determinam os espaços onde a lei pode ser violada, ignorada e aplicada.

Tenório Cavalcante chegou ao Rio de Janeiro em 1926, fugido do Estado de Alagoas após matar o assassino de seu pai. Morou com parentes em pensões até que se mudou para a Baixada Fluminense. Segundo Grynspan (2012), a vida de Tenório foi muito diferente da vida da maioria dos migrantes, pois sua família possuía vínculos políticos. Por ser afilhado do vereador de Alagoas Natalício Camboim, foi indicado para trabalhar com Hildebrando Araújo Góes, então diretor do Departamento de Portos, Rios e Canais. O contato lhe rendeu um emprego de controlador de ponto nas obras da estrada Rio-São Paulo, atual Rodovia Presidente Dutra. Pela indicação de Hildebrando, Tenório começou a trabalhar como administrador das fazendas de Edgard Soares Pinho em Duque de Caxias, vindo a instalar-se

na região. Segundo Barreto (2006), nesse período ele envolveu-se em muitos conflitos pela posse de terras, deixando a administração das fazendas, mas recebendo uma boa indenização.

A Baixada passava por fase de valorização a partir do investimento e loteamento da região para moradia. Tenório criou uma ampla rede assistencialista, facilitando a chegada de novos migrantes à Baixada Fluminense, intensificando dessa forma uma forte rede de relações pessoais. Monteiro (2007a) salienta que nesse período foi fortalecido o papel do agente político violento que exigia a lealdade dos grupos que ficavam sob a sua proteção; o auxílio desse grupo de protegidos nos embates envolvia a disputa da posse de terra.

Telles e Hirata (2010) analisam, em seu texto *Ilegalismo e jogos de poder em São Paulo*, de que forma o Primeiro Comando da Capital (PCC), grupo criminoso que atua na periferia da capital paulista regula a vida social a partir de resoluções de “problemas práticos”, sejam eles brigas de vizinhos, bandidos que atuam incomodando moradores, pequenos delitos, qualquer situação que englobe a vida social no bairro. O patrão da biqueira, que são como postos de resolução de problemas e que existem em vários bairros, é chamado para arbitrar e resolver problemas do cotidiano. O patrão da biqueira é como um juiz, e sua decisão é lei. Quem desrespeita tal decisão pode sofrer sanções que vão desde um corretivo, ser expulso do bairro ou a morte dependendo do grau de gravidade do delito cometido.

O poder que as armas lhe conferiram foi importante para expandir seu prestígio nas camadas inferiores e superiores, pois todos precisavam de proteção numa área carente de tudo, inclusive de segurança. Serviu de segurança inclusive para autoridades como o presidente Washington Luiz, numa visita do então presidente às obras da rodovia Rio-Petrópolis em Duque de Caxias. O casamento com a sobrinha-neta do coronel João Telles Bittencourt, prefeito de Nova Iguaçu entre 1927 e 1929, rendeu-lhe mais prestígio, levando-o à eleição para vereador em 1936 pela União Progressista Fluminense (UPF), partido de oposição a Getúlio Vargas. O golpe do Estado Novo, no entanto, abreviou seu mandato.

Em 1944, Tenório formou-se em Direito e alcançou maior projeção ao defender casos de grande repercussão, como o “crime do Sacopã⁸” e por defender nordestinos em risco de despejo por invadirem terras vazias ou por crimes violentos. Sua fama foi conseguida também

⁸ O triângulo amoroso entre o bancário Afrânio Arsênio de Lemos, Marina Andrade Costa, de 18 anos, e o tenente da Aeronáutica Alberto Jorge Franco Bandeira terminou com o assassinato de Afrânio por Alberto. Seu corpo foi deixado dentro de seu automóvel na Ladeira do Sacopã. O crime ocorreu em 6 de abril de 1952 e teve grande repercussão nacional. Alberto foi condenado a 15 anos de cadeia, porém ficou preso apenas sete anos. Tenório Cavalcante teve grande influência na liberdade de Alberto, especialmente quando apresentou, na revista *O Cruzeiro*, Joventino Galvão Silva, um pistoleiro paraibano, como verdadeiro autor do crime.

em favor do jornal *Luta Democrática*, do qual era dono, em que noticiava, em longas matérias, os argumentos da defesa.

“O homem da capa preta” surgiu após a projeção de alguns símbolos: a “Lurdinha”, sua inseparável metralhadora, e a capa preta, típica de estudantes de direito da Universidade de Coimbra, presente de um amigo, que era usada para esconder a sua “Lurdinha”. Ao lado de sua metralhadora, Tenório usava violência e coerção como forma de fazer política e possuía a gratidão do povo de Caxias, pois era “o justiceiro contra ladrões de todos os tipos” (MISSE, 2008, p. 377); era o início de uma série de políticos matadores na Baixada Fluminense. A população sentia-se mais segura com a ação de políticos matadores que protegiam a região executando arrombadores, assaltantes e estupradores que atuavam na localidade.

No fim do Estado Novo, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia os opositores de Getúlio. Pela UDN, Tenório foi eleito deputado estadual em 1947 e federal nos anos de 1950, 1954 e 1958. No final dos anos 1950 rompeu com a UDN e apoiou o candidato Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e mais tarde apoiou seu amigo Getúlio de Moura para governador do Estado do Rio de Janeiro pelo Partido Social Democrático (PSD). Entretanto, este candidato foi derrotado no pleito pelo concorrente do Partido Trabalhista Brasileiro, Roberto Silveira.

Com o advento do Estado da Guanabara, criado com a transferência da capital para Brasília, em 1960 Tenório candidatou-se a governador pelo Partido Rural Trabalhista (PRT), com o apoio do Partido Social Progressista (PSP), mas ficou em terceiro lugar na eleição que foi vencida por Carlos Lacerda.

Dois anos depois, Tenório se candidatou, agora pelo Partido Social Trabalhista (PST), ao governo do Estado do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, à Câmara Federal. Essa disputa ocorreu já em um quadro distinto. Era outro Tenório, uma nova *persona* política, alterando de forma substancial seu discurso, suas propostas, suas alianças. Em uma conjuntura marcada por intensa mobilização social, polarização e intensificação dos embates políticos, ele procurou diversificar e ampliar seu campo de ação adotando palavras de ordem como a reforma agrária e o combate ao imperialismo, dando suporte a manifestações e movimentos reivindicatórios operários e camponeses. Foi apoiado por grupos de esquerda que ele combatera (GRYNSZPAN, 2012, s/p).

Em 1964 teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº1 (AI-1). Durante o período da ditadura manteve-se afastado da política, mas, segundo Barreto (2006), continuou atuando nos bastidores políticos por meio de seu genro, Hydekkel de Freitas. Em 1982, ainda tentou se eleger deputado federal pelo PDS, mas foi derrotado, pois seu nome não contava com o prestígio de antes; faleceu em Duque de Caxias em 1987.

1.4 Belford Roxo, a cidade do amor

Na década de 1980, o apoio da população fez surgir uma nova lenda política na Baixada Fluminense: o prefeito Jorge Júlio Costa dos Santos, o “Joca”. Nascido em Vassouras, mudou-se em 1947 para o então distrito Belford Roxo, aos dois anos. Assim como muitos migrantes, a família sofreu com a falta de emprego e assentamento para os migrantes. Sua família comprou um lote e conseguiu construir uma casa para abrigar de forma mais digna a família de 13 filhos. Segundo Monteiro (2007b), todos precisavam trabalhar, inclusive as crianças. Joca e seus irmãos vendiam doces no trem, assim como sua mãe. Tempos depois, ela começou a trabalhar como merendeira numa escola pública, enquanto seu pai trabalhava na manutenção da estrada de ferro.

Essa infância de luta fomentou no político a valorização do trabalho e insensibilidade em relação aos problemas relacionados a jovens delinquentes, fatos que podiam ser constatados em seus discursos: “Com um passado marcado não pela frequência à escola, mas sim nas ruas onde vendia seus produtos, guiava sua carroça, cobrava as passagens de ônibus, lutava luta livre ou dirigia ônibus; devia ser difícil para Joca possuir outra referência que não fosse o trabalho” (MONTEIRO, 2007b, p. 56).

O crescimento empresarial de Joca, segundo Monteiro (2007b), deu-se em decorrência de sua insatisfação com as poucas oportunidades. Joca tornou-se possuidor de duas lojas de materiais de construção e de uma transportadora; no entanto, o sucesso de comerciante, segundo a promotora Tânia Maria Sales Moreira, aconteceu pelo fato de o comerciante ser receptador de cargas roubadas, crime muito comum na Baixada Fluminense, local cortado pela Rodovia Presidente Dutra.

É característica comum na Baixada Fluminense encontrarmos centros sociais nos quais “lideranças locais” montam um pequeno equipamento em que realizam serviços à população, seja atendimento médico, dentista, cursos de capacitação. Geralmente são atendimentos precários, mas que de alguma forma têm alguma relevância frente à precariedade de equipamentos urbanos na localidade. Esses centros sociais geralmente vêm acompanhados dos nomes de candidatos que vão concorrer às eleições seguintes.

Esse movimento remonta à década de 1980, quando então começou a surgir o líder comunitário Joca. Monteiro (2007b) assinala que Joca, com sua “Brasília Velha”, levava moradores a postos de saúde e que essa foi a primeira de vinte ambulâncias que passaram a existir a partir de seu trabalho social. No entanto, essa primeira “ambulância” era utilizada

para transportar os corpos de seus desafetos, informação negada por Joca e confirmada por seus opositores políticos.

A aproximação de Joca do prefeito iguaçuano da época, Aluísio Gama, e de Nelson Bornier, então deputado federal, possibilitou a pavimentação de muitas ruas, abertura de postos de saúde e modernização do centro comercial do então distrito. Nesse contexto, já existia um movimento pró-emancipação. A primeira tentativa de emancipação foi em 1988, no entanto, só aconteceu em 1990. No mesmo período, mudanças bastante acentuadas ocorreram na cidade: limpeza das ruas, transformação de terrenos baldios em praças, promessa de construção de um batalhão da Polícia Militar, escolas e hospital, que foi construído e é conhecido no município pelo apelido de “hospital do Joca”. A violência na cidade diminuiu, mas o número de homicídios e chacinas aumentou, possivelmente por obra de justiceiros (MONTEIRO, 2007b). As primeiras eleições ocorreram somente em 1992, e em 1º de março de 1993 Joca assumiu a prefeitura do município.

Foto 1: Portal da cidade de Belford Roxo



Fonte: Eufrásio Pereira, 2010.

Em toda a Baixada, corriam os feitos do prefeito e a admiração pelo recente portal da cidade, pelas avenidas largas; a Bayer também era motivo de admiração. Nas ruas da cidade, os pontos de ônibus possuíam, em sua lateral, um coração. Esse símbolo também ocupa o brasão da cidade. Trata-se do símbolo da campanha do então candidato. Belford Roxo ficou conhecida como “cidade do amor” e era o símbolo de crescimento na Baixada.

Foto 2: Bandeira da cidade de Belford Roxo e brasão (ao centro)



Fonte: Eufrásio Pereira (2010).

Belford Roxo tornou-se uma cidade admirada não só pela população dos outros municípios e distritos como pelos políticos de outras regiões, seu modo de governar passou a ser imitado. Nos distritos pertencentes a Nova Iguaçu, aumentou o desejo de emancipação, visto que Nova Iguaçu era omissa em relação a demandas dos distritos mais distantes.

Relembro o comentário de meu aluno, ainda muito jovem na época, quando disse: “professora, os políticos daqui são “tudo” matador”. Políticos como Joca, considerado líder do grupo de extermínio, não são raros. Notícias de morte de adversários políticos ainda é realidade em toda a Baixada.

Com apenas dois anos de mandato, Belford Roxo perdeu seu líder político, assassinado na noite de 20 de junho de 1995, no Túnel Santa Bárbara, na capital do estado, quando se dirigia a uma reunião com o então governador do Estado do Rio de Janeiro Marcello Alencar. Ao lado de Joca estava o prefeito de São João de Meriti, que saiu ileso da tentativa de assalto seguida de morte. O assassino confesso, apelidado de Ratinho, é tido por pessoas que acompanharam esse fato como bode expiatório; acredita-se até hoje que foi crime político (MONTEIRO, 2007b).

Uma verdadeira comoção atingiu a cidade; estima-se, segundo Monteiro (2007b), que mais de cem mil pessoas se aglomeravam na praça da cidade à espera do corpo. O dia 20 de junho transformou-se em feriado municipal e no hino da cidade os feitos do herói belford-roxense são exaltadas.

Belford Roxo é hoje uma das maiores cidades da região em contingente populacional, tendo 446.332 mil habitantes. Em contrapartida, é também uma das mais pobres (Censo

IBGE, 2010⁹), com incidência de pobreza de 60,6%. A região também sofre de inchaço populacional; esse fator é perceptível ao observar suas ruas sempre com muito movimento. A cidade é a 16ª em densidade demográfica no Brasil, tendo em torno de 5.428,36 habitantes por quilômetro quadrado. A média etária é de 26 anos; oferece poucas oportunidades no que tange a emprego, lazer e infraestrutura.

1.5 Dados socioeconômicos da Baixada Fluminense

Por que Baixada Fluminense?

O site do IBGE apresenta duas definições esclarecedoras a respeito do termo. A primeira delas é baseada no prisma geográfico; a segunda, no teor político-institucional e histórico-cultural. Do ponto de vista geográfico, o termo baixada corresponde a todas as superfícies planas de baixas altitudes que se estendem desde a linha da costa até a Serra do Mar. A definição político-institucional auxilia as ações governamentais e o enfoque histórico-cultural se baseia na formação social da região. De acordo com a Sedebrem (Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e da Região Metropolitana), em 2005 o governo do estado considerava pertencentes à Baixada Fluminense os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

A segunda definição, adotada pelo Programa de Ação Integrada Baixada Fluminense (PAI), da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano e Regional (Sedur), privilegia os municípios a partir do histórico de conquistas, ocupações e condições sociais e econômicas da Baixada: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti; entretanto, atualmente a definição ou desenho territorial da Baixada Fluminense é o estabelecido pela Sedebrem.

A Baixada Fluminense está inserida na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, conforme demonstra o quadro abaixo:

⁹ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> acessado em 16/07/2012.

Quadro 1 – Divisão regional, segundo as mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios do Estado do Rio de Janeiro - 2011

Mesorregiões, microrregiões geográficas e municípios
Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro Microrregião do Rio de Janeiro Belford Roxo Duque de Caxias Guapimirim Itaboraí Japeri Magé Maricá Mesquita Nilópolis Niterói Nova Iguaçu Queimados Rio de Janeiro São Gonçalo São João de Meriti Tanguá Microrregião de Itaguaí Itaguaí Mangaratiba Seropédica Microrregião Serrana Petrópolis São José do Vale do Rio Preto Teresópolis Microrregião de Vassouras Engenheiro Paulo de Frontin Mendes Miguel Pereira Paracambi Paty do Alferes Vassouras Microrregião de Macacu-Caceribu Cachoeiras de Macacu Rio Bonito

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011.

A região possui importante papel econômico na célula urbana do Rio de Janeiro. A presença de empresas como o Polo Gás-Químico no município de Duque de Caxias; da Bayer, em Belford Roxo, do polo industrial de Queimados e Japeri, a Usina Termoelétrica Termorio, entre outras, faz com que o produto interno bruto (PIB) da região esteja entre um dos maiores do estado. Números impulsionados pelo município de Duque de Caxias, que se manteve em segundo lugar no *ranking* do PIB estadual nos últimos anos, de acordo com o Ceperj (Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro) (2013).

Outro segmento que impulsiona favoravelmente os números da região é o PIB de Serviços, orientado pela facilidade de fluidez das mercadorias, favorecido pelas vias que dão acesso a outros mercados consumidores, como a Via Dutra, que leva a São Paulo, e a BR-040, que leva a Belo Horizonte. Essa circulação de bens e serviços torna a região atrativa a novos

investimentos empresariais. Essa atratividade aumenta com o advento do Arco Metroviário ou Anel Arco-Rodoviário.

De acordo com Rocha (2007), a revitalização do antigo porto de Sepetiba, atual porto de Itaguaí, assim como a implementação do Anel Arco-Rodoviário (RJ-109), permitirá intensa movimentação de fluxos que potencializará produção e exportação que beira níveis internacionais a partir do porto de Itaguaí.

A circulação do capital na região atrai também investimentos no ramo imobiliário. Na cidade de Nova Iguaçu, dois apart-hotéis foram construídos, o Mont Blanc e o Mercury, além do crescimento vertical da cidade, com a construção de condomínios de primeira linha que atraem a classe média alta e alta que buscava o conforto e o estilo encontrados nos condomínios da Barra da Tijuca, local que atraía os novos ricos da Baixada. A classe média também é atraída ao ramo imobiliário pela construção de casas geminadas e pequenos condomínios que se multiplicam a cada dia em toda a região. De acordo com o Ceperj, o ramo imobiliário e de aluguéis, além da administração pública, comércio e manutenção de serviços, foi responsável por colocar Nova Iguaçu na quinta colocação do PIB de serviços no *ranking* do Estado do Rio de Janeiro.

Atraídos pelo público consumidor e promissor da região, instalam-se na região modernos prédios empresariais e polos universitários públicos e privados, além da ampliação e da construção de novos shoppings e redes de lojas. Conforme relata Rocha (2007), Nova Iguaçu sediou no ano de 2006 um evento de porte mundial, o Fórum Mundial de Educação, reafirmando a valorização da região.

Segundo a Firjan (Federação das indústrias do Rio de Janeiro), em até 15 anos a Regional Baixada I, composta pelos municípios de Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Seropédica, Itaguaí e Mangaratiba, com a implementação do Arco Metropolitano do Rio, deverá ter um salto populacional do atual 1,6 milhão para aproximadamente 4 milhões de habitantes.

Carlos Erane de Aguiar, presidente da Representação Regional da Firjan Baixada I, reforça que a Baixada possui 33% da população do estado e que as novas cidades da Regional Baixada I são responsáveis apenas por 4,9% do PIB do estado; os investidores precisam de segurança para se instalar na região, e ele acredita ser fundamental a implementação de UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) no local.

Estimam-se ampliação do ramal de trens urbanos e da Via Light e a chegada de muitas empresas, consolidando o Estado do Rio de Janeiro como um dos principais centros logísticos do país, fator que pode beneficiar a população ao criar milhares de empregos. Segundo a

entidade, é imperativo um desenvolvimento sustentável com fornecimento de energia, opções de transporte, habitação, educação, saneamento e ordenamento urbano.

Essa intensa valorização econômica da Baixada Fluminense atraiu a atenção e o interesse político, visto que assumir a prefeitura de cidades como Nova Iguaçu e Duque de Caxias pode gerar projeção a nível nacional, fato que pode ser observado com a eleição de Lindbergh Farias para a prefeitura de Nova Iguaçu, local de onde saiu para assumir vaga no Senado brasileiro nas eleições de 2012.

Ainda se observa, entretanto, um abismo entre o crescimento econômico da região e áreas pauperizadas. Duque de Caxias possui hoje uma população de cerca de 855 mil habitantes e, apesar de ser a segunda colocada no *ranking* que avalia o PIB da indústria e de serviços, sua população possui baixa renda *per capita* – R\$ 642,68, se comparada com municípios como Niterói (R\$ 2.303,46), uma das maiores rendas *per capita* do estado, ou mesmo em comparação com um dos municípios que compõem a Baixada Fluminense, Nilópolis, em que a renda *per capita* é de R\$ 823,16, segundo o IBGE.

Observa-se ainda que, no tocante a investimentos em serviços básicos à população, as duas maiores cidades da baixada (Duque de Caxias e Nova Iguaçu) possuem índices baixíssimos, mesmo se comparados à região. Caxias conta com 53,53% da população vivendo na pobreza, números próximos de sua próspera vizinha Nova Iguaçu, com um percentual de 54,15%.

O IBGE (2010) levantou um total de 269.353 residências no município caxiense; dessa população, apenas 168.536 possuem abastecimento de água, e somente 55,90% dessa população possuem saneamento adequado, enquanto, no município iguaçuano, das 248.186 casas, 189.281 possuem abastecimento de água e 65,20% contam com saneamento adequado.

No tocante à escolaridade, Duque de Caxias possui 17,40% de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler; Nova Iguaçu tem 15,70%; cada um dos municípios tem mais de 100 mil pessoas analfabetas.

Nesta análise dos municípios da Baixada, o destaque mais negativo é para o município de Japeri, com uma incidência de pobreza de 76,37%. A renda *per capita* da população, segundo o Censo de 2010, era de R\$ 453,15; é também do município a maior taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos: 26% da população.

Os municípios de Mesquita e Nilópolis apresentam os melhores índices sociais. Mesquita, com uma população de 168.376 pessoas, não teve os dados referentes à incidência de pobreza informados pelo IBGE. Sua população possui renda *per capita* de R\$ 700,88, a segunda maior da região, e bom saneamento que atinge 86,80% da população, se comparado

com outros municípios, e uma das mais baixas taxas de analfabetismo entre pessoas acima de 15 anos: 11,20%.

Os números do município de Nilópolis são ainda melhores. Uma população de 157.425 pessoas possui, como já dito, a maior renda *per capita* da Baixada Fluminense (R\$ 823,16) e índice de pobreza de apenas 32,48%. Esse município é o que possui o índice de pobreza mais próximo ao da capital do Estado (23,85%). O município possui 89,90% de saneamento adequado, o maior da Baixada Fluminense, e a menor taxa de pessoas de 15 anos analfabetas: apenas 6,60%.

A Baixada Fluminense é amplamente conhecida pelos históricos e volumosos casos de violência e deficiência dos serviços básicos, o que lhe concede uma característica bastante peculiar, que é uma suposta unidade. Fala-se em Baixada; no entanto, a região é composta por 13 municípios e cada qual tem suas especificidades. Analisando detalhadamente os dados socioeconômicos e ampliando o olhar sobre o território e a vida dos moradores, descortina-se uma disparidade no tocante a investimentos, principalmente se analisados municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, onde bolsões de riqueza convivem com a extrema pobreza em distâncias de 15 minutos, fato comprovado entre a elegante Rua 25 de Agosto e a favela do Lixão, no centro de Caxias.

Segundo o IBGE, Belford Roxo possui uma população de 469.332 habitantes; desse total, mais de 81 mil são moradores do bairro Nova Aurora. A renda *per capita* da cidade é de R\$ 519,99, a segunda menor da baixada, com incidência de pobreza de 60,06%. Da população, 17,90% acima de 15 anos são analfabetos e 39,80% não possuem saneamento adequado.

1.6 Baixada: o trem na vida do morador da Baixada

Barreto (2006), Monteiro (2007a) e Ozório (2007) destacam a importância do pequeno valor dos lotes e, em especial, a proximidade com via férrea como fundamental para a aquisição dos lotes; é mencionada também como essencial a construção da Avenida Brasil, em 1946, e da BR-116 (Rodovia Presidente Dutra). Nesta pesquisa, o transporte ferroviário terá predominância sobre os demais, devido à sua importância no processo de ocupação da Baixada Fluminense.

A história do transporte ferroviário inicia-se no final do século XIX, quando a cidade do Rio de Janeiro, antiga capital da República foi agraciada com a implementação de projetos

de construção de linhas férreas, tendo nesse período um total de quatro ferrovias: Central do Brasil, Rio d'Ouro, Leopoldina e a Linha Auxiliar.

A ferrovia Rio d'Ouro fora criada em 1876 como uma ferrovia cargueira, transportando o material e os operários empregados nas obras de construção das adutoras para o abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro a partir dos mananciais da Serra de Tinguá, em Nova Iguaçu. Macedo (2004) destaca que a ferrovia possuía dois ramais, um na extinta Praia Pequena no Caju, passando por Triagem até seu destino final, e outra saía do extinto Porto de Maria Angu, na Penha, até entroncar em Vicente de Carvalho (uma homenagem a um antigo fazendeiro local, e não ao poeta paulista homônimo).

Em 1883, os primeiros trens de passageiros começaram a circular. A linha chegou a servir aos subúrbios de Vicente de Carvalho e Pavuna, além de várias localidades da Baixada Fluminense, como Areia Branca, em Belford Roxo. Na década de 1970, as linhas foram desativadas. Anos depois, essas linhas foram incorporadas à Linha 2 do Metrô da cidade do Rio de Janeiro.

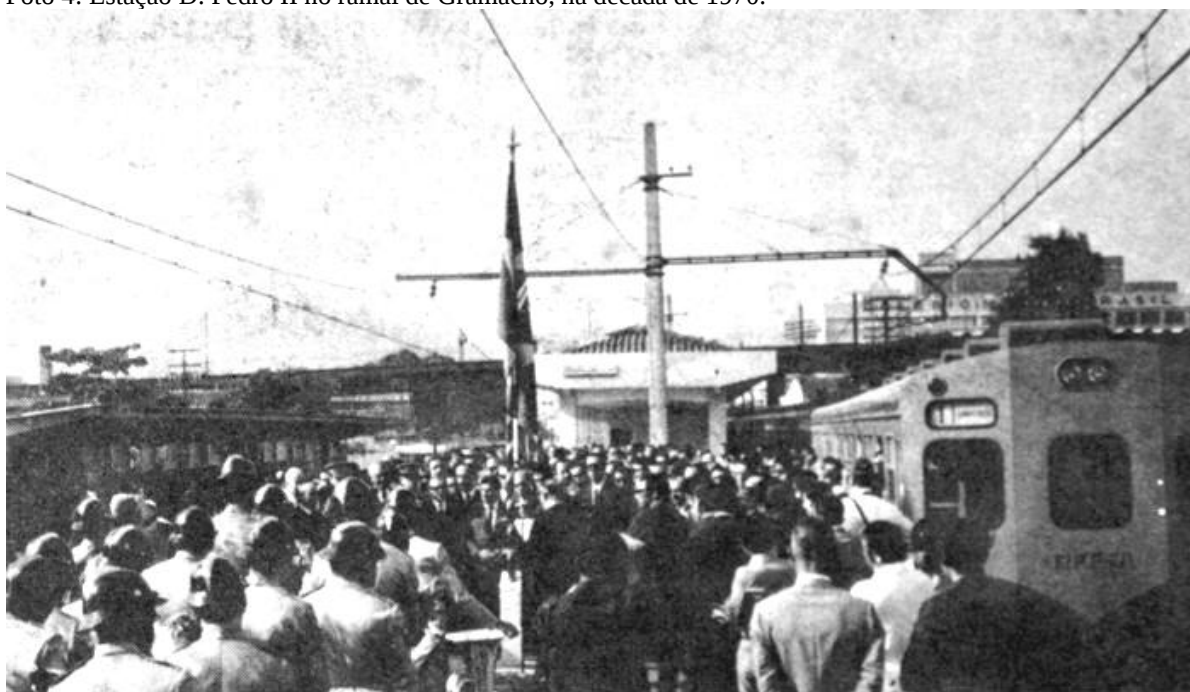
Foto 3: Usuários do sistema de trens do Rio. Foto tirada em horário de baixo movimento, tomada muito provavelmente em linhas de bitola métrica das antigas Rio d'Ouro, Leopoldina ou Linha Auxiliar.



Fonte: Macedo (2004).

Em 1886, a empresa Northern Railway inaugurou um percurso entre as estações de São Francisco e Duque de Caxias (sob o nome de Mirity). A interligação de núcleos urbanos favoreceu um surto de progresso nas regiões contempladas. Com a falência da Northern Railway, a The Leopoldina Railway Company iniciou a operação na área urbana do Rio de Janeiro; com a expansão da ferrovia, foi construída uma imponente estação de passageiro em 1926, sob o nome de Barão de Mauá. O prédio hoje está abandonado. A estação da Leopoldina atendia aos subúrbios de Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Duque de Caxias.

Foto 4: Estação D. Pedro II no ramal de Gramacho, na década de 1970.



Fonte: Macedo (2004).

A Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, da empresa do mesmo nome, possuía um percurso que ia da Mangueira até a Pavuna; é por esse motivo que a escola de samba é conhecida até hoje como Estação Primeira de Mangueira. A estação ganhou extensão e iniciava em Francisco Sá, próximo à Praça da Bandeira, e ia até São Mateus, em São João de Meriti. A empresa foi incorporada à Central do Brasil em 1903, sob o nome de Linha Auxiliar. Hoje em dia, a linha atende aos subúrbios do Jacarezinho, Del Castilho, Rocha Miranda, Honório Gurgel e Pavuna, tendo Belford Roxo como fim de linha.

A ferrovia D. Pedro II, hoje conhecida como Central do Brasil, foi inaugurada em 20 de março de 1858. Além da Estação da Côrte (localizada na hoje Estação D. Pedro II) e de Queimados, havia quatro estações intermediárias: Engenho Novo, Cascadura, Sapopemba

(Deodoro) e Maxambomba (Nova Iguaçu). No entanto, o transporte suburbano só foi realizado três anos depois, quando foi inaugurada a estação de Engenho Novo, que ligava a primeira estação a Cascadura, que partia às 17h15min e retornava duas horas depois. O bairro do Engenho Novo ficou conhecido como início dos subúrbios.

A ferrovia levou um forte surto de progresso às regiões servidas pelas linhas, e a cidade foi se expandindo; outros ramais foram criados. Essas localidades ficaram conhecidas como “subúrbios da Central”. As margens das demais vias passaram a ser conhecidas como subúrbios. A estação, a partir da Proclamação da República, passou a ser conhecida como Central do Brasil, e em meados da década de 1980 chegou a transportar mais de 1 milhão de passageiros diariamente; mas, com os incentivos à indústria automobilística e o sucateamento do transporte sobre trilhos, esse número caiu para aproximadamente 320 mil passageiros atendidos diariamente pelos trens da Central.

Mapa 2: Ramais da SuperVia, atual administradora do sistema suburbano do Rio de Janeiro.



Fonte: Macedo (2004).

O trem urbano ocupa posição bastante especial na vida do morador baixadense. Determina valores, escolhas, pertencimentos, amizades. Os ramais de Japeri, Gramacho e Belford Roxo cortam a quase totalidade dos municípios que pertencem à Baixada Fluminense, e a ocupação dos lotes na região segue um padrão muito peculiar. De acordo com Monteiro (2007a), os lotes próximos às estações de trem possuíam valor mais alto e recebiam as

pessoas que detinham maior poder aquisitivo. Quanto mais longe da estação de trem, mais baratos os lotes e menos abastados eram novos os proprietários dos terrenos, situação bastante semelhante à de hoje.

Sr. Severino, 89 anos e morador do bairro da Chatuba desde 1965, é exemplo da ocupação por critério de valores e deslocamento. O bairro fica a aproximadamente um quilômetro da estação de trem de Edson Passos; os terrenos são mais baratos do que os localizados no bairro vizinho. Sr. Severino conta que, quando em 1965 veio de Campina Grande, na Paraíba, logo no terceiro dia arrumou emprego de sapateiro, sua profissão, na sapataria do sr. Renato, chamada Calçados Renato, que produzia sapatos sob medida. Sabendo do seu desejo de trazer a família para o Rio, indicou um local para a sua moradia do funcionário, que no primeiro mês morou com o irmão da esposa na Rocinha, mas seu desejo não era morar em favela:

Eu queira apanhar a família na Paraíba e eu queira morar em São Paulo, e aí uns amigos queriam me levar para Niterói, mas eu tinha medo de passar pela baía (risos). “Tem como ir sem passar pela Baía?” (risos). Aí Renato perguntou se eu não queria morar para os lados de Nova Iguaçu, pois Nilópolis tinha muito terreno bom. Eu vim e ele esperou por mim na estação de trem de Nilópolis. Fomos ao bar na Avenida Mirandela e ele perguntou ao Piraí (dono do bar) se não sabia de alguém com lugar para alugar e ele veio com um cartão do sr. Júlio Português; as casas eram da segunda mulher dele. O nome dela era dona Lúcia. Aluguel uma casa, a avenida era novinha, paguei dois meses adiantados e mandei a família vir. A mulher vendeu tudo o que tinha, a máquina... E veio de ônibus no dia 29 de agosto de 1965 (Sr. Severino, entrevista concedida em 3 de julho de 2013)¹⁰.

Apesar de a Baixada Fluminense ser uma opção viável por conta da acessibilidade ao transporte público, a qualidade das ferrovias sempre foi questionada pelos frequentadores; no passado, o destaque eram as composições velhas, com apenas cinco ou seis vagões, repletas de quebras e acidentes que provocavam atraso e superlotação. Apesar de décadas de distância, essas reclamações ainda são mencionadas.

Eu andei muito pouco de trem porque era muito cheio e inconstante e às vezes a gente perdia trabalho (Sr. Severino, entrevista concedida em 3 de julho de 2013).

Os graves problemas no transporte ferroviário levaram muitos passageiros a fazerem uso do transporte rodoviário, que compensava o intervalo maior entre as saídas dos ônibus com maior conforto e rapidez no transporte.

Eu alugava um Evanil¹¹ das seis horas. Eu tinha quarenta passageiros. O Evanil tinha dois ônibus no horário das seis horas, um da linha e outro tarifa A. Eu viajava com uma senhora,

¹⁰ As narrativas dos moradores terão a formatação em itálico, a fim de diferenciá-las das citações. Não haverá correções nas falas dos entrevistados.

¹¹ Empresa de ônibus que realiza o transporte de passageiros de Nova Iguaçu para diversas partes do estado.

mas ela estava chegando muito tarde, saindo às seis horas, e teve que pegar o ônibus mais cedo. O Sr. Narciso, dono da empresa, passou do nome dela para o meu. Eu recolhia o dinheiro e pagava todo o mês... Durou muito tempo, mais ou menos quatro a cinco anos (Sr. Severino).

O transporte público para o morador da Baixada revela o processo de socialização nascido no cotidiano e na criação de amizades e grupos a partir do convívio. Os vagões são divididos de acordo com os interesses dos grupos, e o frequentador diário da SuperVia conhece o que cada vagão pode oferecer; os menos avisados podem presenciar surpresas rotinas pouco comuns para um transporte.

Essa característica da criação de grupos a partir de afinidades não é recente; podemos conferir isso na fala de dona Ilza e sr. Severino.

Quando minha irmã casou eu passei a viajar sozinha; andar de trem era um problema sério, os homens abusavam... Aí eu comecei a conhecer essas pessoas que andavam nos bailes comigo, o dono do baile era aqui de Mesquita, então era tudo gente conhecida... Os bailes, comecei aqui em Mesquita, e o conjunto (Devaneios) vai para outros lugares e você vai acompanhando. Aí eu já tinha essas amizades e já podia ir para outros lugares porque eles tomavam conta da gente. Aí eu conversando, “você vai no primeiro carro, na segunda porta, que nós viajamos sempre ali”. Aí eu comecei uma amizade muito bonita. Tinha trocas de presentes no Natal. Se tinha aniversário de alguém, a gente ia pra lanchonete e levava presente; ih, foi muito bom! Muito bom! Nossa eu sinto falta dessa época! O Fernando, o Zózimo, tem a Geni, Luzia, o marido de Luzia, tem muita gente ainda viva que eu lembro que ia no primeiro vagão, segunda porta, e quando não tinha eu ia para o segundo vagão, segunda porta, que era o pessoal conhecido da Beija-Flor, mas não tinha a afinidade que eu tinha com os outros. Iam na minha casa, papai adorava todos eles. Pelo carinho que eles tinham comigo.... Isso era em 1976... Já tem quarenta anos essa amizade (Dona Ilza).

As amizades nascidas do transporte partem da necessidade de fazer o tempo passar mais rápido e de forma mais prazerosa. É comum encontrarmos sexta-feira à noite, na Central do Brasil, grupos de amigos bebendo na plataforma à espera de alguém do grupo para iniciar a viagem ou simplesmente começando seu final de semana e abandonando uma semana de luta.

As pessoas faziam amizade nesse carro. O nosso era o carro quatro, nós deixávamos passar três carros e entrávamos no quarto vagão. Todo mundo sentava perto. Tinha jogo, mas eu nunca joguei... Uma vez o trem entrou na plataforma e eu sentei e botei a marmita de lado e a mulher sentou em cima. Era uma mulher grande. Ela falou: “você tá me catucando” e eu falei: “você é que está sentada na minha marmita”. Naquele dia não tinha quem não risse no vagão (risos) (Sr. Severino).

Por exemplo, no segundo vagão do trem das 18h30min, a prática comum é jogo de baralho. Para que a prática do jogo seja realizada sem interrupções, o lado de entrada e saída do vagão é travado pelos praticantes do jogo, impedindo a entrada e saída das pessoas, fato que levou a reclamações de muitos passageiros.

Como usuária do transporte público ferroviário e rodoviário, percebi que, ao longo dos anos, práticas como pagodes nos trens, festas de aniversário em trem e ônibus diminuíram a

ponto de nos últimos anos não ter presenciado práticas tão antigas e peculiares. A pregação evangélica está menos intensa, visto que é proibida; entretanto, cotidianamente ainda é possível observar tal prática.

O jornal *Expresso* de 4 de julho de 2013 traz uma reportagem em resposta à reclamação na carta do leitor não identificado que gerou uma reportagem sob o título “Jogadores de sueca irritam a galera do trem”. Ali a SuperVia pede desculpas pelo transtorno e afirma que reforçará a fiscalização para coibir o fim do jogo de cartas nos trens. O fim de práticas tão comuns ocorre devido campanhas “educativas” da SuperVia objetivando a boa convivência nas viagens.

Percebe-se também que as relações de pertencimento e exclusão estão presentes a partir das estações ou plataformas. Quanto mais cedo desembarcar do ramal de Japeri, melhor é a qualidade de vida, tomando como base o tempo médio de viagem. Da estação de Nova Iguaçu para Japeri gasta-se em média uma hora a mais de viagem. Uma hora depois, esse morador pode ainda ter que caminhar ou pegar sua bicicleta no bicicletário, tão comum nas estações, para finalizar o trajeto até sua residência.

Quadro 2: Linhas da SuperVia



Fonte: Macedo (2004).

No caso dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, a região central do município é dividida a partir de padrões bastante elevados de consumo. No primeiro município, temos ao lado da linha do trem um comércio tão rico que atrai moradores de diversos outros municípios da Baixada, com um shopping a céu aberto, o crescimento do

comércio para além da Via Light¹², área que vem recebendo grandes investimentos econômicos, como o Polo Gastronômico¹³, vários prédios comerciais e que atualmente acolhe os grandes eventos na cidade.

O lado oposto da via do trem é onde se encontra um dos maiores valores de tributação e investimento em prédios residenciais de luxo da Baixada Fluminense, o novo Fórum e o novo complexo da Unimed na região, aquecendo ainda mais o espaço, que recebe muitas instituições médicas. O centro do município é claramente cortado. De um lado, um forte comércio; do outro, um bairro predominantemente residencial.

Encontramos características bastante parecidas no município de Duque de Caxias. O gigantismo de seu centro comercial, de um lado, e do outro o valioso bairro Vinte e Cinco de Agosto, que, além de elegantes construções residenciais, acolhe o Museu da Vida e a respeitada Universidade do Grande Rio (Unigranrio).

Em contrapartida, nos municípios de Belford Roxo e São João de Meriti a estação de trem determina duas realidades opostas, apesar de tão próximas fisicamente. O modesto centro da cidade de Belford Roxo recebe o fim de linha do ramal de mesmo nome. Próximo ao ramal encontramos de um lado o comércio e no oposto a prefeitura e a Universidade Uniabeu. Quanto mais entramos no território, mais ficam visíveis as diferenças, dentre elas, a falta de investimento público em infraestrutura, como calçamento das ruas, saneamento básico e coleta de lixo.

A falta de investimento em transporte público afeta diretamente a vida do morador da região. Os trens são sucateados e precisam de investimento em tecnologia e o efetivo uso dos novos trens comprados é necessário para diminuir o intervalo entre as composições. Já o transporte rodoviário tornou-se um problema devido aos constantes engarrafamentos; moradores dos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo gastam em torno de 4 a 5 horas de viagem por dia, o que poderia ser diminuído com investimentos e planejamento em transporte. No dia 3 de julho de 2013, o IBGE divulgou uma pesquisa na qual retrata a deficiência do transporte público no Brasil e aponta que falta planejamento para os sistemas de transporte público; sem plano, os municípios não conhecem as verdadeiras necessidades dos usuários no momento de investir. O órgão afirma, ainda, que 96% das cidades brasileiras não têm um plano de transporte, e quase 45% das cidades com mais de 500 mil habitantes não têm planejamento para o setor.

¹² Trata-se da rodovia RJ-081, que liga a cidade do Rio de Janeiro, a partir do bairro da Pavuna, à cidade de Nova Iguaçu. A rodovia corta ainda os municípios de Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti.

¹³ Rede de bares e restaurantes com música ao vivo ao longo da Via Light, que valorizou o comércio no entorno da via nos últimos anos e direcionou o comércio da região para além das margens da rodovia.

Dentre os transportes de massa, 67,7% dos passageiros circulam de van, 38% utilizam o ônibus municipal, apenas 2,5% possuem trem e menos de 1% das cidades tem metrô. Os números revelam que a má qualidade de oferta e serviços de ônibus, trem e metrô direciona boa parte da população para o transporte do tipo van.

O risco de perder o último ônibus, tão frequente para o trabalhador noturno da Baixada Fluminense, superlotação, horários irregulares, fazem com que esse morador opte por formas menos seguras de locomoção – as vans, que compensam com o conforto a rapidez de saída e de chegada, pois o trajeto, diferentemente de outros meios de transporte, depende do trânsito, fato que é aprovado pelo usuário baixadense, tão acostumado a perder horas de seu dia em transporte público.

2 O SONHO DA TERRA PRÓPRIA ENCOBRINDO A AUSÊNCIA DO ESTADO – DUAS FORMAS DE OCUPAÇÃO

Neste capítulo a análise recairá sobre o processo migratório para a Baixada Fluminense e as diferentes formas de ocupação do território. O primeiro processo de ocupação a ser analisado é a compra de lotes das antigas fazendas de laranja no bairro da Chatuba, no município de Mesquita. Esse bairro mesquitense foi escolhido por carregar estigmas tão enraizados em sua cidade quanto o bairro de Nova Aurora, em Belford Roxo, local que receberá maior destaque no presente trabalho. Os dados do bairro de Mesquita têm por objetivo iluminar outro importante processo de ocupação, o Mutirão de Nova Aurora, ao contrapor outra forma de inserção no território, o loteamento.

2.1 O que buscam os que chegam à Baixada?

A década de 1930 foi responsável pelo primeiro surto migratório, levando ao crescimento da população favelada. A queda nos preços dos produtos agrícolas nos mercados mundiais, associada ao desenvolvimento industrial, que objetivava suprir o mercado interno, o aumento das fábricas e a crescente necessidade de mão de obra provocaram uma demanda de trabalhadores para as cidades. Perlman (2002) declara que o aumento dos preços das terras e dos custos na construção, o preço alto dos aluguéis e a precariedade dos transportes para o subúrbio fizeram com que muitos migrantes optassem pela favela nos arredores da cidade.

Com o advento da industrialização na década de 1950, milhares de migrantes começaram a chegar às favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro. Um fator predominante para instalarem-se nas favelas era a proximidade do local de trabalho. Segundo Perlman (2002), a década de 1960 foi marcante no tocante ao processo migratório, devido ao enorme êxodo rural. A autora salienta que um entre cada cinco brasileiros optou por buscar a vida na cidade.

Entre a década de 1950 e 70 a população da favela passou de 8,5% para 32%. Outra opção para os migrantes vindos de todas as partes, não necessariamente rurais, eram as periferias. Nesse processo, a Baixada Fluminense tornou-se uma alternativa para o migrante que desejava a segurança da posse da terra. O loteamento das terras sem qualquer

beneficiamento para o futuro proprietário, proporcionado pelas autoridades, objetivando diminuir as perdas financeiras provocadas pela falência das fazendas citrícolas, tornou a Baixada um dos locais a receber em grande escala a população que buscava mobilidade social a partir do trabalho nas grandes cidades.

Perlman (2002) destaca a Baixada Fluminense como alternativa aos migrantes desesperados pela posse da terra. Segundo a autora, municípios das “terras baixas” desenvolveram-se na região, estando entre eles Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti; a autora destaca Duque de Caxias como o de maior projeção. Perlman (2002) ressalta ainda que o valor imobiliário era tão baixo que os lotes se inseriam no padrão aquisitivo de muitos migrantes de primeira e segunda geração. A Baixada tornou-se uma opção para os migrantes que não se adaptaram à vida na favela.

Barreto (2006) afirma que é recorrente na fala dos moradores na Baixada a tentativa de distanciarem-se dos “favelados”, o que foi observado por mim em diversos contextos e na entrevista do Sr. Severino e de dona Maria Ilza. Segundo a autora, “a Baixada aparece como a opção frente a morar na favela. Ao recusar a comparação com o “morro”, rejeita-se também a sua associação direta à violência explorada reiteradamente pelos meios de comunicação” (BARRETO, 2006, p. 40).

O célebre trabalho de Anthony Leeds e Elizabeth Leeds (1978) destaca que os migrantes possuíam forte preocupação com o futuro, melhores padrões de vida, trabalho e busca pelas oportunidades que a cidade grande oferecia. Esse homem do campo era tido à época como despreparado e ignorante; não apto, portanto, para a vida na cidade. Os Leeds (1978) contestam essa posição, demonstrando que o migrante era o homem que, além de trabalhar na fazenda, realizava a venda no mercado, tinha intimidade com transações comerciais e instituições tipicamente urbanas.

Os autores salientam ainda que os que migravam eram os mais empreendedores e conscientes das questões econômicas, políticas, sociais e da administração urbana. Esses homens (e mulheres) adaptaram-se rapidamente às questões urbanas e da favela e seguraram com todas as forças as oportunidades que a cidade oferecia, sendo socializados pelos padrões de vida urbana.

Em 1965, uma família de nordestinos oriundos de Arueira, Estado da Paraíba chegava ao Rio em busca de uma vida melhor. Sr. Severino e dona Severina são exemplos de uma família extensa de migrantes que buscam mobilidade social. Feltran (2010) destaca que o perfil da população que ocupava as periferias era essencialmente de migrantes e centrado na família extensa.

Sr. Severino era morador de Arueira, na Paraíba. Ele relata que ainda jovem, aos 13 anos, tentou fugir para João Pessoa, mas somente aos dezoito anos mudou-se para o Recife e não parou mais de viajar buscando novas oportunidades. Antes ainda de casar-se, esteve em João Pessoa e Campina Grande, voltando a Arueira, onde aos vinte e dois anos casou-se com dona Severina. Mudou-se para Lagoa Grande, que, segundo ele, “é o lugar *mais ruim* da Paraíba”. De lá levou a família para Campina Grande onde viveu por onze anos. A vida ficou muito difícil na Paraíba e viajou sozinho para São Paulo, lugar que a princípio seria o local de moradia da família, mas a saudade que a esposa sentia dos irmãos que já estavam no Rio fez a família fazer uma parada por aqui e decidir tornar o Rio seu lar.

Questionado por mim sobre o receio de buscar novas oportunidades em locais estranhos, Sr. Severino disse que nunca teve medo, pois sempre soube se portar, falar bem nos locais aonde chegava. Janice Perlman acredita que a migração seja seletiva. Segundo ela, somente os mais dinâmicos membros da população rural emigram para as cidades, fator que tende a perpetuar na zona rural uma força de trabalho submissa.

Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio. Esse vilarejo distante apenas seis horas da cidade do Rio de Janeiro vinha perdendo seus membros mais dinâmicos pela migração. Os resultados eram gritantes: apenas os deseducados, não qualificados e desmotivados permanecem, arrastando uma existência precária que faz com que a vida dos favelados pareça faustosa, em comparação (PERLMAN, 2002, p. 91).

Perlman (2002), baseada nas pesquisas de Wayne Cornelius e Anthony Leeds, ressalta que esse migrante não era um solitário; ele possuía forte relação com o lugar de origem, além de vir acompanhado por outras pessoas que buscavam nova vida na cidade. Outro fator de grande importância e que merece destaque em diversos trabalhos sobre o tema era o fato de muitos deles terem amigos ou parentes na cidade, o que o ajudava na vida urbana inicial.

Uma característica bastante peculiar eram as redes de familiares e de amizade que se formavam na escolha por um lote. “Contar com o auxílio, ainda que temporário, de um irmão, cunhado, prima ou amigo era essencial para quem não tinha casa, dinheiro ou mesmo ocupação. Alguns poucos já chegavam empregados – normalmente, por intermédio desses parentes/amigos” (BARRETO, 2006, p. 28).

Utilizando a teoria de Robert Castel (1997), podemos analisar os moradores da Baixada como indivíduos que transitavam ou coexistiam em duas zonas. A primeira seria a “zona de integração”, na qual os indivíduos possuem trabalho estável e forte inserção relacional, pois estão sempre próximos; e a “zona de vulnerabilidade”, na qual os indivíduos possuem trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais.

No caso da Baixada, existia forte apoio relacional, mas o trabalho não era algo estável; os moradores da região tinham que conviver com a escassez de vagas na região e buscar serviço em outras cidades, o que era (e é ainda hoje) complicador para os moradores da região.

Maria Ilza, 73 anos, moradora do bairro da Chatuba, no Rio de Janeiro, veio de Ponte de Itabapoana, no Espírito Santo, aos dez anos de idade, em 1950, com o pai, a mãe e três irmãos. Assim como o caso do Sr. Severino, a família já possuía outros parentes, nesse caso seus tios por parte de mãe, que aqui moravam e auxiliaram a família, até mesmo com moradia nos primeiros meses.

O pai era ferroviário na linha férrea Leopoldina, no Espírito Santo, e a mãe catava/limpava sacas de café com sua ajuda, além de lavar e passar roupas para fora com o objetivo de ajudar nas despesas da família. O pai, acreditando que o salário estava baixo e por já contar com um parente (Hermínio) no Rio, decidiu mudar com a família para a cidade. Esse tio trabalhava nas Fábricas Tannuri e morava na casa da fábrica, localizada na Avenida Itaoca, em Inhaúma. A família mudou-se para uma casa que vagou nos fundos da fábrica, e ali ficou até que o pai conseguisse comprar um lote e construir, com o auxílio da mão de obra dos familiares, o lar da família.

Perlman (2002) sugere que os migrantes escolhem o local de moradia de acordo com as prioridades e compensações; elas ocorrem de acordo com o padrão de vida de cada um. Os que não tinham qualificação ou buscavam oportunidades variadas preferiam morar na Zona Sul. Os trabalhadores das fábricas moravam na Zona Norte, já os que desejavam a segurança da posse da terra optavam por Caxias ou Baixada Fluminense. Entretanto, suas suposições não se confirmaram, pois a maioria não teve oportunidade de escolha. A casa de amigo ou parente foi procurada por 56%, e apenas 20% confirmaram o padrão de escolha apontado pela pesquisadora.

As dificuldades econômicas encontradas na terra-mãe atraíam os migrantes para a cidade, que surgia como vasto território de oportunidade. Ainda que enfrentassem dificuldades financeiras, era melhor que a vida no campo; segundo os Leeds (1978), havia sempre uma oportunidade para o trabalhador pobre citadino ou para os migrantes. A Zona Sul, Perlman (2002) afirma, era um mercado de trabalho que absorvia muitos trabalhadores.

Em nenhum outro lugar do Rio existem tantas oportunidades de “biscates” ou “bicas de emprego”, tanto para mulheres e crianças como para homens. Graças à sua localização bem no centro da sociedade abastada do Rio, há uma constante oferta de serviço para quem souber procurar. Uma família pode multiplicar facilmente seus ganhos: a mulher pode lavar, passar ou costurar para fora; as filhas, vender doces; e os meninos, engraxar sapatos, cuidar de carros ou vender ferro-velho. Com

frequência existe também trabalho em construção ou oficinas de reparos para homens fisicamente aptos (PERLMAN, 2002, p. 51).

Sr Severino chegou ao Rio de Janeiro sozinho e logo depois mandou vir a esposa e sete filhos; dois dos nove filhos tiveram que ficar na Paraíba, pois não havia dinheiro suficiente para buscar todos, ficando duas de suas filhas aos cuidados do avô, que maltratou muito as crianças na ausência dos pais (motivo até hoje de choro e mágoa entre os familiares). Após seis meses, a família estava completa com a chegada das duas meninas – Zequinha (Maria José) e Inês. Ao chegar ao Rio, o casal ainda teve mais duas meninas, completando a grande família de 11 filhos.

Quando eu vim pra aqui minha vida melhorou muito, não sabe? Na vista do que eu morava no Nordeste, melhorou muito porque ele trabalhava, eu trabalhava, as meninas, por exemplo... Trabalhavam em casa de família minhas meninas. A Corrinha... a Corrinha não. A Teca, a Inês, a Zequinha e a Vininha trabalhavam em casas de família, sabe? Até que a Vininha trabalhou numa casa que a mulher botava joia embaixo do sofá, pra ver se ela pegava. Chegou um dia a cozinheira falou para ela: “minha filha, toda coisa que você vê por aí você guarde logo”, “eu não mexo não senhora”. Aí ela chegou em casa, aí depois que ela aprendeu a costurar, aí ela disse: “mamãe, não deixa mais eu ir trabalhar em casa de família não, eu ajudo a senhora em casa”. Eu costurava em casa, igual ela costurava aqui. Aí foi indo, rapidinho aprendeu. Ela foi a primeira a trabalhar na Imperatriz das Sedas. Foi a primeira daqui a trabalhar na Imperatriz das Sedas, com dezessete anos, num sabe? Depois a Teca entrou como acabadeira e saiu modelista lá na Imperatriz das Sedas. A Zequinha trabalhou também como acabadeira na máquina, fazia chulear, pregar botão. Agora a Inês nunca quis trabalhar em fábrica, não. Ela não gostava de sair de casa de manhã porque ela tinha medo de andar de ônibus (Sra. Severina, entrevista realizada em 8 de julho de 2013).

Observa-se na fala da sra. Severina que a família se adaptou à realidade da nova terra. Atualmente o casal orgulha-se do fato de todos os seus filhos estarem bem encaminhados. Segundo os Leeds (1978), os valores urbanos eram essenciais para a manutenção desse migrante na terra escolhida. Os autores salientam ainda que os homens consideravam o campo triste e atrasado, paralisado. As oportunidades de emprego na cidade são melhores e, na pior das hipóteses, é viável encontrar alguma possibilidade de sobreviver na cidade.

2.2 Chatuba – O loteamento e o sonho da terra para morar

A Chatuba, bairro que se tornou conhecido pela violência e pelas músicas do cantor Dicró, ex-morador da região que de forma irônica exaltava o local como lugar tranquilo e bom de viver, fica localizada entre o sopé do maciço de Gericinó-Mendanha, o campo de

treinamento do Gericinó, ou campo do governo, como é conhecido pelos moradores mais antigos, e o Rio Sarapuí. O bairro faz divisa com o município de Nilópolis e os bairros de Edson Passos, Santa Terezinha e o município do Rio de Janeiro.

Quinze minutos de caminhada da estação de trem de Edson Passos, além de uma linha de ônibus (479 Mesquita-Central) e a proximidade com o município de Nilópolis e sua rodoviária conferem ao local alguma acessibilidade. Quanto mais distantes da estação de trem, mais baratos eram os terrenos e mais pobres eram os que proprietários dos lotes. A população de baixa renda, tentando resolver seus problemas de habitação, passou a ocupar de forma desordenada as encostas do morro, característica que, aliada à violência, aproxima o bairro de 35 mil habitantes de uma favela ou um “mal” fincado no município de Mesquita.

Os números da violência na Chatuba efetivamente impressionam e provocaram ao longo do tempo a desconsideração deste lugar como um bairro. Para grande parte dos moradores de Mesquita, aquele local é uma favela localizada não em seu território, mas sim em Nilópolis. O que corresponde à maneira mesquitense de livrar-se da vergonha de ter em seu território um bairro tão pobre e problemático, aproveitando-se da proximidade da localidade com o município vizinho de Nilópolis (MONTEIRO, 2007, p. 121).

O bairro da Chatuba pertencia a dois municípios, Mesquita e Nilópolis. Atualmente, o lado nilopolitano mudou o nome de Chatuba – ou, como era conhecido, Chatuba de Nilópolis – para bairro Nossa Senhora Aparecida.

Segundo Monteiro (2007), o bairro da Chatuba passou por dois processos de ocupação. Na década de 1950, os primeiros moradores começaram a chegar à região ocupando as então extintas chácaras de laranja, tipo de ocupação existente na região desde a década de 1930. Outros lotes foram ocupados a partir da extinta fábrica de pólvora, localizada próximo ao campo do Gericinó, que pertence ao Exército Brasileiro.

Assim como em toda a Baixada, a população tinha a posse da terra, mas não era detentora de serviços básicos e infraestrutura. O morador do local era responsável por toda e qualquer melhoria em seu terreno e na rua. Monteiro (2007) criou, a partir da necessidade de expressar uma atitude intrínseca nesses migrantes que era resolver os problemas emergenciais da comunidade como iluminação pública, água, esgoto, construção da moradia, segurança pública, a partir da eliminação dos bandidos, a categoria analítica “resolução dos problemas práticos”.

Foi exatamente nesse mundo político monológico que a maior parte da população proletária original chegou à região da Baixada Fluminense. Excluídos antes mesmo de chegar, restou aos novos moradores conviver com o ambiente rude criado pelas empresas loteadoras e distantes de qualquer esfera do poder público, unicamente

preocupado com a coleta dos impostos originários da dinamização comercial dessa região agora habitada pelas famílias proletárias (MONTEIRO, 2007, p. 72).

Os primeiros moradores do bairro relatam a dificuldade de moradia resultante da ausência do Estado na execução de obras necessárias à manutenção de uma vida mais digna. Sr. Severino e sua esposa contam que, em sua chegada ao bairro, não havia água nem iluminação pública, e as valas eram construídas pelos moradores. Conta ele que suas meninas cansaram de cair dentro das valas. As valas eram extremamente comuns na região e geralmente um pedaço de madeira ou a construção de uma pequena calçada fazia a ponte entre as residências e a rua.

Segundo Monteiro (2007), o simples fato de manter a frente de sua casa limpa até o assassinato de bandidos por “justiceiros” caracterizava o que o autor chama de “resolução de problemas práticos”. Esses moradores criavam alternativas que facilitavam a vida com a realização de serviços que beneficiassem toda a comunidade ou quem pudesse pagar por eles.

Contam sr. Severino e esposa que, em 1965, eles tinham luz alugada, que era levada até as residências por postes fininhos; a luz era um “caga foguinho vermelho” (termo usado por sra. Severina). Um vizinho, Sr. Augusto, que morava na Rua dos Eucaliptos, puxava a luz do pé do morro e, em sociedade com o amigo Faustino, alugava aquele fio de luz para aqueles que podiam pagar.

A água encanada para a população era encontrada somente na região do Bicão. Atualmente essa localidade é uma das mais temidas na região, por ter, à época do assassinato dos estudantes, a boca de fumo e ser moradia dos bandidos de fora. O Bicão era um reservatório que recebia a água da fonte que ficava localizada no maciço do Gericinó. As pessoas iam buscar água com latas de vinte¹⁴; as que podiam pagar recebiam sua água em tonéis que eram levados de carroça para encher o reservatório da família.

As valas em frente às residências faziam parte da paisagem da região, e era essencial a limpeza delas para que houvesse boa relação entre os vizinhos. Na Rua França Leite, uma das mais importantes da região, a limpeza das valas era feita de forma gratuita pelo Jorge, que possuía uma máquina e passava a noite limpando as valas dele e dos demais moradores da rua, com a ajuda de seus irmãos e de alguns vizinhos que objetivavam o bem comum, como conta o Sr. Severino.

Um fator bastante característico da região era o fato de os moradores chatubenses conviverem durante longos anos com o tráfico de drogas de forma “natural”. Os bandidos

¹⁴ Latas de óleo de vinte litros que eram limpas e reutilizadas como reservatório de água ou para a sua coleta.

eram nascidos na localidade, possuindo, portanto, relação de pertencimento ao local e de amizade com os moradores. É importante ressaltar que quem não devia nada podia viver tranquilamente, sem ser incomodado. Não existem relatos na região de morte de inocentes ou assaltos frequentes a moradores, muito menos a residências e lojas.

Chatuba sempre foi boa, desde que eu vim morar aqui. E quando eu vim morar aqui, todo mundo dizia que a Chatuba não prestava (Sr. Severino, em entrevista em 8 de julho de 2013).

A longa entrevista a seguir dá um panorama da relação dos moradores e trabalhadores com os “meninos/bandidos/amigos” da região.

Sr. Severino - Eu fui comprar um fogão... Foi vinte contos o fogão, mas quando eu disse que era aqui na Chatuba para entregar ele disse: “vender, está feito o negócio, mas não entrego lá, não!” Por quê? “Porque dois carros meus quando eu fui pra lá, foram roubados”. E foram mesmo!

Sra. Severina – Aqui, Edilaine, de primeira...

Sr. Severino – Carro de gás não passava aqui não.

Sra. Severina – Carro de gás, carro de cerveja e carro de biscoito se entrasse aí para baixo era assaltado.

Sr. Severino – Se entrasse para a beira do rio era assaltado.

Sra. Severina – Tinha um tal de Manelzinho que jogou muito bola aqui mais Davi (filho do casal)... A gente não sabia, mas quando estourou o negócio que mataram ele a gente não sabia que aquele menino era assim.

Sr. Severino – Eu já sabia.

Sra. Severina – Os carros de gás distribuíam gás para o pessoal à vontade. Biscoito a criança adorava ele, porque ele dava caixas de biscoito para a criança que chegava a correr atrás dele.

Edilaine – Então as pessoas... Pessoas de fora tinham razão em ter medo da Chatuba?

Sr. Severino – É isso que eu estou dizendo, as pessoas de fora, mas eu aqui nunca fui aborrecido, nem eu, nem os vizinhos aqui. E eu conheci o Manelzinho, ele cansou de almoçar lá em casa.

Sra. Severina – Ele era filho de dona Júlia e Seu Ramiro (discussão entre os dois)... Aí mataram esse menino, tiraram ele de dentro de casa de cueca e mataram lá embaixo.

Sr. Severino – Mas esse menino era demais, ele roubava tudo aí. Um dia eu estava na esquina lá embaixo onde é a padaria das crianças e toda vida eu vinha e parava ali e tomava um negócio. Tinha uma mercearia... Aí chegou um cara num cavalo, né. Aí pulou do cavalo, quando entrou olhou para mim assim: “É você mesmo que eu procuro” Aí ele tava lá, o Manelzinho. Aí veio o cabra para perto de mim. Manelzinho pegou o cabra assim: “Oh, esse aí é meu pai” (risos)... Tinha um outro, o General, o General trabalhava aqui comigo, vivia com o Manelzinho, era tudo colega.

Edilaine – Qual era a idade deles na época?

Sr. Severino – Dezoito anos, dezesseis... E o General, essa parede minha lá atrás foi ele que emboçou todinha, aí o sargento Brás viu ele entrando aqui, eu falei “ele tá trabalhando, eu não tenho nada que ver com ele. Ele é colega do meu filho, aqui todo mundo conhece ele, agora se ele tem esse negócio é diferente...”, mas o General não roubava; como ele não tinha família, ele juntava com Manelzinho, porque eles mandavam, ele vendiam o roubo dos outros, mandavam ele vender, mas ele mesmo não roubava.

Sra. Severina – Tinha uma barraca lá em Nilópolis que vendia o roubo.

Edilaine – Isso já era de setenta para oitenta, né?

Sr. Severino – Ano de 1972, e eu sei que o General trabalhava aqui e o sargento veio aqui para prender ele e eu falei: aqui não, o rapaz tá trabalhando, aí ele foi pra casa. Na outra semana mataram sete, Manelzinho, General, só dois botaram lá na esquina do Japeri (Colégio Estadual Pierre Plancher).

Sra. Severina – Aqui antigamente era perigoso, Edilaine, agora não. É lá pra cima, era antes desse Juninho, que chamavam de Juninho Cagão, depois da morte daqueles rapazinhos que fizeram fugiu daí e pegaram ele lá no Chapadão¹⁵.

Esse episódio demonstra de que forma o morador trabalhador da região transitava entre os dois mundos sem, no entanto, se envolver no mundo da criminalidade. O bandido era aquele que cresceu brincando com as crianças da rua e que num determinado momento foi seduzido pelo crime. Ele continua tendo mãe, pai, irmãos, tios, primos e amigos no bairro.

Esse “estado de barbárie”, como Barreto (2006) salienta, é uma representação coletiva extremamente negativa fomentada pela mídia, que vincula a imagem da Baixada Fluminense a uma condição à qual todos estão inseridos. Champagne (2011) afirma que a mídia fabrica coletivamente uma representação social que, ainda que não seja aplicada à realidade, demora muito a ser afastada apesar dos desmentidos, devido ao forte papel da mídia na construção de representações dominantes dos acontecimentos.

Nesse tocante, locais como favelas, bairros periféricos afastados e a Baixada Fluminense recebem prejulgamentos que recaem sobre seus moradores, associando-os aos bandidos ou ao tráfico. Perlman (2002) relata uma visão negativa que amplo segmento da população possui dos assentamentos subnormais:

A favela é uma aglomeração desordenada de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. Esses “elementos marginais” vivem em condições “subumanas”, sem água, esgoto, coleta de lixo e outros serviços urbanos básicos, num ambiente sujo e insalubre (PERLMAN, 2002, p. 43).

Segundo Champagne (2011), as constantes coberturas sobre desemprego, os emigrados, as drogas, as gangues e os subúrbios tristes fazem com que apareçam ou reapareçam estereótipos dos subúrbios e grandes conjuntos habitacionais como locais de cotidiano monótono e desumanização das cidades, sem levar em conta os grupos internos que realizam integração que criam e recriam espaços de interação coletiva, como a ONG (organização não governamental) Mundo Novo, no bairro da Chatuba, que realiza um trabalho com os jovens da região.

O autor salienta ainda que a mídia reforça palavras como gueto, polícia selvagem, sujeitos a constrangimento e cidades-dormitórios, deixando de lado palavras que remetem à realidade banal, como reabilitação, esporte, associações, lazer. As reportagens confirmam a

¹⁵ Quando houver um diálogo entre mim e os entrevistados ou somente entre os entrevistados será utilizado este tipo de formatação.

visão estigmatizada que a elite possui dos subúrbios. Segundo Perlman (2002), uma minoria numérica, a elite, determina os padrões marginais ou anormais; ela cita como exemplo o jogo do bicho.

O que era considerado *normal* ou *marginal* acabou por ser determinado menos pelo comportamento da maioria ou da minoria numérica e mais pelo que é feito especificamente pelas classes média e alta. Se os critérios de normalidade fossem fixados pela prevalência e não pela classe, então o jogo do bicho no Brasil seria considerado normal, enquanto ir à ópera seria marginal, o que, obviamente, não ocorre (PERLMAN, 2002, p. 125).

A força da elite tenta normatizar o comportamento da população, direcionando para a “margens” socioculturais camadas inteiras de trabalhadores que em sua rotina incluem comportamentos ou atividades “anormais” ou não compatíveis com os padrões determinados por ela.

A antiga elite política na Baixada perdeu espaço quando, na década de 1960, o golpe militar foi instaurado. Monteiro (2007) relata que a pouca participação política dos migrantes da região foi totalmente minada a partir do golpe. O autor salienta que a neutralização das lideranças das associações impossibilitou qualquer levante ou manifestação popular, que na Baixada Fluminense nunca fora algo passível de preocupação.

Segundo Monteiro (2007), as interferências dos militares na Baixada ocorreram de forma pouco sentida pelos moradores; no entanto, elas mudaram radicalmente os rumos políticos da região¹⁶. Para o morador da região, é recorrente a fala de que a ditadura só ocorreu “lá pra baixo”¹⁷. A pesquisa de Monteiro (2007a) demonstra que a Baixada era um dos locais escolhidos pelos que eram perseguidos pelo regime militar, entre eles o Sr. Antônio Souza Leite, que, por conta de sua atuação com lideranças sindicais, foi demitido da Light e após o golpe de 1964 foi perseguido pela polícia política. Vendeu seu apartamento na Penha e veio fugido com esposa e filhos para a Chatuba.

Aquela população já acostumada à “resolução de seus problemas práticos” passou o período de intervenção sem presenciar mudanças em qualidade de vida que são proporcionadas a partir da resolução de demandas como serviços básicos, de infraestrutura e cultura. Acordos entre o poder regional e os militares mantinham a elite regional no poder sem depender dos votos dos moradores, segundo Monteiro (2007a).

O autor afirma que um local totalmente inóspito, vendido como benfeitoria pelas autoridades e pelas empresas loteadoras, cujo único objetivo era recuperar parte da receita da

¹⁶ Conforme detalhado no primeiro capítulo.

¹⁷ Termo comumente utilizado pelo morador da Baixada para designar a região do Centro e a Zona sul da cidade do Rio de Janeiro

cidade perdida com a falência da lavoura citrícola por meio dos impostos decorrentes, foi conquistado e recebido pelo migrante como o sonho da terra para morar.

Monteiro (2007a) relata ainda que a ausência do Estado no princípio da ocupação do território perdurou por anos e a ação coletiva dos moradores objetivando a melhoria em sua rua ou bairro, com a realização de serviços obrigatórios do Estado associados a ineficientes movimentos reivindicatórios delegaram a essa população situações alarmantes de descaso do poder público.

Um processo diferente de ocupação da terra ocorreu em Belford Roxo, no bairro de Nova Aurora. A atuação dos moradores a partir da associação no Mutirão Urbano de Nova Aurora, que objetivava a aquisição de lotes para construção da casa própria, pressionou o governo a ouvir milhares de vozes que saíam às ruas, em plena ditadura, exigindo dignidade e terra para morar.

2.3 Nova Aurora – o maior mutirão da América Latina

William Foote Whyte, em seu célebre livro *Sociedade de esquina*, menciona a contribuição de alguns trabalhos e relatórios, no que tange à metodologia de pesquisa; no entanto, faz uma crítica no tocante à pouca atenção que eles dispensam ao processo de realização da pesquisa. Segundo o autor, com poucas exceções, a discussão remete apenas a um nível puramente lógico-intelectual. “Falha quando deixa de levar em conta que, assim como seus informantes, o pesquisador é um animal social. Tem um papel a desempenhar, e as demandas de sua própria personalidade devem ser satisfeitas em alguma medida para que ele possa atuar com sucesso” (WHYTE, 2005, p. 283).

Em 2010, o primeiro como professora do CEBNA, eu tinha curiosidade em relação a tudo referente à vida em sociedade, a história, as relações existentes naquele ambiente, se existia e onde ficava a associação de moradores do bairro; porém, apesar de muito questionar, especialmente aos meus alunos, não obtinha muitas respostas. Um dia, conversando com meu ex-aluno Alex Dias, trabalhador do posto de saúde do bairro e candidato a vereador em 2012 com o nome de “Alex do Posto” e eleito como o segundo vereador mais votado de Belford Roxo, sobre a existência de associações de moradores na região, ele disse não saber da existência de associações de moradores no bairro. Naquele dia, Alex me deixou um resquício de história. Segundo ele, com a ajuda dos “italianos”, foi feita no bairro uma fábrica de

tijolos. Questionando mais um pouco, descobri que o dinheiro para a construção da fábrica veio da Itália e que havia um grupo de pessoas ligadas aos italianos.

Com esses dados em mãos e perguntando a um e a outro, cheguei à diretora do colégio, sra. Neide Maria. Segundo ela, Nova Aurora foi erguida em regime de mutirão. Esse mutirão, segundo informações dos mais antigos, havia sido o maior da América Latina. Surgiu nesse momento um dado essencial à minha pesquisa: a luta pela terra. Meses depois, entrevistei a sra. Neide para este trabalho e ela informou que o sr. Zé, (José Luiz Santana), funcionário da escola, conhecia uma pessoa que sabia tudo sobre o mutirão. Estabeleci contato com o sr. Zé e descobri que ele era irmão de uma das fundadoras do Mutirão, a sra. Therezinha, e era conhecido de dona Ivonete de Azevedo Mesquita, uma das lideranças do Mutirão e pessoa responsável por salvaguardar a história em fotos e documentos. Dona Ivonete apresentou-me dona Ruth, figura extremamente importante na cúpula do Mutirão.

O contato de três dias na semana no primeiro ano foi fundamental para compartilhar histórias, criar laços de confiança, solidarizar-me com a ausência de infraestrutura e compreender os motivos pelos quais atualmente os moradores preferiam não bater de frente com o poder público local; no entanto, ao comparar os diferentes motivos que fizeram com que a população de trinta anos atrás entrasse em choque com o poder militar em busca de um sonho, traz outras dimensões que devem ser analisadas neste trabalho.

A igreja cedeu espaço para a gente fazer as nossas assembleias. Assembleias essas que eram no pátio, e o negócio cresceu tanto que não deu. Passou a ser feito dentro da própria igreja. Aí entrou a perseguição política da ditadura. Aí os padres só ficou nos ajudando. Aí a Itália foi convocada. Foi avisada por Dom Adriano e aí a Itália mandou a irmã Maria, mandou o padre Geovane e mandou outros que agora eu não me lembro. Esse grupo aí veio nos apoiar, fortalecer o apoio à terra e pela carência, pois havia muita fome” (Entrevista com dona Ivonete de Azevedo Mesquita – liderança do Mutirão de Nova Aurora).

Foto 5: Assembleias no galpão e na igreja. A legenda foi realizada por algum integrante do mutirão. Mantive-a nesse formato, pois mostra a organização do grupo¹⁸.



Fonte: Mutirão Urbano de Nova Aurora

Foto1: 1984

Foto 2: 1982

“Tanta terra sem gente e tanta gente sem terra”. Esse era o lema do movimento social denominado Mutirão de Nova Aurora. Vindos de diversas partes do Estado do Rio de Janeiro e da região Nordeste, os primeiros camponeses encontraram em Nova Aurora o ambiente propício para realizar o sonho de ter um pedaço de terra para sua moradia. Outros movimentos populares, como as Ligas Camponesas, movimento social agrário que tinha por objetivo conquistar a posse da terra e terminar com a exploração do trabalhador rural, uniram forças ao povo na busca pela moradia. O Mutirão Urbano de Nova Aurora iniciou-se em 1978 e contava com o apoio de lideranças políticas e da Igreja Católica.

Feltran [entre 2005 e 2013] salienta que a modernização e as oportunidades geradas pela indústria, o “milagre econômico” cooptou milhares de migrantes de todo o país e as periferias de São Paulo e de outras tantas no Sudeste. Esse fenômeno não foi diferente na

¹⁸ A fotografia de 1982 mostra a reunião do movimento social sendo realizada na Igreja de São Jorge; após tentativas de agressões, o grupo, que chegava a quase quinhentas pessoas por assembleia, teve o apoio do padre Mateo, e as assembleias passaram a ser realizadas dentro da igreja. A primeira fotografia apresenta o movimento social, já denominado Mutirão Urbano de Nova Aurora, realizando suas assembleias na sede do Mutirão.

Baixada Fluminense. Segundo o autor, o perfil das pessoas que vieram ocupar as periferias era de migrante com famílias extensas e objetivando um trabalho na indústria. A Baixada Fluminense cumpria bem esse papel, devido à sua proximidade das grandes indústrias localizadas no entorno das vias urbanas, como a Via Dutra e a Avenida Brasil, e ao baixo custo de vida e a grande extensão de terras sem dono.

Segundo Costa (2004), o Mutirão de Nova Aurora foi considerado à época o maior mutirão urbano de luta por moradia da América Latina e responsável pelo assentamento de 22 mil famílias. Dentre essas, as de dona Ivonete e dona Ruth (lideranças do movimento) e do Sr. José Luiz foram beneficiadas com a conquista da casa própria e aparecerão ao longo deste texto dialogando, a partir de suas experiências, com os autores responsáveis pelo embasamento teórico.

O movimento originário das camadas populares coexistiu com o processo de transição do regime político, da ditadura militar à abertura política. Nesse período conturbado da história do país a Igreja Católica, na figura do padre Mateo e do bispo da Diocese de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hipólito, foram peças-chave para a proteção, manutenção e fortalecimento do mutirão.

2.3.1 Diocese de Nova Iguaçu e seu apoio aos movimentos sociais na Baixada Fluminense

A Diocese de Nova Iguaçu tornou-se, a partir da década de 1970, referência na luta pela dignidade humana ao apoiar os movimentos sociais que buscavam melhorias na qualidade de vida. De acordo com Nascimento (2007), a Igreja Católica no Brasil, a partir de uma identidade sociolibertadora, buscava a justiça social e direitos humanos e culminou por promover um conflito com o regime militar. A Diocese de Nova Iguaçu figura como local de defesa e articulação dos movimentos populares, e a atuação do bispo Dom Adriano Hipólito à frente da Igreja iguaçuana era de tal forma expressiva que levou a uma reação extrema de órgãos militares: o sequestro do bispo, que terá destaque ao longo deste texto na fala de dona Ivonete.

A imagem de instituição sócio-libertadora que buscava transformações sociais das camadas populares delegou à diocese de Nova Iguaçu, na figura de Dom Adriano Hipólito, o papel de articuladora dos movimentos de base na Baixada Fluminense. Nascimento (2007) relata que a repressão a padres que estavam envolvidos em movimentos sociais era

denunciada por bispos, e iniciou-se um conflito entre a cúpula da Igreja e o Estado a partir do endurecimento da ditadura em direção à instituição religiosa.

Sob o comando de Dom Adriano, a Igreja Católica de Nova Iguaçu passou a produzir o jornal *A Folha*, no qual o próprio bispo escrevia e no qual também podemos encontrar diversos textos relacionados às questões sociais e políticas presentes naquele contexto. Distribuído não só na Catedral de Nova Iguaçu, mas também direcionado para outras paróquias e pastorais populares em várias regiões do país, *A Folha*, que inclusive poderia ser assinada, chegou à tiragem de 30 mil exemplares semanais no ano de 1981 (NASCIMENTO, 2007, p. 13).

É importante reforçar que os movimentos sociais se iniciaram na base. A população, cansada de esperar por melhorias na qualidade de vida, deixa de ser o *povo-pobre* como vítima social e torna-se *povo-sujeito*, que possui caráter ativo e de resistência popular. Esse novo sujeito organiza-se em prol da valorização da vida comum.

2.3.2 O povo de Deus na luta pela terra

Hino Católico

“O Povo de Deus”

Compositor: Padre Zezinho

*O povo de Deus no deserto andava,
mas à sua frente alguém caminhava
O povo de Deus era rico de nada,
só tinha esperança e o pó da estrada.
Também sou teu povo, Senhor,
estou nessa estrada.
Somente a Tua graça
me basta e mais nada.
O povo de Deus também vacilava,
às vezes custava a crer no amor.
O povo de Deus chorando rezava,
pedia perdão e recomeçava.
Também sou Teu povo, Senhor,
estou nessa estrada.
Perdoa se às vezes
não creio em mais nada.
O povo de Deus também teve fome
e Tu me mandaste o pão lá do céu.
O povo de Deus cantando deu graças,
Provou Teu amor,
Teu amor que não passa.
Também sou Teu povo, Senhor,
estou nessa estrada.
Tu és alimento na longa jornada.
O povo de Deus ao longe avistou
a terra querida que o amor preparou.
O povo de Deus corria e cantava
e nos seus louvores o poder proclamava.*

*Também sou Teu povo, Senhor,
e estou nesta estrada,
cada dia mais perto
da terra esperada.*

Viúva e mãe de três de seus cinco filhos, dona Ivonete, que era originária de Campos e morava de aluguel em Queimados, mudou-se em 1978 para Nova Aurora, local que anteriormente já havia lhe servido de moradia. No ano seguinte dona Ivonete entrou na luta pela terra, para construção do sonho da casa para seus filhos.

Olha, algumas pessoas tinham até onde ficar com precariedade, alguns moravam em escolas, outros moravam na casa dos outros até dependiam da Igreja... Entendeu? Eu mesma fiquei morando de aluguel, mas eu estava devendo aluguel, aí a minha senhoria sabia que eu estava lutando pela terra, aí deixou eu morando até eu poder construir. E assim como eu, foram outras pessoas também. (...) Tem gente do Nordeste, tem gente de Campos. Eu mesma sou campista. Voltando à pergunta anterior, Bela Vista foi fundada com pessoas morando debaixo de papel, papelão, é... Palha de coco, placa de político, plástico de político. Eu tenho certeza que Bela Vista foi construída assim porque o leite saía toda madrugada da minha mão e da dona Odília. Saía daqui do mutirão, vinha um senhor buscar de carro para levar até lá, para esse pessoal que vivia assim (Dona Ivonete, em entrevista).

Foram essas pessoas, cansadas de esperar pelo poder público, citadas por dona Ivonete, que iniciavam as assembleias do mutirão de Nova Aurora contando a hino religioso *O povo de Deus*. O movimento social surgido da necessidade do povo mesclava a organização popular e a fé religiosa. Constavam nas assembleias pessoas vindas de diversas partes do país em busca do grande número de terras ociosas existentes em Nova Aurora. Nesse grupo constavam lideranças políticas que foram essenciais para o movimento, entre eles o sr. Laertes Bastos, a maior liderança do movimento, vindo junto com os camponeses da área de Xerém, em Duque de Caxias, em busca de terra para moradia, além de dona Ruth, dona Odília, dona Therezinha e sr. Manoel Antônio da Costa – ou Seu Manelão, apelido pelo qual é conhecido o primeiro grande líder do mutirão. Foi na casa de dona Therezinha e seu Manelão que as primeiras assembleias foram realizadas e onde muitas famílias recebiam moradia até que adquirissem seu lote e casa.

De acordo com Costa (2004), em 1979 o movimento ganhou força ao descobrir uma extensão de terras em Nova Aurora com pouca ocupação pertencente à Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (Codeni). Após a descoberta, o movimento ganhou mais força e o número de participantes aumentou; em abril de 1981, pessoas ocuparam o terreno ou loteamento São Jorge, como era conhecido;

esta ocupação era um ato simbólico para demonstrar a força do movimento. O grupo partiu da Igreja de São Jorge, localizada no Largo da Baiana – Nova Aurora, em forma de procissão, até chegar ao terreno. Em assembleia se decidiu que na semana seguinte (primeiro domingo de maio) teria início a divisão e a distribuição de lotes. No entanto, por intermédio da Comissão Diocesana de Justiça e Paz, ficaram sabendo que a ocupação seria confrontada pela Polícia Federal. Com isso, a ocupação planejada foi adiada. Tentaram nova ocupação, mas a mesma sofreu forte repressão por parte da Polícia Militar. Vendo o perigo que corriam, buscaram ajuda da Igreja Católica na figura de padre Mateo Vivalda (COSTA, 2004, p. 11).

Foto 6 - Passeata pelas ruas de Nova Aurora.



Fonte: Mutirão Urbano de Nova Aurora, 1981.

Dona Ivonete relata que a Igreja, na figura do padre Mateo Vivalda, pároco de São Judas Tadeu, à qual a Igreja de São Jorge, localizada em Nova Aurora, pertencia, em apoio ao movimento, permitiu que as assembleias fossem realizadas no pátio da igreja, mas as reuniões cresceram tanto que passaram a ser realizadas dentro da igreja. Porém, após vários atentados promovidos pelo governo brasileiro à época da ditadura, em que muitos manifestantes eram expulsos a “tiros e machadadas”, as assembleias passaram a ser realizadas às escondidas, no porão da igreja.

Padre Matheo é um anjo de pessoa. (...) Ele fazia nossas reuniões lá na Igreja São Judas Tadeu, no porão. Porque a ditadura não tinha momento. A ditadura invadia a igreja e quem era pego fazendo motim, qual era palavra... eles prendiam, prendiam, faziam miséria mesmo. Aí o que o padre Mateo fazia? A gente fazia as reuniões no túnel (...). Era tudo secreto, ninguém sabia e ali o grupo foi se fortalecendo. Até que a Itália assinou o documento, aí a ditadura passou a respeitar as igrejas, para não invadir as igrejas. Aí a gente fazia nossas reuniões na igreja, tudo na igreja. Eles não chegavam fardados não. (...) Eles vinham civil, com roupas comuns, e faziam a desorde deles e sai de baixo. (...) Aí a ditadura pegou o padre... o Dom Adriano, levou lá para a Vila Militar... Estuprou Dom Adriano Hipólito e aí depois pintou ele todo de vermelho (choro)... Aí Dom Adriano ficou pelado e de pinto de fora dentro da lixeira (...). Quando a Itália caiu em cima mesmo do Brasil, do negócio de ditadura depois da ruindade que fizeram com o Dom Adriano, foi que as coisas

foram dando uma aliviada, foi dando uma aliviada e a gente pôde pegar nossos terrenos, dividir os terrenos e fazer nossas passeatas (dona Ivonete, em entrevista).

O povo pobre da Baixada aliava criatividade, humor e medo na luta por melhores condições de vida. Ivonete relata o caso do padre Anibal:

Ivonete -... Mas para falar de ditadura, não dá para esquecer o padre Anibal.

Edilaine - Por quê?

Ivonete - Porque o padre Anibal participou aí desse grupo de sem terra. Ele era devoto de São Jorge e a ditadura maltratou muito ele. Parece comédia o que eu vou te falar, mas não é comédia. Eu pesquisei mesmo. O padre Anibal, quem via: “Bença seu padre”. Era coisa da época. “Deus te abençoe”. Quando a ditadura passava ele tirava a batina fora e caía na graxa com o pessoal, dividindo terra, marcando terra... O padre Anibal.

Edilaine - E ele era dessa paróquia também?

Ivonete - Não, ele não era de paróquia nenhuma, ele era agitador, era agitador político. Os padres sabia da presença dele, mas os padres não fazia nada, porque ele não fazia nada de mal.

Edilaine - Ele não era um padre de verdade... Ele usava batina (risos).

Ivonete - Não, ele era falso padre. E eu fui revirar atrás desse padre Anibal, porque eu vi.

Edilaine - É Anibal de quê?

Ivonete - Ah, não tem. Porque eu revirei mesmo. A última notícia que eu tive dele faz muitos anos. Ele foi quem mais apanhou da ditadura... Tadinho do padre Anibal... E que não era padre. A notícia que tive dele era que estava velho e morreu cego. Mas, ele foi agitador político mesmo.

De acordo com Serafim (2011), baseada nos estudos de Mainwaring (1989), existia uma busca pela autonomia dos movimentos populares e uma forte relação entre os eles e a Igreja Católica. Segundo a autora, a Igreja desempenhou papel importante no desenvolvimento do Movimento Amigos de Bairro (MAB), como defesa frente à repressão militar, com empréstimo de suas dependências para reuniões, apoio econômico e de infraestrutura, além de legitimidade moral. A Igreja Católica, em especial a Diocese de Nova Iguaçu, sob a liderança de Dom Adriano, deu apoio a diversos movimentos de base na região, como o Mutirão de Nova Aurora e o Mutirão Rural de Campo Alegre, além do Movimento Amigos de Bairro.

A partir da influência de Dom Adriano, com a denúncia de atentado aos direitos humanos, foi enviada pela Itália a voluntária leiga, do Movimento de Leigos para a América Latina, Maria Antonina Oderda (irmã Maria) e o padre Geovane, e dessa forma iniciou-se o projeto Ceris (Centro de Estatística e Investigação Social), no qual as instituições financiariam a compra de lotes e a construção das casas próprias.

A Comissão Diocesana de Justiça e Paz, na figura de Dom Adriano, passou a assessorar juridicamente o movimento com o objetivo de conseguir a liberação e venda do terreno da

Codeni para o movimento. O então prefeito de Nova Iguaçu, João Ruy de Queiroz Pinheiro, ou somente Ruy Queiroz, prometeu a venda de 430 lotes de 15 metros por 30 metros, porém os lotes são divididos ao meio, dando um total de 860 lotes; entretanto, sua promessa não foi cumprida.

Foto 7: Sr. Laerte Bastos. Foto 8: Ao fundo, Sr. João Tavares. Fotos 9 e 10: Passeata realizada no centro de Nova Iguaçu.



Fonte: Mutirão Urbano de Nova Aurora, 1982.

Em Assembleia, no dia 15 de dezembro de 1981, foi oficialmente fundado o Mutirão de Nova Aurora. Em passeata, os manifestantes dirigiram-se até a prefeitura de Nova Iguaçu e, com a intervenção de Dom Adriano, conseguiram agendar uma reunião. O movimento ficou acampado por um dia até que o prefeito Ruy Queiroz recebeu a comissão composta por membros do Mutirão e da Comissão Diocesana de Justiça e Paz. Nessa reunião, a comissão teve o termo de compromisso assinado pelo prefeito.

Nós não entramos de peito aberto, não. Depois de muita reunião, nós fomos no Dom Adriano (...). É, nós tivemos muitas reuniões com o prefeito, o prefeito era Ruy Queiroz (...). Eu sei que eu fui uma das primeiras diretoras da primeira diretoria. A conversa que a gente teve com o Dr. Ruy Queiroz era prá... se podia entrar nos lotes, tá (Dona Ruth, liderança do Mutirão e do Movimento Feminino, em entrevista).

Foto 11: Reportagem do *Jornal de Hoje* sobre a promessa de doação das terras da Codeni pelo prefeito Ruy Queiroz ao Mutirão de Nova Aurora.



Fonte: Mutirão Urbano de Nova Aurora, 1982.

Após a conquista das terras da Codeni, o Mutirão dividiu os lotes para os associados. Alguns construíram por conta própria suas casas, outros aguardaram que a prefeitura cumprisse suas promessas de infraestrutura.

Além das terras da Codeni, havia muitas terras ociosas; segundo Costa (2004) a Planta I possuía 913 lotes; a Planta II possuía 760 lotes e a Planta III possuía 1.117 lotes, num total de 2.790 lotes; no entanto, cada lote era dividido por duas famílias, cabendo a cada uma um terreno de quinze por trinta metros. Nesse primeiro momento de ocupação, 5.580 famílias foram assentadas.

A gente participava de uma assembleia geral por mês. Assembleia essa que quem podia e quem queria. Aí fazia a inscrição no banco de material ou projeto Ceris, que era um projeto que vinha da Itália. Aí os italianos ia onde a pessoa morava

para ver se a pessoa estava realmente com aquela grande necessidade que dizia. Aí se inscrevia e fazia uma outra reunião de quinze em quinze dias no próprio mutirão (...). Aí quando completava e o sr. Otávio liberava o material e dava o prazo para a pessoa construir, mas aí, a pessoa já havia pegado o terreno e sabia onde era o seu lote, ia ser sua casa e seguir a vida dele (dona Ivonete, em entrevista).

Uma das funções de dona Ruth era encontrar lotes de terra que não tivessem dono. Segundo ela, o mutirão, a partir do Projeto Ceris, dava um jeito de comprar. O terreno era dividido por área e depois por lote e havia os chefes de quadra. Segundo dona Ivonete, Djalma Miranda, outra grande liderança do movimento, e seu João eram os chefes de quadra da área do Avião¹⁹.

Segundo Costa (2004), as construções das casas poderiam ser feitas pelo proprietário do lote, mas, apesar de possuir o termo de compromisso na mão, muitos proprietários não tinham condições de construir suas moradias. Após uma conversa com padre Mateo e a irmã Maria, foi elaborado o Projeto Ceris. Esse projeto foi enviado à organização italiana denominada Movimento de Leigos para a América Latina, pelo qual seriam construídas “Casas-embrião” que possuíam 20 metros quadrados, com dois cômodos e um banheiro.

Ivonete - A casa era muito pequenininha, era só daqui para lá.

Ruth - Era casa embrião. Casa embrião é uma casa pequenininha, não tinha nem quarto.

Ivonete - Dois cômodos, um corredor e nesse corredor saía o banheiro e o outro cômodo.

Ruth - Era só sala, cozinha e banheiro.

Ivonete - Para quem não tinha nada, era um palácio.

Foto 12: Carteirinha de associado de dona Ruth.



Fonte: Mutirão Urbano de Nova Aurora, 1982.

¹⁹ O local ficou conhecido por esse nome por conta de um acidente de avião ocorrido no morro. Os destroços do avião caíram no local.

Durante a entrevista com dona Ruth e dona Ivonete, ouvi relatos de famílias que eram acolhidas nas casas de quem já haviam sido contemplados, enquanto não adquiriam suas casas. Dona Ruth já teve em sua residência sete famílias morando em épocas diferentes. “Eles não tinham casa. O que eu poderia fazer?” (dona Ruth).

O Projeto Ceris tinha como objetivo inicial assentar trezentas famílias com base em um fundo cedido pela entidade financeira Ação Quaresmal Suíça, num valor total de cento e cinquenta mil dólares. A compra de material para cada casa sairia em torno de quinhentos dólares, e a cada trimestre seis grupos de quatro participantes deveriam construir em mutirão suas casas. Dessa forma, todos participariam por igual na construção das casas.

O valor cedido em forma de material de construção deveria ser devolvido para que outras famílias pudessem construir suas casas. O pagamento poderia ser feito em 75 prestações mensais de 10% do salário mínimo ou em 50 prestações de 15% do salário mínimo, objetivando a criação de um fundo rotativo para financiamento de outras casas.

O objetivo do Projeto Ceris era desenvolver a capacidade de administração por parte do Mutirão, reforçando, dessa forma, o laço comunitário, permitindo que os moradores se tornem aptos a resolver os problemas comuns. “O crucial é o caráter de luta solidária do povo, acreditar que eles são capazes de enfrentar a tarefa da construção de suas casas como iniciativa coletiva e não só uma busca individual de moradia” (COSTA, 2004, p. 20).

A contribuição desigual de moradores, tanto financeira quanto na mão de obra, para a construção das quatro casas, alteração na planta original, que levou ao aumento do valor final da casa e à falta de material, o não engajamento integral dos participantes, ficando a cargo da diretoria do Mutirão o gerenciamento e administração do projeto e o baixo retorno dos financiamentos feitos para a construção das casas levaram a alterações no projeto inicial.

Edilaine – As pessoas recebiam o material de construção, nunca chegava o dinheiro, não é? E aí as pessoas construíam suas casas. As pessoas que recebiam o material tinham que em algum momento trabalhar para o mutirão?

Ruth – Tinha, trabalhava dois dias.

Ivonete – Eu trabalhei mais de dois dias.

Edilaine – Tinha o pessoal fixo que trabalhava no mutirão?

Ruth – Tinha os funcionários.

Ivonete – Tinha a Márcia tesoureira.

Ruth – Tinha o Sr. Otávio, a Márcia, o Ademir... E o próprio Laerte.

Ivonete – Tinha os fixos.

Edilaine – E os fixos sempre trabalhavam na construção das casas e quem recebeu sua casa trabalhava dois dias na construção das outras casas.

Ruth – Olha, o certo do projeto era esse, eu fazia minha casa e ia pagando. Aquele dinheiro meu que ia entrando era para comprar mais material para fazer mais casa.

Ivonete – Era um investimento.

Ruth – A maioria não fez isso. Eu sei que fiz que noutro dia eu estava mexendo nas minhas coisas e achei o recibo.

*Ivonete – Eu fui fazendo, fui fazendo, fui pagando.
Ruth – A maioria não pagava.*

O mutirão acabou não tendo o retorno esperado, mas, com a abertura política e as eleições para o Governo do Estado, na qual se sagrou vencedor Leonel de Moura Brizola, uma nova etapa começou para o Mutirão Urbano de Nova Aurora. O Mutirão ganhou força política com as conquistas das terras em Nova Aurora. Com base no projeto Casa Embrião, formulou-se um novo projeto, chamado “Projeto Caramujo” no qual se solicitavam obras de infraestrutura.

Leonel Brizola recebeu uma comissão e decidiu incluir Nova Aurora no programa habitacional Cada Família um Lote e realizar obras estruturais. Após seis meses sem a concretização da promessa, em 24 de novembro de 1983, mais de três mil manifestantes se encaminharam em passeata até o Centro do Rio de Janeiro. Uma semana após essa manifestação, finalmente o novo prefeito de Nova Iguaçu recebeu uma comissão e assinou o termo de transferência da posse das terras da Codeni para o Mutirão Urbano de Nova Aurora. Em 1985, as primeiras das cinco mil casas começaram a ser construídas pela Companhia Estadual de Habitação (Cehab).

Durante a pesquisa de campo, o sr. José Luiz Santana, irmão de uma das lideranças do Mutirão, dona Therezinha, foi o responsável pelas primeiras informações sobre o Mutirão e serviu de *ponte* para que eu chegasse a dona Ivonete e dona Ruth. Seu Zé, como é conhecido, é funcionário do CEBNA.

O relato de seu Zé vai de encontro à entrevista de dona Ivonete. Segundo seu Zé, o local era um brejo e foi aterrado pelas “máquinas do Brizola”. A maioria da população, segundo seu Zé, não tem documento, hoje possui a posse por usucapião (quando o morador usufrui de um imóvel por um período de no mínimo cinco anos, desde que pague os impostos relativos ao imóvel).

A Cehab deu um documento de compra e venda, mas ficou por isso mesmo, mas a maioria não foi pago. A maioria não paga imposto, somente quem tem escritura paga impostos (...). Brizola “deu” título de posse para todos, mas o título de posse não chegou e as pessoas começaram a construir e comprar da Cehab” (Seu Zé, em entrevista).

O relato de Seu Zé é ratificado pela entrevista concedida por dona Ivonete:

Ivonete – Ele (Leonel Brizola) tomou conhecimento do projeto do Mutirão de Nova Aurora, pessoal sem teto, sem casa e ele veio conhecer o local. No que ele veio conhecer o local, fez assembleia geral com o pessoal, ele prometeu que as terras a partir daquele dia ninguém iria jogar gasolina mais em cima da gente, nem tiro nem nada. Que as terras eram nossas. Já que as terras estavam abandonadas, agora iria ter dono e o dono era nós, povão, e que ele ia construir casas. Ele ia ajudar... E, como ele ajudou.

Edilaine – Era através da Cehab ou não?

Ivonete – Isso, Companhia Estadual de Habitação. Aí aqui na área 1. Esse lado aqui atrás do grupo (CEBNA). Aqui era conhecido como área 1. Aqui o Governo do Estado construiu uma porção de casinhas e na área que eu moro que é na área do Avião ele não construiu casinha, mas sim ele construiu a caixa d'água geral e legalizou as nossas águas, era pouco moradores que tinha e eu já estava com minha água legalizada, mas sendo que essa água não ficou só com a gente da área do Avião, ficou para toda Nova Aurora. Aí que eu te falei que Leonel Brizola abriu portas e janelas para a gente.

Edilaine – E esses lotes, eles foram legalizados? Vocês têm documentação deles?

Ivonete – Tem, tem documento sim. Leonel Brizola perdeu as eleições (...). Aí Leonel Brizola perdeu as eleições para Moreira Franco. Aí Leonel Brizola deixou um documento numa pastinha com o nosso nome, nosso CPF, tudo direitinho, se ele fosse eleito de novo, reeleito aí acabava de completar o documento, aí ele perdeu, então... Mas nós ficamos com algum documento sim. Aí quem quis legalizar por sua conta, que fosse, que já tinha o governo dado à gente e quem não quis procurou a defensoria, procurou a prefeitura, deu seu jeito.

Durante as entrevistas sempre foi destaque nas palavras dos moradores a força de atuação do Mutirão e seus associados e o dinheiro da “ajuda” que era enviado pela Itália para a construção das casas. Além das casas produzidas pela Cehab, que não contavam com a ajuda física de quem fosse adquirir a casa, o mutirão continuava produzindo casas com investimentos recebidos pelo Projeto Ceris.

É possível verificar, a seguir, a organização do grupo. Cada associado, quando adquiria o lote, poderia optar pela construção da casa pelo Projeto Ceris e possuía uma ficha na qual eram anotados o lote, a quadra, a planta e todo o material que era fornecido para a construção da casa.

Foto 13: Ficha de controle de entrega de material para construção da casa própria. Essa ficha pertence à dona Ivonete. Ela é a representação da construção de um sonho.

MUTIRÃO DE NOVA AURORA - Contrato nº _____ - Quadra 07 - Lote 24B - Planta 2 - Inscrição _____

CONTROLE DE ENTREGA DE MATERIAL - NOME DO ASSOCIADO: IVONETE DE ARAÚJO MESSINA

Quant. Prev.	Material	Req.	Quant.	Req.	Quant.	Saldo	Quant. Prev.	Material	Req.	Quant.	Req.	Quant.	Saldo
	Ferro 1/4	29.9.84	16					União 1/2	25.11.84	1			
	Ferro 3/16	29.9.84	8					T de 1/2	25.11.84	1			
	Telhas	30.10.84	16					Lavras 1/2	25.11.84	5			
	Telhas	30.10.84	16					Frango	25.11.84	1			
	Porta/Ferro	03.11.84	1					Registro pavata	16.01.85	1			
	Janela	05.11.84	1					Registro pressão	16.01.85	1			
	Baculante	07.11.84	1					Pia/Cosinha	06.12.84	1			
	Perna de 3	30.10.84	16.50					Tanque	06.12.84	1			
	Calbro	30.10.84	16.50					Torneiras	25.8.84	2			
	Porta/Madeira	06.12.84	1					Fossa	05.11.84	1			
	Arame queimado	29.9.84	1K					Tijolo 12.10.84	1000	16.10.84	1000		
	Preço	29.9.84	1K					Tijolo					
	Vaso	04.12.84	1					Tijolo					
	Cx. d'água	17/5/85	1					Cimento 29.9.84	3	16.10.84	6		
	Cx. descarga	25.11.84	1					Cimento 05.10.84	4	07.12.84	5	22.685	3
	Cx. gordura	06.12.84	1					Cimento	17/5/85	4			
	Lavatório	16.01.85	1					Pedra 29.9.84	1m ³				
	Joelhos 1/2	25.11.84	10					Pedra 05.10.84	1m ³				
	Relo sanf.	25.11.84	1					Pedra					
	Tubos 40	25.11.84	5					Areia 29.9.84	1m ³	17/5/85	1m ³		
	Tubos 100	25.11.84	5					Areia 05.10.84	1m ³				
	Joelhos 40	25.11.84	5					Areia					
	Joelhos 100	25.11.84	2					Obs.					
	Canos 1/2	25.11.84	3					Obs.					

Em anexo 23

Fonte: Mutirão Urbano de Nova Aurora, 1985.

O investimento financeiro da Igreja Católica foi fundamental para que o projeto de moradia do Mutirão obtivesse algum sucesso. Segundo Costa (2004), as verbas vindas de diversas instituições preenchiam as lacunas deixadas pelos governos do estado e municipal. Existia, no entanto, uma corrente dentro do movimento que desejava maior autonomia frente às instituições financiadoras.

Gabriel Feltran (2010) salienta que o período pós-ditadura delegou aos movimentos sociais das periferias uma posição subalterna, visto que os movimentos sociais se tornaram dependentes de investimentos do governo, por um lado, e das organizações não governamentais, por outro, tornando-se somente um executor dos projetos criados pelos financiadores.

Como alternativa, objetivando o fim da dependência, o Mutirão Urbano de Nova Aurora ampliou seus espaços de atuação, com o Movimento Feminino, as Escolas

Comunitárias, a Rádio Comunitária e a Fábrica Comunitária de Artefatos de Cimento e galpão próprio, onde as assembleias passaram a ser realizadas.

O Movimento Feminino tinha por missão atendimento à saúde e à educação e foi responsável pela criação de quinze escolas comunitárias, a Casa da Criança, dois CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública) – CIEP 24 – Gustavo Capanema, além dos CIEPs em Shagri-lá e Vila Maia, sub-bairros de Nova Aurora. Eram lideranças do Movimento Feminino dona Ruth, dona Odília, Therezinha, irmã Maria e a índia Potira.

As atribuições destinadas às cinquenta integrantes do Movimento Feminino eram a distribuição de alimentos para as escolas comunitárias e para a Casa das Crianças (que atendia crianças de três a seis anos), além de ajudar no cuidado às crianças e manutenção do local.

Cabia a dona Odília conseguir junto à prefeitura de Nova Iguaçu o leite que era destinado às Escolas Comunitárias e à Casa da Criança, além de fornecido a famílias com filhos de até dois anos de idade cadastradas no Mutirão através da distribuição de tíquete, que variava de acordo com a quantidade de crianças por família.

Ficava a cargo de dona Ruth a obtenção de alimentos, que eram doados pela Legião da Boa Vontade para abastecer as escolas comunitárias e a Casa da Criança. Segundo dona Ivonete, durante anos a sua família foi alimentada pelas doações do Mutirão, visto que ela trabalhava inicialmente de graça para o Mutirão de Nova Aurora.

Dona Ruth possuía uma posição de extrema importância no Mutirão. Ela era uma das responsáveis pela busca de terra sem dono para que o Projeto Ceris pudesse comprar. No relato abaixo ela deixa clara a sua importância para os moradores que ainda lutavam por uma casa.

Ruth - É pena que muita gente que recebeu a casa com sacrifício, aquele sacrifício deles e o nosso também. Muitos saíram daí, venderam as casas e também chegava uma mulher lá chorando (risos dela). “Tô sem casa, tô com cinco filhos”, a outra chegava: “Tô com quatro filhos, queria uma casa para morar, eu não tenho dinheiro”. A gente juntava tudo. Saía daqui e ia lá para o padre Geovane, que trabalhava junto com o padre Mateo. Padre Geovane era o tesoureiro. Eu chegava, “padre Geovane, tem uma moça cheia de filho”, e um barraquinho naquela época eram sessenta mil cruzeiros. Naquela época era dinheiro pra caramba. Aí o padre Geovane: “Você vai assinar, você é a responsável”. Era também era italiano... era não, ele é italiano, coitado, ele está lá no Maranhão. Para você ver como se anda, né, lá para os cafundós do Maranhão... Aí o padre Geovane: “Senhora que vai assinar, dona Ruth”. Eu que estava pedindo, né. Fui lá, comprei um barraquinho. Era do Paulinho, lembra do Paulinho? Velho safado, cobrou sessenta e quatro mil, ela morou lá até pouco tempo.

Ivonete – Você viu como exploravam o nosso lado bom?

A Rádio Comunitária foi outro instrumento de luta do movimento. Ela tinha o papel de convocar os associados para as assembleias e atividades do grupo. Os alto-falantes ficavam na torre da sede do Mutirão e passavam para a população a história de luta pela terra. Segundo dona Ruth, a rádio foi idealizada pela irmã Maria e padre Mateo, mas o Movimento Feminino foi se apropriando cada vez mais da Rádio, ficando a cargo dela a oração da Ave Maria.

A Fábrica de Cimento era utilizada com o intuito de autogestão do Mutirão. A fábrica produzia material que seria utilizado na construção das casas como tijolos, manilhas, caixa d'água, que deixava o Mutirão menos dependente de entidades públicas para realização de obras de infraestrutura, além de dar emprego para muitos moradores da região. Segundo Costa (2004), o grupo obteve ainda uma retroescavadeira e um caminhão basculante. De acordo com dona Ruth, o Mutirão foi responsável por mais de cem empregos diretos.

O Mutirão de Nova Aurora tornou-se referência para outros movimentos semelhantes; segundo dona Ruth, o Mutirão Urbano de Nova Aurora, a partir de sua liderança e influência, ajudou na formação do Mutirão Rural de Campo Alegre, em Queimados; do Mutirão Urbano de Santa Cruz; do Mutirão Urbano Santos Dumont; do Mutirão Urbano Vila Maia, os três últimos em Belford Roxo. Costa (2004) relata que o Mutirão de Nova Aurora ajudou ainda na formação da Federação de Moradores e Amigos de Nova Iguaçu (MAB), da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), tornando-se, com base no Repórter Inchiasta (da Itália), “o maior mutirão urbano de moradia da América Latina, sendo referência internacional de luta contra exclusão social e conquista da posse da terra para moradia” (COSTA, 2004, p. 28). O sucesso de Laertes Bastos frente ao Mutirão levou-o, em 1988, à vice-prefeitura de Nova Iguaçu, na chapa de Aluísio Gama.

Em 1989, o Mutirão Urbano de Nova Aurora passa por reestruturações que levaram ao seu fim. Os interesses individuais, especificamente políticos, contaminaram o movimento e levou a desconfiança aos associados. A dependência de entidades internacionais, além da não efetivação dos pagamentos das prestações pelos associados, levou a fragmentação do Mutirão, nascendo a partir de seu fim a Federação dos Mutirões Urbanos de Belford Roxo (Femuber), já sem o poder de luta do Mutirão.

As pessoas que tinham certa liderança foram captadas. A ideia do Laertes Bastos era ser candidato a prefeito; ele foi vice (na chapa de Rui Queiroz). Você teve um período, ainda tem hoje, mas teve uma época que Nova Aurora conseguiu eleger cinco ou seis vereadores. Cada um com seu cada um, mas chega uma hora em que as lideranças ou as supostas lideranças foram se consumindo nesse processo, né... O Laertes foi uma perda da liderança e foi se envolver no mutirão de Austin...

Tentou se eleger duas vezes à prefeitura, mas ali as lideranças já estavam divididas, cada um com seu grupinho político. Eu acho que o maior problema foi esse: o pessoal ficou muito viciado com o dinheiro de fora... E o outro foi a fragmentação das lideranças em vários grupos políticos... Foi muito dinheiro, muito dinheiro que foi para o ralo e a ideia era que esses associados contribuíssem com um pouquinho por mês, as pessoas, cada um conquistou o seu, as lideranças cada um se afastou, foi pegando seu caminho, Laertes não era mais do Mutirão efetivamente, ele só vinha para o mutirão fazer campanha, NE? O pessoal ficava “p” da vida (Entrevista com Roberval Bento da Costa, autor de uma monografia sobre o Mutirão e participante do mesmo como alfabetizador dos filhos do Mutirão em 30/05/2013).

O Mutirão deixou de herança para Nova Aurora água encanada, iluminação, o calçamento de toda a área do Avião, a construção de duas escolas estaduais, três CIEPs, uma creche, a Casa da Criança, que foi municipalizada, e milhares de famílias assentadas, seja por meio da construção da casa própria pela Cehab, pelo Mutirão ou por créditos próprios.

Dona Ruth questiona a atual situação do bairro, pois todas as melhorias, incluindo calçamento das ruas, energia e água, linhas de ônibus, escolas e creches são oriundas da luta do *grupo* ou *grupão*, nome pelo qual ela se dirige ao Mutirão.

O pessoal é um pouquinho acomodado, porque quando havia esse grupo de doido, testa de ferro que ia à luta, pedia, resmungava, batia na porta até alguém atender, eles iam se deitando na aba, na sombra, aí hoje não. Hoje ninguém se mexe para nada (...). Eu não sou política, não. Eu não pretendo ser candidata a nada, eu só queria ver minha rua arrumada (dona Ivonete, em entrevista, grifo nosso).

O bairro em questão cresceu muito, mas os problemas de ordem estrutural continuam, como: A ampla maioria das ruas não possui calçamento, não existe tratamento de esgoto na região, e muitas casas, especialmente dos morros utilizam o sistema de sumidouro, esgoto sanitário e jogado num poço, o que pode levar a contaminação do solo e consequentemente do lençol freático. Os momentos de luta e glória parecem ter ficado no passado recente da região.

O Mutirão Urbano de Nova Aurora escreveu uma história de determinação e luta pelo sonho de uma vida mais digna para o povo pobre e “invisível” da Baixada Fluminense. Esse povo, ao resolver seus “problemas práticos”, adquiriu experiência e auxiliou vários outros movimentos sociais na região e no entorno, não obtendo visibilidade. O Mutirão de Nova Aurora foi uma realidade impregnada de medo, luta dificuldade, mas ao ser contado por seus participantes soa como um sonho, uma saudade.

Eu trabalhava feito uma burra, levantava cedo né. Ia pra lá, ficava o dia inteiro, andava levando lista de material para fazer casa, às vezes até sem comer. Aí... Aí meu Deus, que saudade! (dona Ruth)

Foto 14: Dona Ruth (de vestido florido) e Ivonete (de blusa rosa) no quintal da casa de dona Ruth, adquirida por meio do Mutirão Urbano de Nova Aurora.



Fonte: A autora, 2013.

3 PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E A PRODUÇÃO DE MARGENS PELO ESTADO

Sessenta anos após a ocupação do território via compra de lote das falidas fazendas de laranja no bairro da Chatuba e trinta anos após o movimento de base denominado Mutirão Urbano de Nova Aurora ter conseguido assentamento para mais de vinte mil famílias no bairro de mesmo nome, vamos verificar como a população da Chatuba a partir da atuação do Estado teve solucionados problemas estruturais dando maior qualidade de vida a seus moradores ao mesmo tempo em que pela sua ausência o Estado é direcionou milhares de moradores da periferia às “margens”.

3.1 Chatuba – Estado atuante e Estado ausente, duas formas de fomentar a margem.

O bairro da Chatuba conviveu com a ausência de pavimentação, saneamento básico e distribuição d’água até o final da década de noventa, quando a população foi contemplada com o Programa Baixado Viva no governo de Marcelo Alencar, entre 1995 e 1999, que tinha por objetivo implementação de obras que proporcionassem maior cidadania à população.

Para os moradores de Mesquita, o bairro da Chatuba era a visão do atraso. Com quase todas as ruas sem asfalto e valas a céu aberto o bairro representava o arcaico próximo à chegada do novo século. Segundo Silva [entre 2000 e 2013], em abril de 1998 enquanto aguardava a aprovação do empréstimo pelo Senado Federal, as primeiras obras do primeiro grupo de bairros iniciaram-se, mas o Contrato de Financiamento entre o Estado e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) foi firmado apenas em julho de 1999 e já no governo de Anthony Garotinho recebeu o nome de Programa Nova Baixada, o que segundo o autor não foi apenas uma mudança de nome, mas uma meta que lhe conferiria uma nova identidade. Sob o governo de Garotinho, o programa recebeu alterações importantes de ordem social.

Hélio Silva [entre 2000 e 2013] afirma que o Programa seria implementado em três fases com três grupos de bairros que estavam em diferentes estágios de desenvolvimento. Dentre as obras de infraestrutura licitada no projeto de urbanização integrada, estavam:

Rede de esgoto sanitário, ligações domiciliares de esgoto, drenagem de esgoto, recalques e tronco coletor principal de esgoto, pavimentação das partes altas, rede de drenagem pluvial, captação de rios, subadutoras, complementação de reservatórios, rede de abastecimento de água, complementação das redes de abastecimento de água, ligações domiciliares de água, construção e complementação de obras de equipamentos sociais, construção de postos de apoio à limpeza urbana, reformas de praças, construção de postos de saúde, reforma ou construção de elevatórias (SILVA, s/d, p.8).

O Programa Baixada Viva transformou o bairro da Chatuba, em um canteiro de obras. Existia á época um fervilhar na região, pois o município de Mesquita escolhia através de um plebiscito em 1997 se o então distrito de Nova Iguaçu deveria ou não ser emancipado, fator que foi confirmado nas urnas, porém somente em 1999 o Supremo Tribunal Federal decidiu pela emancipação de Mesquita, nascendo um dos últimos municípios do país até o momento. Segundo Monteiro (2007a), em 1996 uma emenda constitucional instituiu normas mais rígidas, uma delas determinava que os plebiscitos só fossem realizados após um estudo de viabilidade econômica do novo município.

Independente da motivação porque a população distrital desejava tornar-se política administrativamente livre, não é difícil concluir que a região transformada em município mesmo quando não possuidora de mínima estrutura econômica própria, sobreviveria principalmente devido ao FPM²⁰, sendo os impostos próprios do município incapazes em grande parte das vezes de garantir até os vencimentos dos funcionários públicos. (MONTEIRO, 2007, p.143).

Apesar do antigo distrito de Mesquita ser próximo da sede administrativa, a população sentia-se abandonada pelos políticos iguaçuanos. Segundo autor, a população via a emancipação como uma forma de participar ativamente da vida política local. Muitos “futuros candidatos” aproveitavam-se da execução das obras do Programa Baixada Viva para apresentarem suas candidaturas ou associarem seus nomes às benfeitorias através de inúmeras carreatas que adentravam o bairro. Alguns obtiveram vitória já nas primeiras eleições do município realizadas em janeiro de 2001. Entre eles o vereador Almir da Chatuba.

Foi no tempo do primeiro mandato de Almir. Tinha muita gente que dizia: “Foi Almir que fez... Foi Almir que fez” Foi Almir nada! Foi a Baixada Viva (Dona Severina, entrevista concedida em 09 de julho de 2013).

Outro eleito nas primeiras eleições foi o prefeito José Paixão, que realizou outras importantes obras de revitalização do centro da cidade e construção de praças públicas, remodelando vários bairros, entre eles Edson Passos e Centro de Mesquita e levando para

²⁰ Fundo de Participação dos Municípios.

bairros mais distantes serviços básicos como coleta de lixo, iluminação pública e calçamento das ruas. A morte, de causas naturais, do prefeito que lutou pela emancipação antes do final do mandato confere ao processo um caráter quase místico.

Analisar, ainda que de forma breve, o Programa Baixada Viva na Chatuba e os benefícios do mesmo para a população, tem por objetivo mostrar o quanto importante é a inserção do Estado no “interior” das periferias, conferindo-lhe cidadania. Os bairros de Chatuba e Nova Aurora passam hoje por dois diferentes processos de exclusão. Ainda que as duas localidades não se mostrassem inertes frente à exclusão a qual foram acometidos no passado. A Chatuba, a partir da “resolução dos problemas práticos” que conferisse a seus moradores além da possibilidade de posse da terra, a dignidade na moradia, e Nova Aurora a partir do Mutirão de Nova Aurora, o povo com a ajuda da Igreja Católica construíram casas e fez com que o Estado se tornasse presente nesse processo desapropriando áreas para a construção de novas casas e construindo outras tantas.

O que é interessante observarmos atualmente é que o Estado pode a partir de sua ausência delegar camadas inteiras de trabalhadores, no caso de Nova Aurora, mais de 80 mil pessoas, a uma situação de degradação total. Um Estado atuante pode amenizar a vidas de outros tantos milhares, fato ocorrido na Chatuba. O Programa Baixada Viva transformou a vida de milhares de moradores, ainda que ele não tenha sido concluído integralmente, “os investimentos realizados no bairro contribuíram para um certo incremento da economia local” (SILVA, s/d, p. 9).

A continuação deste trabalho tenta mostrar dois momentos distintos dentro de um bairro onde a partir do associativismo, do movimento de base, o Mutirão Urbano de Nova Aurora, tornou-se o maior mutirão da América Latina. O que levou com que esse movimento fosse minado e a presença do Estado tão diluída?

3.2 Nova Aurora – Vinte anos depois, o que sobrou do passado de luta?

“A sensação é que as pessoas viveram a utopia e que a utopia era uma nuvem de encantamento, quando essa nuvem foi dispersa, cada um foi viver sua vida”. (Roberval Bento da Costa)

Vinte e quatro anos após o fim do Mutirão de Nova Aurora, dona Ruth e Ivonete no final da entrevista olham para o portão da casa de dona Ruth, num repentino espanto se admiram e comentam sobre a “grandiosidade” do bairro que as duas ajudaram a construir. O

bairro de Nova Aurora passou por um processo de inchaço populacional, muito grande nos últimos anos, tendo em sua composição uma população que vive em sua ampla maioria em condições de pobreza ou extrema pobreza. Os serviços básicos não acompanharam o crescimento da população, delegando a mesma uma indignidade social.

O trabalho de Roberval Bento dos Santos tornou-se fundamental para entender o processo de ocupação das terras ociosas, o Mutirão Urbano de Nova Aurora assim como a mobilização e organização do povo na luta pela casa própria. Após vários contatos consegui chegar ao Roberval e uma grande questão que não estava transparente veio à tona numa conversa esclarecedora.

Por que o Mutirão teve fim?

Segundo Roberval, numa entrevista concedida em 30 de maio de 2013, três fatores foram essenciais para o fim do Mutirão. O primeiro deles foi o fim do dinheiro da igreja que financiava a construção das casas. “Então assim: o dinheiro do exterior acabou, até porque teve uma crise muito forte na Europa e a igreja falou”: “a gente ajudou até aqui e eu acho que agora vocês têm que caminhar”.

O segundo motivo foi o fato de as lideranças serem seduzidos por outras propostas políticas, como já foi visto.

As pessoas que tinham certa liderança foram coaptadas. A ideia do Laertes Bastos era ser candidato a prefeito ele foi vice (na chapa de Rui Queiroz). Você teve um período, ainda tem hoje, mas teve uma época que Nova Aurora conseguiu eleger 5 ou 6 vereadores. Cada um com seu cada um, mas chega uma hora em que as lideranças ou as supostas lideranças foram se consumindo nesse processo né... O Laertes foi uma perda da liderança e foi se envolver no mutirão de Austin... Tentou se eleger duas vezes a prefeitura, mas ali as lideranças já estavam divididas, cada um com seu grupinho político. Eu acho que o maior problema foi esse: o pessoal ficou muito viciado com o dinheiro de fora... e o outro foi a fragmentação das lideranças em vários grupos políticos... Foi muito dinheiro, muito dinheiro que foi para o ralo e a ideia era que esses associados contribuíssem com um pouquinho por mês, as pessoas cada um conquistou o seu, as lideranças cada um se afastou, foi pegando seu caminho Laertes não era mais do Mutirão efetivamente, ele só vinha para o mutirão fazer campanha, né. O pessoal ficava “p” da vida. (Entrevista com Roberval Bento da Costa, autor de uma monografia sobre o Mutirão e participante do mesmo como alfabetizador dos filhos do Mutirão em 30 de maio de 2013).

O terceiro motivo está associado a conquistar a própria casa. Ao ter a posse da casa cada um seguia seu caminho, não frequentando mais as assembleias.

As pessoas irem para a assembleia pra ser sorteado para ganhar seu lote... Era estratégico. Estratégia fantástica! Eu tenho que tirar o chapéu para quem montou a estratégia, sinceramente eu não sei. As pessoas queriam ganhar seus terrenos, fazer sua inscrição, era obrigada para ganhar o terreno, ir à assembleia, você imagina que a assembleia ficava lotada, né. A maioria começou a ganhar seu terreno e essas

lideranças começaram a se separar... E algumas lideranças até tentaram construir uma fábrica de tijolos aí pensaram grande, pensaram em montar uma federação que na verdade foi maior furada (Roberval, entrevista concedida em 30 de maio de 2013).

Os relatos acima concedem, com mais clareza, informações sobre as possíveis causas do fim do Mutirão. O fim do movimento de base inicia uma nova fase na vida do bairro, a ausência do Estado direcionou o bairro a uma “margem” não só territorial, mas sociocultural.

O bairro fortalecido a partir do associativismo de base, onde a luta pela terra para moradia mantém sua herança de receber a todos que querem fazer da terra o sonho de segurança da casa própria, ainda que não legalizada, na maioria dos casos, passa por um sentimento de insegurança que toma conta não só de Nova Aurora, mas de toda a Baixada Fluminense após as instalações das UPPs em favelas localizadas no município do Rio de Janeiro. É fala recorrente em diversos bairros à chegada de pessoas que nunca se havia visto caminhando pelas ruas dos bairros, e em Nova Aurora não foi diferente.

Ainda hoje, famílias inteiras chegam ao bairro ou sub-bairros em busca de terra “sem dono” onde constroem suas casas. Durante uma entrevista realizada em 12 de janeiro de 2013, minha ex-aluna Márcia, reclama do fato de não poder conhecer os vizinhos, pois a cada dia no bairro Novo Horizonte, sub-bairro de Nova Aurora, uma nova família se instala no local, provocando uma sensação de insegurança, pois os moradores locais não podem garantir quem são esses novos vizinhos, e quais são seus objetivos e interesses. Segundo Ezra Park (2008), a vizinhança é como uma unidade social por possuir definições claras e contornos definidos, possuindo uma perfeição orgânica interna, suas reações imediatas, pode ser de acordo com o autor, considerada como que funcionando tal qual uma mente social.

A vizinhança existe em organização formal. A sociedade de aperfeiçoamento local é uma estrutura erigida nas bases da organização de vizinhança espontânea e existe a propósito de dar expressão ao sentimento local face a assuntos de interesse local. (EZRA PARK, 2008, p. 32)

No ano de 2011, logo após a instalação da UPP do morro do Alemão, muitos boatos entre os alunos de que o bairro estava diferente e de que havia pessoas estranhas “esculachando”²¹ o bairro deixava o clima no CEBNA em constante tensão, até que numa noite a direção da escola recebeu uma ligação “indicando” que a mesma deveria ser fechada.

Esse clima de tensão recai sobre os novos vizinhos, pois eles não possuem mais a segurança de uma “unidade social”, fortalecida a partir dos laços de camaradagem dos anos de

²¹ Termo utilizado para definir a atitude de repreensão, desmoralizante.

convívio. Ezra Park (2008), declara que o sentimento normal da vizinhança vem passando por mudanças curiosas e produzindo inusitadas comunidades locais ou até mesmos o nascimento de novas vizinhanças ou a dissolução de outras tantas. A vizinhança baseada na ajuda mútua e na “resolução dos problemas práticos” vem ganhando contornos diferentes em Nova Aurora, pois o vizinho não é somente o outro reconhecido e nascido da necessidade da terra.

De bairro em expansão e com promessas de investimento do poder público nas décadas de setenta e oitenta, Nova Aurora se encontra hoje sob o peso histórico de ausência do poder público que delegou a população uma segregação não só territorial como também sociocultural.

De acordo com o Observatório das Metrópoles, o bairro possui uma população de mais de 80 mil pessoas que residem no segundo município mais pobre da Baixada Fluminense, área conhecida pela deficiência de bens público e alto índices de pobreza. Ainda segundo o Observatório, a subprefeitura II fica localizada no bairro de Nova Aurora e engloba os três bairros mais carentes do município de Belford Roxo: Nova Aurora, Lote XV e Shangri-lá. A região registra os maiores riscos por inundação de rios e deslizamentos de encostas, fator que deixa a população local em constante apreensão, e que impossibilita a realização de aulas no Colégio Estadual Brandão Filho, pois ele costuma sofrer com constantes enchentes.

O estigma ao qual a população é submetida, especialmente os jovens, fica claro em qualquer conversa, ainda que breve, sobre o bairro. Pude constatar a baixa estima dos jovens logo nos primeiros dias de aula quando, no ponto de ônibus, solicitei informação para uma jovem aluna, como eu deveria fazer para me deslocar ao centro de Nova Iguaçu ou ao centro de Belford Roxo, a fim de buscar uma condução que me levasse de volta para casa. A resposta foi que se eu andasse um pouco, fato que descobri muito tempo depois que levaria mais de meia hora andando, eu chegaria à rodoviária. A menina “aparentemente” tentou me desestimular ao pedir para eu tomar cuidado, pois a rodoviária era infestada de carrapatos.

O prefeito Joca no período de dois anos de sua administração construiu a única rodoviária do município que fica localizada no centro do bairro e possibilita a população local uma locomoção para áreas com concentração de serviços e empregos como a linha 524b que faz ponto final no Terminal Rodoviário Américo Fontenele, localizado na Central do Brasil e do qual eu fazia uso para chegar ao CEBNA nos primeiros meses de 2010, quando ainda conciliava o trabalho no Centro do Rio de Janeiro e as aulas em Nova Aurora.

A Rodoviária do bairro possui ainda ônibus que levam à Pavuna, Praça Mauá, Nova Iguaçu, Bonsucesso, Miguel Couto, Madureira, além de outras linhas circularem pelo bairro na altura do Largo da Baiana, onde fica localizado o CEBNA e a Igreja de São Jorge, Miguel

Couto X Pavuna e Nova Iguaçu X Geneciano que passou a ser uma opção de transporte minha após me dedicar apenas à educação.

O fato de Nova Aurora possuir a única rodoviária da cidade não parece ser motivo de orgulho para os moradores. Com o objetivo de conhecê-la, andei pelas ruas do bairro e pude perceber que o bairro é todo cercado por morros e a rodoviária fica encravada num desses pontos e no seu entorno existe um comércio local relativamente grande. A Rodoviária, no entanto, é muito pequena e possui um forte cheiro de urina e uma população circulante que me causou à época sensação de desconforto.

Causa estranheza o fato de o bairro ser estigmatizado até mesmo pela população de Belford Roxo que carrega os maiores estigmas na Baixada Fluminense. A população local sustenta o rótulo de “atrasado”, devido aos altos índices de ruas sem calçamento e rios que cruzam a cidade e a extrema pobreza retratada em sua paisagem. Em Belford Roxo, o bairro em questão é tido como terra totalmente desprovida de qualidades e/ou atrativos, condição que situa Nova Aurora numa posição de periferia em relação à periferia, ou seja, a periferia dentro da periferia.

No início de ano de 2012, devido à diminuição de turmas no turno da noite no CEBNA, fiquei com seis tempos de carga livre²² e consegui alocar esses tempos no Colégio Estadual Bairro Jardim América, localizado no bairro de mesmo nome. A distância de carro é de aproximadamente vinte minutos, mas a distância social e moral que separam os dois bairros é grande. Numa conversa inicial com as turmas sobre minha trajetória como professora e como me tornei professora naquela unidade, falei de meu envolvimento profissional em Nova Aurora.

A sensação que tive em relação a um grupo grande de alunos era de tentar se distanciar daquela realidade. Ouvi desde: “*Nossa, nunca fui à Nova Aurora*”, “*Sei que é aqui perto, mas não sei onde fica*” a palavras de demérito “*lá é muito atrasado. Só tem lama*”. Nova América tem uma infraestrutura aparentemente melhor do que em Nova Aurora, mas nem por isso podemos dizer que seja um local sem mazelas. Durante o período de seis meses que estive nesse colégio, nas falas de meus alunos e num olhar mais atento às áreas limítrofes mais bem estruturadas, percebe-se que Nova Aurora realmente possui um destaque negativo no município de Belford Roxo.

²² Carga livre é um termo utilizado na rede estadual de ensino para designar que o professor precisa completar os doze tempos de hora aula.

Patrick, ex-aluno, numa tentativa de valorizar o bairro onde nasceu e viveu a vida toda, disse: “*Professora, se a senhora acha Nova Aurora ruim, precisa conhecer Vila Bela*”²³, Patrick (2011). Segundo Pierre Bourdieu (2011), “a grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico (por exemplo, capital/província) tendem a reproduzir nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e divisão, isto é, enquanto categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais (parisiense/provinciano, chique/não chique)” (BOURDIEU, 2011, p.162). A fala do aluno demonstra que dentro daquele universo degradado existe uma oposição social, uma hierarquização do espaço social em comparação com um bairro em posição ainda muito inferior ou degradada. Bourdieu (2011) afirma ainda que não há sociedade hierarquizada que não expresse as distâncias sociais de uma maneira deformada.

O motivo para esse olhar estigmatizado que recaí sobre a região e conseqüentemente sobre os moradores, especialmente sobre os jovens, fica visível numa primeira visita ao bairro. O local é cercado de morros, somente as ruas principais ou as ruas onde linhas de ônibus circulam possuem calçamento, as encostas apresentam casas em risco de desabarem, não existe tratamento de encosta, fator que proporciona uma constante poeira em dias de sol e constante lama em dias de chuva, a pintura dos muros das casas fica a cargo da lama seca que é jogada pelos carros em dia de chuva.

É com um misto de revolta e tristeza que dona Ivonete questiona a passividade da população: “*o pessoal é um pouco acomodado, porque quando tinha esse bando de doido, testa de ferro que ia à luta, lutava, pedia, resmungava, batia na porta até alguém atender, eles iam se deitando na aba, aí hoje não. Hoje ninguém se mexe para nada*”. A fala suscita questões relevantes, entre elas a atomização dos indivíduos. Bourdieu (2011e) salienta que uma minoria atuante e organizada, tende a ser coapitada a uma situação de alinhamento pelos menos favorecidos. A população atomizada torna-se incapaz de se mobilizar coletivamente, sendo a única saída para os que estão sob seu domínio uma resignada submissão ou ainda essa população se fecha no sofrimento e no ódio que pode levar saída do local o que aumenta a degradação e estigmatização do lugar abandonado.

Uma das poucas manifestações presenciadas por mim nos últimos três anos, foi uma faixa que solicitava melhorias na região, cobrando do então prefeito Alcides Rolim providências em relação à poeira, que faz parte do cotidiano dos moradores, mas que naquele período intensificava-se por conta de uma obra na avenida principal, que durou mais de um

²³ Bela Vista, Vila Maia, Vila São Jorge, Vila Heliópolis, Novo horizonte são sub-bairros de Nova Aurora.

ano, impossibilitando a passagem de carro pelo local, desvendando o interior inóspito das ruas que margeiam o caminho do ônibus.

Uma fala recorrente entre os mais jovens e que muito me incomodava quando cobrava uma postura de meus alunos era de que não adiantava cobrar, que Nova Aurora era esquecida. Durante uma conversa com aluno Patrick, ouvi um misto de revolta e submissão frente à realidade de seu bairro: “*Professora, foram feitos mais de cem abaixo-assinados e não deu em nada*”. Além dele, outros ao longo dos três anos de análise, conformavam-se. A fala denuncia a submissão resignada que acomete populações atomizadas presas a espaços sociais.

Foto 15: Reivindicação da população ao antigo prefeito Alcides Rolim.



Fonte: A autora, 2012.

Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estruturas de justaposição de posições sociais. (BOURDIEU, 2011, p. 160).

Segundo o autor supracitado (2011), a posse do capital assegura o domínio econômico e simbólico dos meios de transporte e de comunicação e em oposição os indivíduos que não são detentores de capital são mantidos à distância, tanto física quanto simbólica dos bens socialmente raros. Para Pierre Bourdieu, esses indivíduos são condenados a estar próximo das

pessoas ou dos bens desejáveis e menos raros. “A falta de capital intensifica a experiência de finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 2011, p.164).

Wacquant (2011) afirma que o Estado adota uma política contínua de erosão de instituições públicas, abandonando populações inteiras às forças do “cada um por si” ou às forças do mercado. Esse contingente, segundo o autor, são principalmente as pessoas excluídas de todos os recursos político, cultural e econômico. Camadas inteiras dependentes do Estado para chegar à cidadania plena.

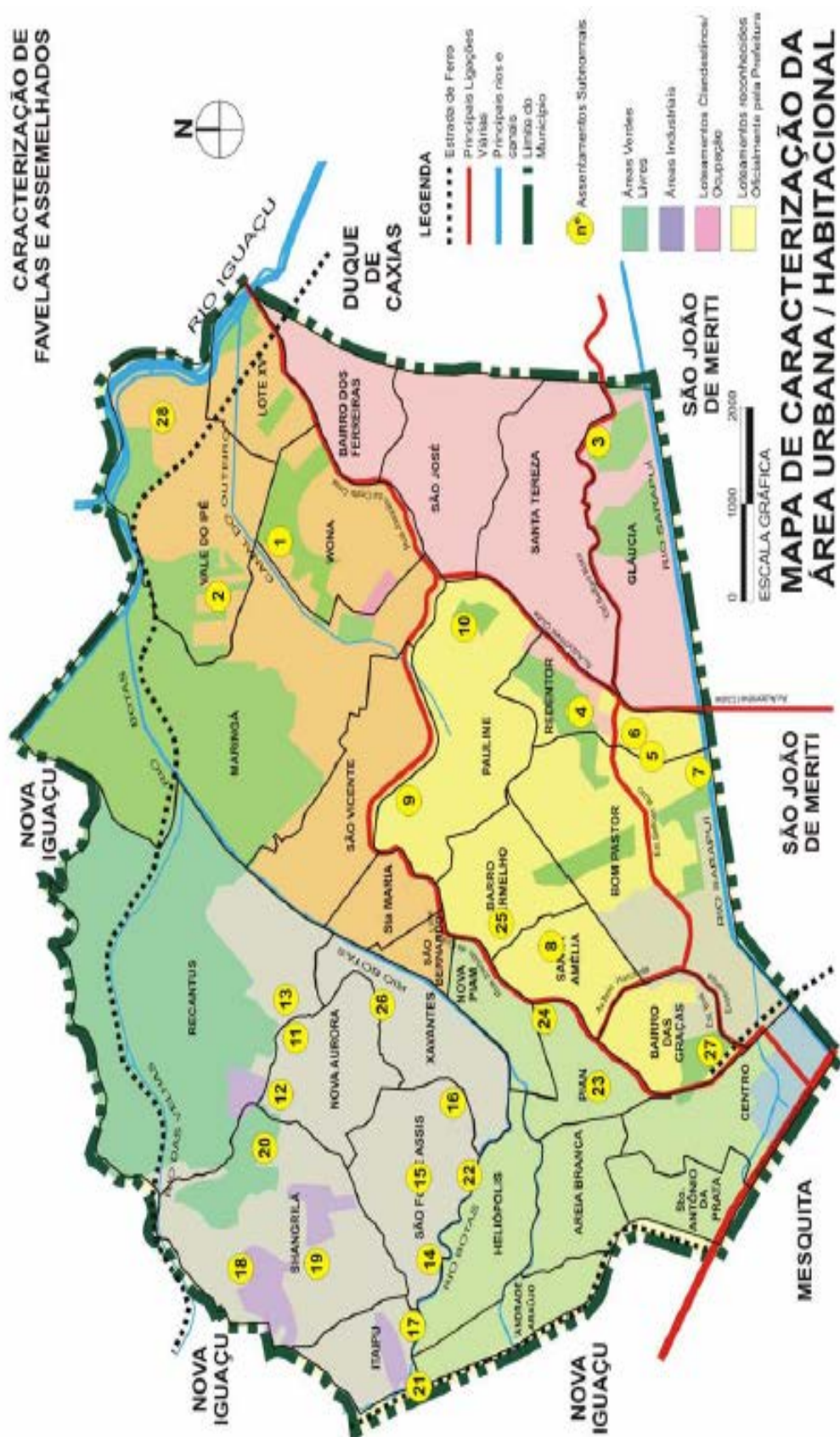
Bourdieu (2011), também reforça a papel do Estado na criação/manutenção de lugares abandonados. Segundo o autor esses lugares podem ser definidos “por uma ausência” do poder público, na figura do Estado e de tudo que decorre disso como as escolas, a polícia, unidades de assistências médica e eu incluo outras como bibliotecas, espaços de lazer, etc.

Nova Aurora e os sub-bairros que a compõem ainda estão em fase de acomodação, pois o território possui ainda muitas terras “ociosas”, que recebem os “excluídos” do sistema mobiliário. Ainda que a região esteja numa posição periférica longe dos investimentos seja estatal, imobiliário e cultural, ela acolhe os que dela precisam. Heitor Frúgoli Jr (2005) aponta para o surgimento de “hiperperiferias” que seriam áreas mais distantes e que findam por receber uma nova expansão periférica. Essas áreas, de acordo como autor possuem uma precariedade superior às antigas, devido à junção de três fatores, o desemprego estrutural, o abandono do Estado e a crise de organização dos movimentos sociais.

No confronto e nos ajustamentos entre os altos funcionários do Estado, eles próprios divididos e membros dos grupos financeiros, diretamente interessados no mercado de crédito imobiliário, e os representantes das coletividades locais e das repartições públicas, foi sendo elaborada a política da habitação, que, principalmente através do sistema fiscal e das ajudas às construções, operou uma verdadeira *construção política do espaço*: na medida em que ela favoreceu a *construção de grupos homogêneos em base espacial*, esta política é, para uma grande parte, responsável pelo que se pode observar diretamente nos grandes conjuntos degradados ou nos bairros tornados desertos pelo Estado. (BOURDIEU, 2011, p.166)

De acordo com o mapa a seguir é possível verificar que no bairro de Nova Aurora e no seu entorno existe uma área extensa onde é observável um grande número de “assentamentos subnormais”.

Mapa 3 – Bairros de Belford Roxo



Fonte: Anselmo (2008)

Wacquant (2011) aborda as mazelas do gueto americano de Henry Horner e afirma que a política de abandono urbano do governo, nivelou a suposta integração da sociedade à categoria de instrumentos de segregação e que o pouco de atuação do Estado reforça e exclusão do gueto americano. Partindo desse viés, podemos perceber uma aproximação entre realidades tão distantes fisicamente e tão próximas socialmente, Henry Horner e Nova Aurora e seus sub-bairros carregam direta ou indiretamente o peso do governo quando de sua ausência. São ambas áreas desertas, delegadas, segregadas produzidas pela atuação ou ausência do Estado.

3.3 Pela ausência ou pela atuação – O Estado fomentando as margens

Neste tópico a abordagem recaía sobre as adversidades pelos quais os moradores de Nova Aurora e Chatuba são acometidos e de que forma esses indivíduos utilizando estratégias próprias a partir da “resolução de problemas práticos” conseguem de alguma forma não se submeter passivamente as condições que o Estado lhes submete.

O trabalho de Das & Poole (2008) a respeito das margens direciona o olhar do antropólogo para os acontecimentos diários e os meandros que envolvem a vida cotidiana. Nesse campo de atuação é que a população das margens mostra que não são apenas espaços periféricos. Segundo as autoras, paradoxalmente é nos espaços de exceção que a criatividade das margens é mais bem percebida. A necessidade da sobrevivência permite que a população crie alternativas de ação seja ela econômica, policial/proteção da vida, ou política no sentido de articulação entre os pares para a resolução de problemas que acomete a vizinhança local.

Das & Poole (2008), definem margem como lugares que estão entre o Estado de natureza que pode ser imaginada como alcance e descontrole e onde o Estado está conscientemente redefinindo seus modos de governar e de legislar. Segundo as autoras, estes lugares não são apenas territórios, mas também lugares de práticas onde a lei e outras práticas estatais são implementadas mediante outras formas de regulação que emanam das necessidades primeiras das populações, com o objetivo de assegurar o controle político e econômico.

As autoras elencam três enfoques na definição do conceito de “margem”, que darão base teórica em alguns momentos desse texto, sendo eles:

primeiro enfoque: populações que estão nas periferias e que se consideram insuficientemente socializada, em contato com as leis. O interesse nesse enfoque é entender quais as tecnologias específicas de poder o Estado utiliza para “manipular” e “pacificar”, seja através da força ou através da política da pedagogia ou convencimento onde tentam transformar sujeitos rebeldes em leais ao Estado;

segundo enfoque: onde estão contidos temas relacionados à legalidade e ilegalidade do poder. O Estado consolida controle estatal através de levantamento estatístico e documental. Dessa forma o Estado controla populações, sujeitos, territórios e vidas;

terceiro enfoque: concentra-se na produção de um corpo biopolítico, na qual a margem surge como um espaço em que estão contidos os corpos, a lei e a disciplina.

O primeiro conceito de margens sobre o qual vou analisar Nova Aurora recai sobre a ideia de margem como periferia onde estão concentradas pessoas que se sentem insuficientes socializada a partir das leis e é interessante, segundo as autoras, perceber de que forma o como o Estado consegue manipular e pacificar pessoas transformando sujeitos rebeldes, leais ao Estado.

O segundo conceito de margem com o qual vou trabalhar é a questão da legalidade e ilegalidade do Estado. No qual o Estado através de levantamento estatístico e documental consolida o controle do estado sobre a vida, os territórios e a população. Podendo o Estado negar direitos a determinados estratos da sociedade.

Das & Poole (2008) dialogam nesse sentido com Michel Foucault (2002), quando o mesmo ao analisar as relações de poder nos sugere que o Estado a partir de sua presença quase fantasmagórica, consegue manipular populações inteira a partir de uma relação binária de saber/poder, utilizando para isso instituições que o autor chama de instituições de sequestros como famílias, escolas, reformatórios, hospitais, prisões, são instituições de controle e disciplina, ou ainda através da administração estatal controlando populações a partir de documentos de identidades, passaporte, impostos, censos, vacinação.

Segundo Das & Poole (2008) as margens podem ser necessárias ao Estado, pensando a situação dos moradores de Nova Aurora é possível buscar pistas de como o Estado consegue manter disciplinarizada uma população através do controle documental. Segundo muitos relatos de meus alunos e entrevistados como dona Ivonete e Seu Zé, a maioria dos moradores não pagam impostos. Segundo as autoras, documentações e levantamentos estatísticos são maneiras encontradas pelo Estado para tornar a população visível. “*Estos documentos*

soportan al mismo tiempo el doble signo del estado distante y penetrante em la vida diária”²⁴ (DAS & POOLE, 2008, p. 31). O Estado ao mesmo tempo que fomenta a margem por não trazer investimentos públicos para a população, mantém a população disciplinada a partir da dupla situação de margem ao qual ela se envolveu, estando delegadas a uma margem tanto periférica quanto legal a partir do não pagamento de impostos e não legalização (documentação) das moradias.

Concomitantemente, Das & Poole (2008), salientam que “a margem não é inerte”. Nesse sentido podemos pensar que muitos moradores utilizam o não pagamento do tributo como forma de protesto, pois ela não possui a atuação do Estado no sentido de diminuir os enclaves aos quais são delegadas.

Durante a pesquisa de campo é recorrente a fala de inadimplência da população em relação ao pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). O discurso da inadimplência cria uma via de mão dupla. Minha ex-aluna Adriana declara: “*As pessoas não pagam impostos como vão querer que o Estado fizesse alguma coisa, se o Estado não faz nada é porque a população não paga os impostos*” (Extraído do caderno de campo – entrevista não gravada, relato da pesquisadora, 2012). Não é raro também o discurso da inadimplência por conta da ausência de serviços públicos.

A ausência do Estado em Nova Aurora não se apresenta somente na deficiência dos bens públicos, como também no risco de vida que delega a muitos moradores. Num diálogo com Foucault, Das & Poole (2008), analisam o lado negativo do Estado biopolítico, onde segundo as autoras, o Estado produz um corte entre aqueles cujas vidas são valoradas e administradas e aqueles cujas vidas são julgadas sem valor, portanto aqueles que podem morrer.

Numa caminhada por Nova Aurora percebe-se que o risco de um desastre é eminente, principalmente em época de chuva por conta das constantes inundações por rios e encostas em risco de desabamento. Essa possível desgraça se personificou na imagem de Jéssica Caroline. No ano de 2011 quando ministrava uma aula na turma 1004, essa aluna se aproximou de mim e pediu para ser liberada por conta da chuva, pois estava preocupada com sua mãe.

Ao questioná-la o porquê da preocupação, Jéssica me explicou que a casa dela estava em risco de cair e quando chovia muito ela e a mãe abriam um plástico grande sobre a terra em frente à casa para que a terra não ficasse encharcada, o que aumentaria o risco de

²⁴ Tradução: “Estes documentos suportam ao mesmo tempo um duplo sentido do Estado distante e penetrante na vida diária”.

deslizamento do imóvel. Numa atitude desagradável um aluno tripudiou dizendo em tom jocoso que a casa da Jéssica estava pendurada no barranco.

Naquele instante tudo me impressionou, mas a forma descontraída com que eles falaram sobre o fato e a reação em certa medida humorada de Jéssica frente à “brincadeira” do amigo pode indicar uma naturalização da miséria. De acordo com Coura (s/d), os estigmas que os jovens locais carregam os delegam a condição de “desacreditáveis”, porém, perante seus pares essa condição não se acentua, pelo contrário, são indivíduos “normais” que coadunam com o papel social ao qual estão inseridos.

O Estigma é um “atributo” profundamente depreciativo, segundo Goffman e torna-se, portanto, um elemento confirmador da normalidade daquele que não o possui. O indivíduo estigmatizado pode assumir dois papéis importantes (...) primeiro, como aquele que se encontra na condição de *desacreditado* que se configura no momento em que ele é imediatamente reconhecido a partir de seu atributo depreciador. Mas o indivíduo pode possuir uma característica que, a princípio, não o expõe deliberadamente. Nesse caso temos o que Goffman denominou de indivíduo *desacreditável*. (COURA, s/d, p.8).

Foto 16 - Nova Aurora



Fonte: A autora, 2012.

Michel Foucault (2002) analisa uma nova forma de poder nascido da biopolítica, que segundo o mesmo não é apenas um poder médico, um poder judiciário ou psiquiátrico, mas sim um poder de normalização, de controle não sobre o crime ou a doença, mas sobre o indivíduo anormal.

A análise de Foucault recai sobre a exclusão dos leprosos e a inclusão dos pestíferos, no qual a partir de uma pirâmide de poder²⁵, o estado mantém um controle estatal, sobre a vida dos indivíduos. O autor afirma que a peste foi o sonho político do poder sem limites.

A reação à lepra é uma reação negativa, é uma reação de rejeição, de exclusão, etc. A reação à peste é uma reação positiva; é uma reação de inclusão, de observação, de formação de saber, de multiplicação dos efeitos de poder a partir do acúmulo da observação e do saber. Passou-se de uma tecnologia do poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime, a um poder que é enfim um poder positivo, um poder que fabrica, um poder que observa, um poder que sabe e um poder que multiplica a partir de seus próprios efeitos (FOUCAULT, 2002, p. 60).

O que se pretende ao incluir os pestíferos é a reprodução de uma população sadia, uma população que possa se tornar útil ao Estado. Foucault menciona que o objetivo da norma é fundamentalmente de incluir, transformando e intervindo positivamente nos indivíduos, é um poder que normaliza, um poder disciplinador.

A casa retratada na foto 9, fica localizada no morro que margeia a estrada Dr. Farrula e assim como ela, outras casas estão em condições tão precárias que colocam em risco a vida dos moradores. Pensando na análise feita por Foucault dos leprosos e dos pestíferos, onde o primeiro são os excluídos ou os que podem morrer e os segundo são incluídos ou que podem viver e serem úteis. Podemos pensar esses moradores e entre eles Jéssica Caroline como pessoas que estão numa margem entre a inclusão/utilidade e exclusão e anormalidade.

Além dessa forma de exclusão, presenciamos outras onde o Estado a partir de sua ausência pode provocar um problema de saúde pública, tal fato se abriu para a pesquisa de uma forma inesperada. Ao buscar informações sobre Nova Aurora na Prefeitura de Belford Roxo, fui direcionada para a ouvidoria e lá foi informada pelo Sr. Isaac Gandra, pertencente a uma família com forte raiz política na região, que não havia nenhuma informação ou dados sobre o bairro na prefeitura e fui indicada por ele a conversar com sua irmã, dona Raquel, que mora há muitos anos no local.

Conforme indicação, consegui entrevistar dona Raquel da Silva Gandra, em 27 de junho de 2012, data em que ela fazia aniversário e por conta disso sua manicure dona Cleide, moradora do morro²⁶, estava presente na entrevista e sua participação foi extremamente relevante, apesar de curta.

²⁵ O controle da peste era feito a partir de uma pirâmide de poder: Das sentinelas postadas diante postadas diante das portas das casas, na extremidade das ruas, aos responsáveis pelos quarteirões, aos responsáveis pelos distritos e aos responsáveis pela cidade, vocês têm uma espécie de grande pirâmide de poder que era contínuo também em seu exercício, e não apenas em sua pirâmide hierárquica, já que a vigilância devia ser exercida sem nenhuma interrupção (FOUCAULT, 2002, p. 56).

²⁶ O morro fica localizado em frente ao colégio e está devidamente fotografado na foto 11.

É muito comum, segundo dona Cleide, à confecção de poços artesianos nas regiões, e é possível confirmar o uso desse artifício para a obtenção d'água, pois ao passar pelo bairro encontramos placas pelas ruas oferecendo o serviço de perfuração de poços artesianos. Os poços eram uma realidade nas décadas passadas na região da Baixada Fluminense por conta da deficiência do serviço de água potável oferecido pela empresa de CEDAE, hoje não é comum encontrarmos casas com poços artesianos, entretanto, em Nova Aurora com a deficiência dos serviços oferecidos pela CEDAE esse fenômeno ainda é comum. Geralmente moradores com maior experiência em perfuração de poços eram responsáveis pela confecção dos mesmos. Fato que em regiões assistidas pelos marcos da lei, precisam de autorização especial e empresa especializada para a confecção de um poço artesiano.

Quando se fala que a região sofre com deficiência de serviços da CEDAE, estamos tratando não só da água, como também do esgoto. Durante a entrevista com dona Raquel, dona Cleide afirmou que no morro onde ela morava e na maioria dos morros não existe tratamento de esgoto. E que para dar conta desse problema à população utiliza-se de sumidouros ou fossas sépticas, que são locais domésticos de tratamento de esgoto. Segundo dona Cleide, o morador constrói uma cisterna e nesse local é depositado todo o esgoto domiciliar. Segundo a mesma algum órgão fez a análise da terra e informou que o barro do morro está contaminado, fator que gera preocupação por conta do número de poços artesianos e o risco de contaminação da única fonte de água potável.

Foto 17 – Problemas estruturais: Falta de coleta de lixo



Homens e caranguejos nascidos à beira do rio – à medida que iam crescendo, iam cada vez se atolando mais na lama. Parecia que a vegetação densa dos mangues, com seus troncos retorcidos, com o emaranhado de seus galhos rugosos e com a densa rede de suas raízes perfurantes os tinha agarrado definitivamente como um polvo, enfiando tentáculos invisíveis por dentro de sua carne, por todos os buracos de sua pele: pelos olhos, pela boca, pelos ouvidos” (CASTRO, 1967, p.13)

Fonte: A autora, 2012.

Foto 18 – Problemas estruturais: Falta de calçamento e excesso de poeira



Fonte: A autora, 2012.

Ao questionar outra fonte, dona Ivonete sobre uso frequente de sumidouros na região a mesma disse: *“olha eu não vou dizer que não tem não. Porque as obras vieram na área do Avião e ficou lá. Não tem que ter sumidouro? Tem que ter. Senão para onde que vai ir às fezes. Todas as louças sujas, todas as águas sujas que saem das casas... então, tem sumidouro sim”*.

Foto 19 – Problemas estruturais: Falta de saneamento básico



Fonte: A autora, 2012.

Outro fator profundamente depreciativo para os moradores do bairro é a dificuldade de se locomover para os seus locais de trabalho, especialmente em dias de chuva, pois precisam utilizar de artimanhas como colocar sacos nos pés para não sujar seus calçados ou deixar os pares sujos num ponto da descida do morro, como um depósito de calçado de vários moradores, para calçar um sapato limpo até seu local de trabalho. No retorno para sua residência o “cidadão” volta a vestir de calçado sujo a fim de não macular o “sapato de trabalho”.

O que se percebe nessa prática é a normatização do indivíduo, segundo Foucault (2009), o cidadão vê-se obrigado a se disciplinarizar, a partir das relações de poder ao qual esse indivíduo está submetido. Para o autor, a conduta é o que de mais específico há nas relações de poder, é o conjunto de ações sobre ações possíveis nos sujeitos. Essas ações, incitam, induzem, desviam, facilita ou dificulta o comportamento dos indivíduos. Os indivíduos de Nova Aurora têm sua conduta conduzida a partir de uma norma onde os barro nos sapatos marca o indivíduo como um ser fora da norma, ou como diz Foucault (2002), um “anormal”.

Foto 20 – Mar de lama nas ruas de Nova Aurora



Fonte: Fotografia retirada da internet²⁷

A norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigências de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado... a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre

²⁷ Disponível em <<http://belfordroxoonline.blogspot.com.br/2012/05/mar-de-lama-em-nova-aurora-belford-roxo.html>> em 16/07/2012.

ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (FOUCAULT, 2002, p.62).

A ineficiência do Estado em relação à ausência de serviços básicos, dentre elas coleta de lixo, calçamento das vias públicas, saneamento básico, serviço de água e luz, postos de saúde, creches, ausência de postos de trabalho que deem conta do contingente populacional, além de pouco ou nenhum investimento em equipamentos culturais como bibliotecas, cinemas, teatros, praças públicas, quadras esportivas dificulta que o jovem local adquira um capital cultural que auxiliariam na formação de seu “capital humano” ²⁸ (2002).

Partindo dessa mesma linha de análise Das & Poole (2002), mencionando Kant, salientam que o Estado deve administrar o bem-estar cívico e físico da população e que o “estado de natureza” que ameaça a ordem civil deve ser transformado através da educação. É interessante como os jovens da “periferia da periferia” se relacionam com a aprendizagem, quais são seus objetivos em relação ao futuro e a continuidade do estudo para além do ensino médio, visto que estão às margens não só do Estado no que tange dispositivos urbanos de inserção dos jovens em melhores oportunidades no mercado de trabalho, como as margens de projetos sociais que deem conta de discipliná-los, mostrar comportamentos padrões que os tornariam aceitáveis/normatizados frente a padrões exigidos por instituições financeiras.

Michel Foucault (2002) ao analisar as sociedades liberais, afirma que o crescimento dos países está filtrado no capital humano e a educação é um dos setores que ao ser investido auxilia no aumento do capital humano ou “competência-máquina”. Essa competência-máquina que será remunerada por renda precisa de investimentos educacionais, seja de instrução ou de formação profissional. O autor continua dizendo que o tempo destinado pelos pais fora das atividades educacionais, destinará a essa criança um capital humano mais adequado e adaptável quanto mais tempo à mãe destina a seus filhos.

Outra característica que afeta diretamente o modo de perceber a vida e seu papel no mundo fica a cargo do Estado, pois os indivíduos são altamente influenciados pela qualidade, quantidade e diversidade de serviços e instituições que são oferecidos em sua região que sejam capazes de atender a demanda da população jovem, segundo Ribeiro & Koslinski (s/d) as vizinhanças pobres são excluídas ou pouco equipadas de recursos institucionais de relevância.

²⁸ Capital humano é o equipamento genético que possuímos que é herança de nossos pais. Foucault (2008) afirma que investimentos educacionais no capital humano vai gerar produção de renda. O autor salienta também que quanto maior for o capital cultural dos pais, mais elevado será o capital humano da criança. Consequentemente mais útil esse indivíduo será para o Estado.

O bairro de Nova Aurora está inserido num sistema de segregação do tipo centro-periferia, diferente da relação entre os jovens favelados que fazem divisa com bairros abastados da cidade do Rio de Janeiro. Essa distância física delega a essa população abandonada, que segundo Bourdieu (2011) se definem por uma ausência, especialmente a do Estado e de tudo que dele decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações e eu diria mais, a dignidade que os serviços básicos oferecem.

Das & Poole (2008) ao analisar os estudos de Agambem e Foucault, menciona que os autores são conscientes da precariedade da vida nas margens, mas se preocupam em mostrar como a forma de ação política e econômica, produz nesses indivíduos “marginais” ideias de “dom” e sacrifício, onde o Estado pode aparecer como pertencendo às margens do corpo dos cidadãos.

3.3.1 Os jovens que vivem às “margens” na “margem”.

Os questionamentos e certezas dos jovens alunos de Nova Aurora fomentaram as primeiras sementes que germinaram esta pesquisa, portanto, esta última fase, a olhar recai sobre as margens as quais os jovens são direcionados na Baixada Fluminense, com destaque especial aos jovens de Nova Aurora e Chatuba.

Em Belford Roxo, especificamente Nova Aurora, é latente a pobreza. Muitos jovens com poucas oportunidades de emprego são seduzidos para o mundo do crime. Gabriel Feltran (2010), ao analisar a realidade dos Cedeca (Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes) e do CDHS (Centro de Direitos Humanos de Sapopemba), entidades de defesa dos direitos humanos em Sapopemba, zona leste de São Paulo, destacou que muitos jovens que foram acolhidos pelos Cedeca, não se enquadravam num ambiente formal de trabalho, ou por não possuir escolaridade necessária para se enquadrar na capacitação ou por possuírem tatuagem, falarem gírias, ou mesmo pelo mundo do trabalho não ser atrativo quanto à remuneração, pois os jovens ganham muito mais na vida do crime.

Na Baixada os jovens ao entrarem para a criminalidade têm em seu imaginário, diversos casos de execuções de jovens que cometiam crimes, aterrorizavam o bairro em que moram ou adjacências. As cidades não conseguem absorver a mão de obra dos jovens da região e muitos não são capacitados segundo o modelo educacional e que lhes impossibilitam a ascensão por meio do trabalho.

Conforme Foucault (2008, p.61, grifo nosso) salienta, esta dualidade é compreendida através da própria contradição existente nas estruturas governamentais:

Agora, o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é **um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados.** O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses.

Neste “jogo complexo”, Feltran (2010) afirma que esse o jovem não tem mais com o que sonhar fora do mundo do crime, pois nem mesmo a escola o quer.

Yago²⁹, com 18 anos recém-completados, contou-me que seu pai morreu aos 16 anos numa emboscada e ele não o conheceu. Sua mãe casou-se novamente com um dos bandidos da antiga no bairro em que mora e atualmente seu padrasto a quem só tem elogios, pois sempre o tratou bem assim como a seus irmãos, está preso. Aos nove anos, Yago foi morar com o avô e a avó, porém grandes dificuldades financeiras o fizeram buscar as primeiras oportunidades de trabalho e a se ausentar dos estudos o que contribuiu para o início de uma escolaridade irregular e com muitas falhas.

Acabou toda a comida e nós passamos a comer café com farinha, depois que acabou o café, nós passamos a comer manga com farinha. Meu pai³⁰ estava desempregado e saía de casa andando para procurar emprego. Vendo que precisava ajudar eu comecei a catar ferro velho. O primeiro dinheiro que eu consegui eu dei para o meu pai e ele comprou feijão, arroz e ovo. Com o dinheiro do ferro velho ele conseguiu pagar passagem e arrumou um emprego.

Yago é um rapaz muito forte e bonito. Extremamente respeitador com os professores e funcionários, não admitindo que outros alunos desrespeitem qualquer que seja o profissional, tomando para si a ofensa. Durante minhas aulas sentia-se incomodada, pois em rompantes de insatisfação ele se exaltava com alunos que atrapalhavam a aula, a ponto de eu ter que conversar e pedir que ele fosse mais comedido, pois retirava minha autoridade. Percebia entre os alunos um incomodo e certo respeito. Nenhum aluno confrontou Yago.

Felizmente ou infelizmente me tornei confidente de Yago e as primeiras histórias começaram a surgir. Descobri que ele trabalhava de segurança armado numa empresa de transporte público, após ouvi relatos de justiça pelas próprias mãos e matar para não morrer.

²⁹ Nome fictício. Não identificarei este entrevistado por nome, tempo ou espaço por motivo de segurança.

³⁰ Quando ele fala pai, se refere ao avô, que o criou numa linha de respeito aos mais velhos a ponto dele tomar à benção aos professores, inclusive a mim.

Perguntei se poderia me contar com detalhes através de uma entrevista e prontamente ele aceitou. Os nomes de pessoas, as patentes e empresas serão alterados ou omitidos.

Edilaine – Você tem quantos anos?

Yago – 18 anos

Edilaine – Você trabalha em quê?

Yago – Atualmente de segurança.

Edilaine – Desde quando?

Yago – Tinha saído, já faz dois anos, tinha saído e voltei.

Edilaine – Você trabalha de segurança há dois anos?

Yago – Isso.

Edilaine – Mais você era menor de idade?

Yago – Certo.

Edilaine – E poderia trabalhar de segurança?

Yago – Não

Edilaine – e como você conseguiu isso?

Yago – Consegui através de conhecidos, amigos que conhecia gente maior que colocou a gente lá, por causa da nossa cultura.

Edilaine – E a documentação? O dono da empresa ou quem contratou não pediu a documentação?

Yago – Não, porque já sabia a nossa idade e não ia pedir pelo fato da gente ser de menor, desde aquela época.

Edilaine – E nesse trabalho de segurança, é segurança de que?

Yago – De Boate.

Edilaine – E você usam armas?

Yago – sim.

Edilaine – Me conta alguma coisa... do que você estava falando mais cedo. Fala um pouquinho.

Yago – Quando tem entre aspas rincha entre uma boate... entre um dono e outro. O dono da boate que eu trabalho é (Yago informa a patente e a instituição do dono da boate) e a gente segue o que ele fala, se ele fala a gente tem que fazer lá, no caso. Então, a gente só segue as ordens que ele dá para a gente que ele manda.

O relato acima mostra que instituições que deveriam defender as pessoas, direcionam os jovens invisíveis ao mundo do crime. Yago continua relatando que rincha entre donos de boates que querem proteger seu espaço e não perder freguesia, leva a desentendimentos e até mortes. Uma das vítimas foi um grande amigo que entrou no esquema junto com ele e que à época era menor de idade.

Yago – aí os caras chegou, pegou ele na porta, ele estava armado,mas não deu tempo de fazer nada e não teve outra na frente de todo mundo mesmo mataram ele.

Edilaine – Mas esses caras eram o quê?

Yago – Ah, Eles entraram e fizeram quizumba lá, e tivemos que colocar para fora, só que era... a quizumba era só pretexto pra... pra matar ele mesmo.

Edilaine – Então ele já tinha algum problema já.

Yago – Não o problema era que ele ficava muito o dono, tipo o braço direito, foi o que aconteceu. O dono sofreu, eu também que gostava dele. Acabaram matando ele.

Edilaine – E eles foram presos.

Yago – Não. Tá solto dentro de carro por aí e pra cá.

Edilaine – Mas eles te conhecem daqui.

Yago – Não.

Edilaine – Não sabem que você mora aqui?

Yago – Não, eu que conheço eles, mas eu... o cara, o cara mesmo que atirou nele já correram atrás também e no caso já deram o que ele merecia.

Edilaine – Já foi morto, né?

Yago – Exatamente! (Longo silêncio) Pra nós nesses espaços é assim. Pagar com a mesma moeda. Quem perde uma vida aqui, tem que perder outra lá. (Longo silêncio).

Edilaine – Ehhh... Essa pessoa que foi trabalhar com você era menor? Havia outras pessoas também?

Yago – No caso eram os três e quando fomos treinar tiro, não sei o que... tudo ilegalmente, mas...

Edilaine – Fizeram curso de tiro.

Yago – Fizeram. Fizemos tudo, dizendo que a gente ia pegar o porte, mas era pra esperar até completar a maior idade, mas bem antes eles permitiram que a gente fizesse, com 16 anos. 15 para 16 anos. Aí permitiram, ajudaram...

Edilaine – Curso oficial mesmo de tiro?

Yago – Não, era em outro lugar, na reserva do sítio dele. Levava pra lá e tinha a montagem dele para ensinar. Lá tem todas as coisas que precisa para aprender, tudo certo.

Falamos sobre a patente.

Yago conta que através desse oficial a quem chamarei de sargento Pedro, de agora em diante, conseguiu o porte de arma e a carteira de identidade falsificada, podendo, dessa forma, trabalhar em atividades ilegais. Relata ainda que começou a trabalhar também como segurança armado na empresa de transporte ao qual o sargento Pedro possui uma atividade bastante rendosa, além de continuar fazendo segurança armada deste mesmo sargento num município da Baixada Fluminense. Sargento Pedro possui outras atividades, como uma Choperia, um galpão de gelo, que foi o primeiro local onde ele trabalhou junto com os amigos transportando gelo em bicicleta, sendo depois aliciado para o trabalho ilegal. Possui ainda barraca de camelôs de produtos ilícitos.

Trabalhando com a definição de Robert Castel (1997), esses jovens vivem uma marginalidade duplamente negativa: tanto em relação às condições de emprego, onde enfrentam uma alternância entre emprego e subemprego e em relação à referência sociorrelacionais, pois o capital social não é repassado pela família, não representando a escola um modelo pelo qual poderiam obter sucesso; quanto em relação entrada no mundo do crime, pois não tendo com o que se “matar o tempo”, o jovem se envolve com pequenos delitos “para superar o tédio de uma temporalidade sem futuro”. Podemos inserir esse jovem na terceira marginalidade analisado por Castel (1997), que é a “zona de desfiliação”, indivíduo que não trabalha apesar de poder trabalhar e que está afastado ou cortado de todo apoio relacional.

Na Baixada os riscos para os jovens que entram para a criminalidade e cometem pequenos delitos como roubo de bicicleta, de passarinhos, assalto a armarinhos, é pagarem com a vida. Essa atitude é aprovada pela população “*bandido bom, é bandido morto*”. Tal

atitude por parte de grupos de matadores locais provoca uma sensação de segurança. Esses grupos formados por justiceiros, que contratados por comerciantes locais, não permitem, desde os idos da década de setenta, oitenta, que os moradores sejam importunados pelo mundo do crime. Esses justiceiros podem ser tanto policiais como os próprios criminosos que nascido na localidade não permitem que bandidos ou comparsas aterrorizem o local.

Ainda ronda em meu imaginário, não mais com o pavor da infância, relatos sobre o esquadrão da morte, do “mão branca”, da polícia mineira e hoje conviver com as milícias, mas com um diferencial, na Baixada não se ouve com muita frequência relatos, consistentes, de cobrança financeira de moradores, por parte dos milicianos, para obtenção de segurança na região.

Corpos na rua eram coisas comuns, especialmente no final de semana. Isso não era um incômodo, pois nunca se tratava de trabalhador local, eram aqueles que “poderiam morrer”. “Um ‘bandido’, afinal, é o menos legítimo dos cidadãos” (FELTRAN, 2010, p.229).

A prática de extorsão e execuções é reforçada a partir do momento que essas práticas são reproduzidas e se tornam modelos para os policiais novatos e, também pelo senso comum de que bandido não é um cidadão de primeira classe. “[...] será com os olhos de um profissional que o iniciante, no caso o aprendiz, deverá olhar as pessoas e o mundo” (CUNHA, 2004, p.201).

Cunha (2004) propõe uma mudança na formação dos policiais ou no tornar-se policial, segundo a autora, seria necessário no processo de formação um “verdadeiro processo de (re) construção do *self*” no qual o agente policial se transformaria e introjetaria um novo papel, mediante um conjunto de valores e ideias. Ainda segundo Cunha, tornar-se profissional seria realizar um deslocamento entre o “modelo ideal” e a “realidade prática” que é feita de “realidades sujas” e de disputas entre os grupos pertencentes à sociedade como entre o próprio grupo. Nesta mesma linha Roberto Kant de Lima (2007) acredita que seja necessário desconstruir paradigmas de pensamento e ações dos policiais e que eles possam ver qualquer cidadão como sujeito de direito e merecedores da proteção policial.

Quando se questiona especificamente a truculência policial, é também comum que se imagine que o problema, estando na formação, teria a ver com os currículos. E aí a solução seria fácil: basta incluir temas como direitos humanos, cidadania, direito das “minorias”, etc., como se esta medida tivesse, por si só, o efeito de modificar valores culturais fortemente arraigados dentro das instituições policiais (LIMA, 2007, p.70).

Lima (2007) afirma que a grande questão não está apenas no currículo da formação policial, mas, sobretudo, no fato do policial está imerso num universo de valores de uma

sociedade extremamente preconceituosa e hierarquizada. Aliada as questões propostas por Cunha (2004) e Lima (2007), outro teórico Michel Misse (2008), defende que a naturalização da desigualdade social, ocorre quando a sociedade defende as torturas e morte dos sujeitos criminais³¹. Pois em última análise a sociedade apoia o crime por parte dos policiais quando o assunto é a sua proteção. Um exemplo de tal apoio foi o recente caso do policial que alvejou na perna um bandido, que havia participado de um sequestro relâmpago, quando o mesmo já estava totalmente rendido. Ouvi em minha rede de relação palavras de apoio a atitude do policial.

A questão da legalidade e ilegalidade do Estado aparece em Das & Poole (2008) quando as autoras salientam que o Estado através de levantamento estatístico e documental consolida o controle do estado sobre a vida, os territórios e a população. Podendo o Estado negar direitos a determinados estratos da sociedade.

Estes diálogos propostos nesse trabalho têm como função mostrar a Baixada Fluminense como uma região periférica a margem dos investimentos do Estado ou como saliente Das & Poole (2008), onde estão contidas pessoas que se consideram insuficientes socializadas pelos marcos da lei, convivendo com ausência de infraestrutura, resolvendo sozinhos seus “problemas práticos” sem a ajuda do Estado, e que convivem com práticas de redefinição da lei através de formas de violência que podem acontecer, segundo as autoras, através da produção de assassinatos na figura da polícia ou do poder local.

O Estigma que os jovens de Nova Aurora carregam os delegam a condição de desacreditáveis. Perante seus pares essa condição não se acentua, pelo contrário, são indivíduos “normais” que coadunam com o papel social ao qual estão inseridos. Esses jovens estão apartados de boas oportunidades de emprego, condição que poderia ser aliviada com a inserção na região de projetos sociais que pudessem auxiliar na construção de um indivíduo disciplinarizado com os padrões de conduta exigidos pelo mercado de trabalho, conforme Foucault (2010) salienta ao tratar dos dispositivos disciplinares de controle do corpo e do tempo.

Lia Rocha (2012) analisa a inserção de programas sociais nas favelas cariocas e diz que é possível que os jovens sintam mais o peso do estigma de morador de favela, como indivíduo carente e/ou perigosos, sendo hoje esses jovens considerados problemas da favela, e eu diria problema da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, por estarem ociosos

³¹ Michel Misse (2008) chama de sujeição criminal o sujeito criminal o indivíduo que “propenso ao crime”, justamente por já ter cometido outros crimes antes. De acordo com Misse, não seria somente um estigma, mas todo um processo de subjetivação, no qual o indivíduo internaliza o crime como um “espírito que lhe tomou o corpo e a alma” e a única forma de ser “ressocializado ou liberto é através da conversão religiosa”.

ou distantes do mercado de trabalho. Nesse sentido, entendemos que os projetos sociais surgem como uma alternativa no que tange a disciplinarização desse corpo ocioso, ao ser disciplinarizado ou normatizado esse corpo terá uma utilidade ao Estado, podemos dizer que disciplina e vigilância sobre esses corpos se produz o máximo de trabalho e de tempo, consequentemente de riquezas desses corpos disciplinados pelos projetos sociais. A retirada desses jovens da possível influência do tráfico também tem sua utilidade para o Estado. A autora reforça que a entrada desses jovens no mercado de trabalho, ainda que informal ou precarizado, auxilia no processo de “transmutação” do jovem em um possível marginal em trabalhador capacitado ao mercado de trabalho.

Os projetos sociais capacitam esses jovens a “saber ser” (ROCHA, 2012), ser um jovem empreendedor, que diminua as nuances de morador de favela, como gírias, tatuagens, roupas, o jovem executa uma limpeza moral, tirando de si a imagem de traficante. Segundo esta pesquisadora, o objetivo do projeto é possibilitar um passaporte simbólico para esse novo sujeito.

O passaporte simbólico é carimbado com qualificativos que o distinguem com alguém com autocontrole, disciplina e consciência sobre direitos e deveres – conteúdos geralmente difundidos nas aulas teóricas dos projetos sociais (Cf. ROCHA E ARAÚJO, 2008). Não surpreende, portanto, que muitos jovens participem de projetos sociais visando ampliar seu capital social e de rede, que podem ser acionados como potencializadores de sua entrada no mercado de trabalho. Ser “jovem de projeto” permite ao participante apropriar-se de uma linguagem e de símbolos, compartilhados por ONGs e pela Mídia, que gravitam em torno de ideias positivamente valoradas: cidadania, direitos, autoestima, empoderamento etc. (NOVAES, 2003:148 e seguintes) (ROCHA, 2010)

Durante uma aula de Sociologia ministrada por mim no CEBNA no ano de 2010, ocorreram apresentações de trabalhos em grupos, onde cada grupo escolheria um tema que tivesse relacionado ao termo exclusão, um dos grupos realizou a pesquisa sobre exclusão nas favelas e quando abriu para discussão, uma fala que me chamou atenção foi o fato dos jovens moradores de Nova Aurora questionar os investimentos feitos por ONGs e diversos programas sociais para os “jovens favelados” e a ausência desses mesmos investimentos para eles.

Os projetos sociais tão presentes em diversas regiões do Brasil e dos países pobres, especialmente nas favelas, atuam de maneira tímida nos municípios da Baixada Fluminense, delegando a esses jovens a possibilidade de serem normatizados por outros mecanismos de normatização, inserindo nesses jovens os padrões exigidos pelo mercado de trabalho. De acordo com Pierre Bourdieu (2011), o bairro chique é como um clube baseado na exclusão

ativa de pessoas não desejáveis, não permitindo que eles participassem do capital acumulado pelo conjunto dos residentes, o autor reforça, que o contrário também acontece com o bairro pobre. Para o autor o bairro estigmatizado degrada simbolicamente seus moradores, pois estando privados de todas as armas para participar dos diferentes jogos sociais, eles compartilham uma comum excomunhão.

A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural: as pressões exercidas em escala de classe ou do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou os mais afastados das exigências constitutivas da existência “normal” produzem um efeito de atração para baixo, portanto de nivelamento, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita pela falta de recursos) para outros lugares. (BOURDIEU, 2011, p.166,).

O grande perigo para os jovens de Nova Aurora talvez não seja em “grande medida” o da absorção pelo crime. O bairro em si se enquadra no perfil muito próprio de violência na Baixada Fluminense, que é a “limpeza da área” por matadores que detém o poder da vida e da morte de meninos que cometem pequenos delitos na região. Douglas falou a respeito

Aqui é tranquilo demais. Sabendo viver, você vive tranquilo. Porque não tem os bandidos, mas tem esses caras aí, esses agiotas, esses matadores, esses quebra aí, é só você andar na linha, eu nunca tive problemas com nenhum deles e nem quero ter (risos dele).

Gabriel Feltran (2010), analisou o Cedeca em Sapopemba, que se especializou em atendimento a jovens em conflito com a lei. Nesse estudo o autor relata a dificuldade dessa organização social em ser atrativa para os jovens. Um dos primeiros obstáculos era o fato da *rede de proteção social* que elencava uma rede de atividades de saúde, educação, esporte, profissionalização, cultura, acesso à justiça, garantindo a esse jovem as garantias legais do ECA não funcionar.

Entre os vários motivos, Feltran (2010) destaca que os jovens não são, usando um termo foucaultiano, disciplinarizados de acordo com os padrões do mercado de trabalho. Esse jovem não possui a escolaridade necessária para determinada atividade, pois nem mesmo a escola o deseja, possui tatuagens e fala gírias, acha o trabalho pesado e os ganhos baixos. Além disso, muitos jovens encaminhados para a *rede de proteção* são desencaminhados pelo crime.

Feltran (2010) salienta que investigações realizadas com jovens das periferias apontam para uma ocupação instável deles, especialmente nos setores de serviços e em empregos

terceirizados. O autor sugere ainda que nesse mercado de trabalho aparecem oportunidade que estão na liminaridade entre o formal, o informal e o ilícito.

O legal e o ilegal faz ancoragem em várias periferias no Brasil e em Nova Aurora não é diferente. A venda de mercadorias proveniente de pirataria não é incomum nas diversas feiras ou camelódromos que empregam esses jovens. Entre meus alunos, um em especial, trabalha na feira de Areia Branca, bairro próximo à Nova Aurora, também conhecida como “Robauto” com produtos de informática.

Outra atividade comum entre os jovens que buscam uma renda é o de mototaxista. Geralmente jovens sem carteira de habilitação compram uma moto para realizar o transporte de pessoas e não é incomum o relato do pagamento apenas das primeiras parcelas do financiamento da mesma. Em 2012, pedi que meus alunos fizessem uma pesquisa sobre trabalho formal e informal e foi com surpresa que soube, a partir do trabalho de pesquisa dos alunos que após as 22 horas alguns desses jovens trabalham como aviãozinho³². Essas atividades, segundo Feltran (2010) surgem como atividades mais bem remuneradas e com disponibilidade de vagas para esses jovens.

No início da entrevista Yago conta que se ausentou e voltou à atividade armada, neste ínterim ele comprou uma moto, mesmo sem possuir carteira de motorista, e passou a realizar a atividade de Mototaxi. A qual o ponto também pertence a outro oficial, a quem chamarei de Sargento Paulo. Os jovens podem trabalhar com tranquilidade desde que paguem para diariamente um valor, o arrego para os policiais.

Edilaine – Por que você entrou no mototáxi?

Yago – Foi o tempo que eu saí... que me afastaram. Fiquei um tempo desempregado e aí eu consegui arrumar essa moto, consegui comprar essa moto. Aí eu fui, como eu tava parado eu.

Edilaine – conseguiu comprar a moto como?

Yago – Consegui conversando com meu tio³³ assim, entre aspas. A gente tava conversando direto, eu tava de papo com ele lá, ele falou que queria... ele deixava a moto sempre comigo. Aí depois ele falou que queria vender pelo fato de ter arrumado muita dívida. Ele falou que queria vender e eu falei para deixar comigo. Ele mesmo me deu a ideia de arrumar dinheiro com mototaxi. (...) Aí eu levantei, no caso, o dinheiro da moto e continuo trabalhando de mototaxi normalmente. Aí esse foi o acordo, pagava R\$ 200,00 por semana quando dava e ficava nessa. R\$ 200,00 por semana para pagar a dívida da moto.

Edilaine – Mas você tinha carteira de motorista?

Yago – Não.

Edilaine- Nem B, de categoria de moto?

Yago –Nada, nada habilitação nenhuma.

Edilaine – e quando você como você conseguiu sem habilitação, eles não pedem como é o nome?

Yago – No dono do ponto

³² Termo usado para designar jovens que trabalham transportando pequena quantidade de drogas de um ponto a outro.

³³ Esse tio pretende pagar a faculdade de História de Yago.

Edilaine – Eles não pedem?

Yago – Perguntam, mas se não tiver, tá valendo. Se tiver tudo pago está valendo.

Edilaine – E tem que pagar como a eles?

Yago – Pagar no caso... sexta-feira vai os policiais do ... batalhão (Yago cita o batalhão, mas não identificarei) para pegar o arrego que eles fala. Arrego do mototaxi (cita o nome dos locais onde os policiais passam) eles passam em todos os pontos de mototaxi que chega perto do batalhão eles vão só pegando dinheiro para que nenhum outro policial venha querer parar ou segurar a gente pelo fato da moto estar atrasada ou não ter habilitação e libera a gente.

Edilaine – Você tem que pagar esse valor para ele, e quanto dá para tirar de mototaxi por dia?

Yago - A sua diária é de R\$ 10,00, eu pagava R\$ 8,00 por meio período, dá para tirar R\$ 80,00 por dia no meio período. (...) Fiquei trabalhando três semanas, mas começou a dar problema na moto de carburador, na vela. Começou a dar problema um atrás do outro porque as peças da moto estava toda alterada. Acabou sendo mais gasto do que lucro, pois tive que comprar peças novas para a moto. Quem ficou na vantagem foi meu tio.

Yago conta que desistiu do mototaxi, pois começaram várias operações em lugares diversos com policiais de outro batalhão e do Choque que não tinham envolvimento. Quem não tivesse documentação ou fosse menor de idade tinha a moto apreendida. Nesse caso o Sargento Paulo não pode intervir.

Yago voltou a trabalhar para o sargento Pedro onde tira uma média de R\$ 80, 00 por noite na boate. Em festa fechada o valor sobe para R\$ 220,00 por noite. Em concomitância trabalha na empresa de transporte onde recebe R\$ 600,00 fechado por mês, mas R\$ 400,00 por fora. Yago recebe um valor de aproximadamente, podendo ser mais, R\$ 2600,00, valor que muitos jovens em sua idade não têm acesso.

Yago tem contato com o mundo das drogas através de sua mãe, pois a mesma tem um ponto de venda de drogas que é recriminado por ele e por seu avô evangélico. Conta que nunca usou drogas e nunca trabalhou de aviãozinho no mototaxi e se recente que seu irmão de 16 anos ter entrado no mundo das drogas. Tem a esperança de seu segundo irmão, uma criança de 9 anos ter um futuro diferente. Seu futuro também não está perdido, seu grande sonho é seguir a carreira militar, mas viver dentro da instituição dentro da lei. O que ele não tem é alegria. Segundo ele, desde os 15 anos ele não sabe o que é ser feliz.

Como Lia Rocha (2009) relata, o ganho significativo para os jovens “resgatados” pelos projetos sociais é a viabilidade de portar o passaporte simbólico de “jovem de projeto”, a autora declara ainda, que o passaporte “jovem de projeto” procura recuperar a identidade estigmatizada do jovem favelado em risco e para tal insere diversas atribuições que são desejadas pelos jovens, como apoderar-se de uma linguagem e de símbolos como discurso sobre cidadania, direitos, aumento da autoestima.

A autora declara, ao estudar os participantes do Projeto Social Morrinho que os adultos acreditam que o engajamento no Morrinho favorece uma ocupação positiva do tempo

dos participantes e o mesmo discurso é proferido pelos participantes do grupo, pois essa inserção no grupo afasta-os de “ideias ruins” e os impedem de fazer “coisas erradas”, visto que muitos ficam o dia inteiro na rua. Nesse sentido o projeto, segundo a autora, o projeto tem a função de impedir o ócio, além de ocupar o tempo e moldar os corpos. Partindo de uma linha de raciocínio muito próxima a essa, Douglas fala da necessidade de inserção de projetos sociais no bairro de Nova Aurora.

Douglas - Pô aí, vários jovens aí ó, em vez de fazer um projeto maneiro pra tirar esses jovens da rua aí. Pô eu vejo, já fui criança. Esses jovens crescendo tudo abusado, tudo querendo encarar a gente hoje (risos). (...) É... eu tipo... eu tava falando, se eu fosse rico cara, eu vinha aí dar maior moral para Nova Aurora, ia fazer um monte de projeto aqui ó. Tirar esse pessoal da rua um pouco, porque se eu tivesse na minha... se eu fosse pequeno eu queria isso pra mim sair. Você acha que eu gostava de ficar trabalhando, de ir todo dia. Eu gostava porque eu gostava de dinheiro, de ir trabalhar, mas se tivesse um lugar para ficar de lazer, de jogar futebol, de brincar de alguma coisa, estudar, ficava pô.

Nesse sentido, podemos pensar na utilidade desses jovens para o Estado, a partir de Foucault e sua análise de um jovem chamado de “idiota” na aldeia em que morava, por possuir uma deficiência mental. Segundo Foucault (2002), Charles Jouy é um marginal, mas não é um estranho na aldeia em que reside. Creio que podemos dizer que esses jovens moradores de Nova Aurora, são marginais também, mas da mesma maneira não podem ser considerados estranhos dentro do universo da Baixada Fluminense. O autor afirma que Charles Jouy funciona na configuração social ao qual está inserido, em especial economicamente, visto que ele é o último dos trabalhadores, no sentido, faz o trabalho que ninguém quer fazer e lhe pagam o mínimo.

“Quanto você ganha?” Ele responde: “cem francos, comida e uma camisa.” Ora, o preço do trabalhador rural na região, na época, era de quatrocentos francos. É o imigrante *in loco*, ele funciona, reside nessa marginalidade social que constitui os salários baixos. (FOUCAULT, 2002, p.374)

Acredito que esses jovens apartados das melhores oportunidades de moradia, educacionais e socioculturais, e que não possuem sequer a possibilidade a curto tempo de adquirir o passaporte simbólico de “jovem de projeto” é o imigrante *in loco* retratado por Foucault, a realidade atual, mantém esse jovem na marginalidade social aos quais seus pais já fazem parte e correm o risco de reproduzir o círculo vicioso da marginalidade, da pobreza e da desigualdade, seria essa a sua utilidade?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial desta dissertação era entender quais os usos e apropriações os jovens de Nova Aurora fazem da escola, que era um dos únicos equipamentos urbanos na região. O meu grande questionamento à época era o fato da escola no curso noturno está sempre cheia, fator que difere dos colégios que possuem esse turno, experiência comprovada por trabalhar nesse turno em outro colégio e pelas narrativas de amigos que questionam as aulas sempre esvaziadas.

Nova Aurora é uma terra de muita lama em dia de chuva e muita poeira em dia de sol e o contato mais próximo com meus alunos, algumas informações privilegiadas foram sendo ofertadas em bates papos, como o fato de muitos dizerem que iram para escola apenas para zoar. A primeira impressão era que a escola, na realidade, faz o papel de espaço de lazer para esse jovem que não tem muitas opções de diversão.

Da mesma forma que informações sobre abandono do bairro que “não tem nada”, e não pagamento de impostos como forma de protesto chegava até a mim, no decorrer da pesquisa uma narrativa sobre um possível mutirão, uma fábrica de tijolos e dinheiro vindo dos “italianos” fez com que meu olhar se voltasse para esse novo elemento.

Após vários contatos cheguei até dona Ivonete, uma das participantes do Mutirão Urbano de Nova Aurora e os dados começaram a chegar com consistência. Documentos, fotos, narrativas emocionadas de duas integrantes, dona Ivonete e dona Ruth, uma das lideranças do Mutirão, foram essenciais para uma mudança na perspectiva de análise do bairro.

O processo de ocupação do Mutirão, a partir da luta do movimento de base em busca de terra para morar, a organização desse grupo a partir da realização de assembleias, o papel do migrante, as passeatas, a igreja com o projeto Ceris e a conquista de casas para mais de vinte mil famílias, fez com que meu olhar se voltasse para a análise dos processos de ocupação de terra pelos migrantes na Baixada Fluminense.

No entanto, para entender a grandiosidade da Baixada Fluminense, é importante ao estudar o território trazer alguns aspectos de sua formação, dentre eles: o processo de ocupação a partir do loteamento e o consequente inchaço populacional que levou ao início do desmembramento dos municípios, a partir das emancipações, o modo baixadense de fazer política através dos políticos “matadores”, a distância territorial e em especial a ausência dos

serviços básicos que direciona populações inteiras a “margens” sociais, territoriais e econômicas. O último Censo de 2010, permite trazer dados sobre a evolução urbana e social e econômica da região.

Ao longo do primeiro capítulo, destaquei que ao andar pela Baixada Fluminense e pelos diversos municípios que a compõe, reconheço em suas ruas e seus centros comerciais que a região apresenta aspectos bastante diversos no que tange estrutura viária, locais de moradia, qualidade do comércio, espaços de lazer e infraestrutura. A região em sua totalidade sofre com bolsões de pobreza e degradação. Entretanto, fui surpreendida, em 2010, ao iniciar minha jornada como professora do ensino médio do curso noturno, numa nova cidade, com o latente estado de pobreza que o bairro de Nova Aurora está submergido. Embora moradora da região nunca havia me deparado com tal situação de abandono. Hoje percebo que esse meu espanto deu-se pelo fato de existirem diversas Baixadas e que nem eu como moradora era capaz de identifica-las.

A Baixada Fluminense é uma região onde estão contidas as mais diversas representações seja dos moradores, dos que dela tem receio ou das teorias que tentam dar conta de tanta diversidade. Essa diversidade de representações contrasta com a visão popular que toma a região por um prisma de unidade, de lugar que agrupa o negativo, onde está contida apenas uma população desassistida, menos qualificada e onde a violência e a barbárie fazem ancoragem.

Destacamos que a região possui treze municípios, e cada um com uma característica específica, mas a primeira impressão parece absolutamente homogênea aos olhos do viajante de primeira mão. A Rodovia Presidente Dutra e Washington Luiz oferecem uma visão de casas mal-acabadas e sem maiores atrativos, os olhos do atento viajante não consegue distinguir suas ruas, seus bairros e cidades, muito menos o histórico de luta do migrante proletariado que chegou a essa terra com o sonho da posse da terra próxima ao local de trabalho.

Salientamos também, que a região foi oriunda de uma grande cidade, a “cidade perfume”, conforme Nova Iguaçu era conhecida, diversos municípios foram emancipando-se. Inicialmente com a falência das lavouras de laranja, as autoridades locais e os produtores desejando diminuir as perdas com a queda da produção do produto, lotearam as antigas lavouras e com isso atraíram, ainda na década de trinta, os primeiros migrantes desejosos de terra farta e barata.

A pesquisa mostrou que já nesse período a atuação dos políticos era voltada para o interesse privado ao invés do interesse público. Ao vender terras sem qualquer obra de

infraestrutura e benefícios, os novos municípios beneficiavam-se do recolhimento de impostos sobre a terra. Dessa forma, ocorreu um inchaço populacional. Migrantes eram incentivados a ocuparem a região e foi dessa forma que no território da Baixada Fluminense iniciou sua longa trajetória de deficiência dos serviços básicos. Diante da ausência de serviços públicos na região, várias lideranças comunitárias começaram a destacar-se a partir da “resolução de problemas práticos”, prestando serviços como: a limpeza da região por matadores, a construção de centros sociais que ofereciam serviços diversos de baixa qualidade, limpeza de valas, doação de terras, entre outros. Destacam-se neste texto Tenório Cavalcante e Joca.

Neste trabalho o enfoque principal recai sobre um bairro de Belford Roxo, Nova Aurora, e foi necessário um olhar mais apurado sobre o seu processo de emancipação e o modo de fazer política de seu principal líder e primeiro prefeito da cidade Joca. Migrante e com uma família extensa, o político conquistou a confiança da população a partir de uma política assistencialista. O político fez história na política local, sendo seus feitos imitados por vários políticos da região. Sua morte prematura, apenas dois anos após sua eleição, transformou esse homem num mito.

Atualmente Belford Roxo é uma das maiores cidades em números de habitantes da Baixada Fluminense e uma das mais pobres e com piores índices socioeconômicos. Os dados do último Censo do IBGE (2010) foram analisados e trouxeram uma disparidade no tocante a qualidade e diversidade de serviços na Baixada Fluminense que convive com diferentes bolsões de riqueza e pobreza reproduzindo uma desigualdade tão “comum” a várias regiões do Brasil.

Destacamos que o migrante, morador e trabalhador baixadense, desde sua chegada conviveu com uma distância não só social como territorial. O transporte público era fundamental para o deslocamento do trabalhador até o local de trabalho. Nesta pesquisa, entre todos os transportes públicos, o maior destaque é dado ao trem urbano. A ferrovia tem uma importância não apenas de locomoção, bem como na paisagem da região, pois a linha férrea corta quase todos os municípios da Baixada. Verificou-se também que a linha do trem pode determinava o padrão de ocupação e a condição econômica dos compradores dos lotes, pois quanto mais próximo da estação de trem, mais caros eram os terrenos. O oposto também é válido, quanto mais distante da linha do trem mais baratos eram os terrenos e mais pobres seus moradores.

O primeiro capítulo desta pesquisa voltou-se para o processo de ocupação da Baixada Fluminense e para características socioculturais, econômicas, bem como analisar a relação do trabalhador da região com o transporte público e a forma de fazer política na região. O

objetivo de fazer tal análise veio da necessidade de compreender o território a partir de dados históricos e econômicos.

Ao longo do segundo capítulo foi o momento de trazer as narrativas dos moradores que fizeram dessa terra lugar de moradia. A etnografia retrospectiva busca dar conta do que foi para o migrante que tinha por objetivo a mobilidade social a partir do trabalho, a aquisição de um lote onde poderia dar um teto a sua família. Através da teoria de Janice Perlman e Elizabeth Leeds & Anthony Leeds e das narrativas dos primeiros moradores será possível verificar que a década de 50, com o advento da industrialização um novo surto migratório, aliada ao loteamento das antigas lavouras citrícolas, fomentou o crescimento populacional da região.

A pesquisa demonstrou que segundo os autores esses migrantes eram os mais empreendedores e aptos a trabalhos e socialização urbana, pois em sua terra natal realizavam trabalho para a fazenda nos mercados, tendo dessa forma intimidade com instituições comerciais e financeiras. A chegada desse migrante a Baixada foi providencial num momento em que os as antigas lavouras de laranja já não produziam lucro para o proprietário e para os municípios.

Vindos de todas as partes do Brasil, este trabalhador recebeu um pedaço de terra sem qualquer benfeitoria por parte do governo que tinha por obrigação apenas tirar as árvores e realizar a abertura das ruas. O morador mediante tantas mazelas via-se na obrigação através da “resolução dos problemas práticos” de realizar melhorias em sua casa e suas ruas. Segundo Monteiro (2007a), atividades de todas as ordens eram realizadas pelos moradores visando o bem-estar de todos.

Acreditamos que a necessidade de analisar o processo de ocupação através da compra de lote é importante por conta de sua predominância na região, bem como por se tratar de um processo diferente do ocorrido em Nova Aurora. Por conta disso, tomamos o bairro da Chatuba, por ser um bairro que possui estigmas tão enraizados como o bairro de Nova Aurora com o objetivo de fazer uma análise comparativa, bem como iluminar os dados sobre o processo de ocupação a partir do Mutirão Urbano de Nova Aurora.

Destacamos ainda, que o Mutirão foi um movimento de base que lutava pelo sonho da casa própria. O povo unido, organizado, e com a ajuda inicial da Igreja Católica pressionou o governo a liberar terras ociosas da CODENI para a construção de casas próprias. Casas essas que foram construídas através do Mutirão e do governo do Estado pela CEHAB. Ao longo do capítulo as narrativas das integrantes do Mutirão vão traçando de que forma o associativismo permitiu que muitas famílias fossem assentadas e o importante papel da Igreja nesse processo.

Trouxemos relatos que dão conta da importância da Igreja, na figura de padre Mateo, na realização das assembleias no interior da igreja, protegendo os migrantes dos atentados promovidos pelo governo, à época da ditadura.

A luta dos integrantes do movimento trouxe benfeitorias para o bairro como calçamento, água e iluminação da área do Avião, linhas de ônibus, dois CIEPs, escolas comunitárias. Desde 1989, quando teve fim o Mutirão e foi criada a Femuber o bairro passou por pouquinhos intervenções do Estado delegando mais de 81 mil pessoas a “margens” sociais, culturais, territorial e econômica.

Destacamos no último capítulo a análise do conceito de “margens” por Veena Das & Deborah Poole, num diálogo com Michel Foucault e Pierre Bourdieu, em que sugerimos que um Estado pode ser o promotor de “margens” a partir de sua atuação, bem como a partir de sua ausência. Voltamos a trazer dados do bairro da Chatuba com o fim de demonstrar que a partir da atuação o Estado pode promover bem-estar à população.

Trouxemos de forma breve o processo de crescimento de um bairro a partir do Programa Baixada Viva, promovido pelo governo do Estado, que apesar de não ter sido executado em sua totalidade, levou saneamento básico, calçamento, água encanada, melhorando a vida e o estima de moradores. Compreendemos que muito ainda precisa ser feito para retirar os moradores das periferias da situação de isolamento. Os dois bairros continuam imersos num processo de segregação, tendo o Estado como o maior produtor de margens.

Mostramos a importância das lideranças políticas na criação do movimento e a responsabilidade dessas mesmas lideranças na descrença do movimento, ao transformar as assembleias em ato político partidário, apoiando candidatos às eleições municipais. E com a ajuda de Roberval Costa foi possível identificar que após a conquista da casa própria os associados se afastavam do projeto não contribuindo com a construção das casas dos demais participantes, assim como, com o fim do financiamento da igreja iniciou-se o fim do Mutirão Urbano de Nova Aurora.

Destacamos que o Estado, após vinte anos do Mutirão, foi o maior fomentador de margens no bairro de Nova Aurora. Nesse período não foram realizadas intervenções objetivando a melhoria de qualidade de vida e as narrativas dos moradores vão traçando um dia a dia de luta e de tristeza frente à situação de descaso em que vivem.

Contestamos a passividade da população frente ao abandono a qual estão submetidos e obtive como retorno a apatia, e entendemos a partir de Bourdieu (2011) que a atomização dos indivíduos faz com que a população que poderia reagir frente às injustiças seja coapitada

pelos demais, não tendo força para lutar contra a situação de abandono. A falta de capital, segundo Bourdieu (2011) prende o indivíduo a um lugar.

Trouxemos neste capítulo Veena Das e Deborah Poole (2008), para melhor entendermos as margens a qual a população está submentida e quais são as linhas de fuga utilizadas utilizada por ela. Utilizamos dois enfoques no conceito de “margem”, um no qual estão situadas pessoas insuficientemente socializadas pelos marcos da lei e que são manipuladas e pacificadas pelo governo. O segundo enfoque, destaca o viés da legalidade e ilegalidade do Estado que controla a vida da população através de levantamento estatístico.

Salientamos que o Estado biopolítico, analisado por Foucault (2002), não é apenas um poder psiquiátrico, judiciário ou médico, mas também um poder de normalização, onde estão contidos os indivíduos anormais. Nesse sentido compreendemos os moradores de Nova Aurora, a partir da análise do indivíduo que pode ser descartado “o leproso”, e aquele a quem a vida pode ser útil ao Estado, o pestiferento”.

Por fim, destacamos a situação dos jovens que vivem às “margens” na “margem”. Utilizamos Feltran (2010) e Castel (1997) que retratam a dupla marginalidade a qual os mesmos são submetidos. Muitos jovens não são absorvidos pelo emprego, pois os baixos salários não os seduzem, sendo alguns atraídos para o mundo da ilegalidade e do crime. Trouxemos as narrativas dos jovens com o objetivo de mostrar que essa realidade não é incomum na região.

Utilizamos Rocha (2010) com o objetivo de mostrar que a maior inserção de projetos sociais na Baixada Fluminense poderia dar a disciplinarização do corpo ocioso, normatizando esse jovem para que ele pudesse ser útil ao Estado. Os projetos poderiam capacitar esses indivíduos a ter um passaporte de projeto. Transmutando esse jovem quase marginal em um trabalhador apto ao mercado de trabalho.

Acreditamos que para os próximos estudos podemos nos aprofundar nas análises dos movimentos sociais de base na Baixada Fluminense e retomar a pesquisa sobre o Mutirão Urbano de Nova Aurora, bem como buscar narrativas dos principais integrantes do movimento, como Sr. Manelão, Djalma, Laertes Bastos, Padre Mateo, entre outros. Pretendemos entender quais são/foram as principais demandas dos movimentos? Quais são/foram as principais formas de articulação? E saber quais são as ligações entre distintos movimentos.

Concluimos esse trabalho, ressaltando que periferia e “margens” não são sinônimas, e que a constante ausência do Estado nestes espaços direciona milhões de habitantes a “margens” quase intransponíveis. A atuação do Estado nas “margens” pode trazer benefícios

de todas as ordens e sua ausência direciona populações inteiras a exclusão social, cultural e econômica.

Desejamos com esta dissertação ter contribuído, em alguma medida, com a pesquisa de campo de caráter etnográfico numa região com tantas especificidades como a Baixada Fluminense.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Claudio Souza. *Assassinos no poder: ação de grupos de extermínio dá lucro à contravenção e favorece a ascensão de políticos ligados ao crime na Baixada Fluminense*. Disponível no site: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/assassinos-no-poder>. Acesso em: 16 jul. 2012.

_____. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.

ANSELMO, Gisele Caroline Ribeiro. *A construção da rede socioassistencial do município de Belford Roxo na perspectiva do PNAS/SUAS*. Dissertação (Mestrado em Serviço social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2009.

BARRETO, Alessandra Siqueira. *Cartografia política: as faces da política na Baixada Fluminense*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BATISTA, Cláudio Batista. *O mutirão na favela do Chapéu Mangueira: Um processo de socialização e formas de sociabilidade e ajuda mútua numa favela carioca*. Monografia (Bacharelado), Instituto de Humanidades – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, (s/d).

BECHER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994. V. 1, p. 197-221.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann. Escola e projetos sociais: uma análise do “efeito-favela”. In: BURGOS, Marcelo Baumann; PAIVA, Angela Randolpho (Orgs.). *A escola e a favela*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CHARLOT, Bernard. Valores e normas da juventude contemporânea. In: PAIXÃO, Leila Pinheiro; ZAGO, Nadir (Orgs) *Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHATUBA, uma comunidade cheia de possibilidades. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/centro-de-memoria-viva-chatuba/19017>. Acesso em: 11 jul. 2013.

CONCEIÇÃO, Wellington Silva. *Trajetórias de jovens de origem popular rumo à carreira acadêmica: mobilidade social, identidades e conflitos*. Dissertação (Mestrado em Periferias Urbanas), Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2011. Mimeografado.

_____. “Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo”? Uma (auto) análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de múltiplas pertencas ao campo. Rio de Janeiro, UERJ, 2013. Mimeografado.

COSTA, Roberval Bento da. *Mutirão de Nova Aurora: da utopia à realidade de uma necessidade*. Monografia (Bacharelado em História), Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro, 2004.

COURA, Claudinéia Pereira. Nos limiares da pobreza e do estigma: um diálogo entre Simmel e Goffman. In: *Observatório das metrópoles*, local, ano. Disponível em [http://www.observatoriodasmetropoles.ufjr.br/nos_limiares_da_pobreza_e_do_estigma\[1\].pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufjr.br/nos_limiares_da_pobreza_e_do_estigma[1].pdf). Acesso em 01 set. 2011.

CUNHA, Neiva Vieira da. Como se “fabrica” um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 22, p. 198-207, jan/jun. 2004.

_____. *Viagem, experiência e memória: narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30*. Bauru: Edusc, 2005.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “antropological blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-35, 1978.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología social*, n. 27, p.19-52, 2008.

FAUSTINI, Marcus Vinícius. *Guia afetivo da periferia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Margens da política, fronteira da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo*. *Lua Nova*, São Paulo, v. 79, p. 201-233, 2010.

_____. *Na periferia da política: etnografia de uma ação coletiva nas periferias São Paulo*, [entre 2005 e 2013]. Disponível em <http://xa.yimg.com/kq/groups/19246151/563957841/name/artigo>. Acesso em 08 set. 2012.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida de. Gênese e reprodução do espaço na Baixada Fluminense. *Revista Geo-paisagem*, ano 3, n. 5, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, p.374, 2008.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, p. 56 e 60-62, 2002.

_____. O sujeito e o Poder. In: *Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Vigiar e punir: nascimento das prisões*. Trad. Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Letícia Luna. *Próximo do saber, longe do progresso: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão – RJ*. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FRÚGOLI, Jr., Heitor. O urbano em questão na Antropologia: interfaces com a Sociologia. *Revista de Atropologia*, São Paulo, USP, v. 48, n. 1, 2005.

GERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GIMENEZ, Aurélio. *Arco propõe uma virada na Baixada Fluminense*. Disponível em: <http://www.odia.ig.com.br/portal/economia/arco-prop%C3%B5e-uma-virada-na-baixada-fluminense-1.571877>. Acesso em 07 jul. 2013.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GONH, Maria da Glória. Mão enquadrada. Especial para a Folha. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, São Paulo, 05 de julho de 2009.

GRYNSZPAN, Mario. *O homem da capa preta: a trajetória de Tenório Cavalcante mistura violência, clientelismo, jornalismo, advocacia e política*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/o-homem-da-capa-preta>. Acesso em 27 maio 2013.

IBGE divulga pesquisa que retrata deficiências do transporte público. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/2013/07/ibge-divulga-pesquisa-que-retrata-deficiencias-do-transporte-publico.html>. Acesso em 04 jul. 2013.

LAPLANTINE, François. *A descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEEDS, Elisabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 233-276.

LIMA, Robert Kant de. Direitos civis, estado de direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. *Revista Preleção*, Espírito Santo, ano 1, n. 1, abr, 2007.

MAIA, Priscila Nunes Fraga; RODRIGUES, Adriano Oliveira. *A cidade (re)partida*: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. Cabo Verde, Redes e Desenvolvimento Regional [entre 2000 e 2013].

MACEDO, Raimundo Albuquerque. Os trens suburbanos do Rio de Janeiro nas décadas de 50 e 60, sob o ponto de vista de um usuário. In: *A história nos trilhos*, n. 22, maio, 2004. Disponível em http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/historianostrilhos22_maio2004.htm acesso em 13 jul. 2013.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização do local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados* da Universidade de São Paulo, v. 21 (61), 2007.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Retratos em movimento*: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Andando pelo vale da sombra da morte: a trajetória política de Joca, primeiro prefeito de Belford Roxo. *Revista da Universidade Rural*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 55-71, jul./dez., 2007a.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação*: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal *A Folha* (1974-1981). Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas), Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Rede de avaliação e capacitação para a implementação dos planos diretores participativos. *Observatório das metrópoles*, 2010. Disponível em: www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/belfordroxo.pdf. Acesso em 17 jan. 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista Sacrilégens*, v. 3, n. 1, p. 17-35, 2006.

OZÓRIO, Elaine Cristina. *O processo de (re)produção do espaço urbano na cidade de Nova Iguaçu-RJ: (1990-2007)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional),

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PAIXÃO, Lea Pinheiro. Socialização na Escola. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir. *Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2007.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 32.

PASSARON, Jean-Claude; BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2010.

PEIRANO, Mariza G. S. *A favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRIETO, José Ricardo. *O crime organizado... pelo Estado*. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-32/405-o-crime-organizado-pelo-estado>. Acesso em 16 jul. 2012.

REVISTA do Âmbito Jurídico. Belford Roxo: razão para a queda da criminalidade. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/3642.pdf>. Acesso em 18 jul. 2012.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; KOSLINSKI, Mariane C. *Fronteiras urbanas e oportunidade educacional: o caso do município do Rio de Janeiro*. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrrj.br/Ribeiro_Koslinski.pdf. Acesso em 01 set. 2011.

ROCHA, André Santos. (Re)pensando a Baixada Fluminense em um contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sociedade, território e representação. *Revista Geo-paisagem (on line)*, ano 6, n. 12, jul./dez. 2007.

ROCHA, Lia de Mattos. *Uma favela diferente das outras?: rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão*, Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Humanas: Sociologia), Programa de Pós-Graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.

_____. O repertório dos projetos sociais: política, mercado e controle social nas favelas. In: *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. 2012 (no prelo).

SALATA, André Ricardo. *Estudar X trabalhar: as influências do local de moradia sobre as escolhas dos jovens no município do Rio de Janeiro*. (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança. In: CARNEIRO, S. de S.; SANT'ANNA, M. J. G. (Orgs). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 167-192.

SERAFIM, Adriana da Silva. D. Adriano: um bispo diocesano e um Movimento de Amigos (1966-1982). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

SILVA, Edilaine Maria Quintanilha da. *Juventudes e subjetividades forjadas na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, UERJ/FEBF, 2011. Mimeografado.

_____. *A escola dual: margens e processos de escolarização na periferia da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, UERJ, 2011. Mimeografado

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

_____. O técnico, o político e o morador. Bastidores e cena pública do Programa Nova Baixada. *Revista Periferia*, v. 2, n. 1, [entre 2000 e 2013].

SUPERVIA diz que vai apertar cerco à galera da sueca. *Expresso*, Rio de Janeiro, 4 jul. 2013. Fique de olho, p. 9.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 2. 2010.

VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *RBCS*, v. 15, nº 44, out. 2000.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem a favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba Guimarães. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba Guimarães (Org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.

_____. Crime medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 209-232.